

REVISTA BRASILEIRA DE

CIÊNCIAS DO ESPORTE



LAZER
como tema



Editora UNOUI

FFF-
128413
367

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE

Volume 12 - Números (1,2,3) - 1992 - ISSN 0101-3289

Fundação: 17 de setembro de 1978

Endereço: Caixa Postal 6134 - FEF - UNICAMP

CEP 13081-970 - Campinas - SP - Brasil

SUMÁRIO

COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE	EDITORIAL	247
DIRETORIA	APRESENTAÇÃO	248
Biênio 89/91	ARTIGOS	249
PRESIDENTE	O LAZER NAS EMPRESAS: ONDE ESTÁ O TRABALHADOR?.....	249
Celi Nelza Zulke Taffarel	Reinaldo Tadeu Bosculo Pacheco	
VICE-PRESIDENTE	IMAGENS DO OCIO NA CONSTRUÇÃO DA DISCIPLINA DE TRABALHO.....	257
Aguinaldo Gonçalves	Cecília Helena L. de Salles Oliveira	
DIRETOR CIENTÍFICO	PORTUGUÊS - "SERÁ QUE DÁ TEMPO?".....	261
Valter Bracht	Elisete Zanlorenzi	
DIRETOR ADMINISTRATIVO	A BRINCADEIRA TRADICIONAL COMO UMA OPÇÃO DE RECREAÇÃO ORIENTADA.....	267
Gabriel Humberto Muñoz Palafox	Margarita Barreto	
DIRETOR DE DIVULGAÇÃO	O CULTO DO CORPO- PRAZER, O FENÔMENO LAZER E O LÚDICO.....	271
Alfredo Gomes de Faria Jr.	Heloisa Turini Bruhns	
DIRETOR FINANCEIRO	MAURÍCIO DE SOUSA E SEUS PERSONAGENS VISITAM A ESCOLA. QUAL É A MENSAGEM QUE ELES TRANSMITEM?.....	276
Lino Castellani Filho	Gilian Carraro	
EDITOR CHEFE	A CRIAÇÃO DO IMAGINÁRIO NOS BRINQUEDOS INFANTIS.....	285
Aguinaldo Gonçalves	Paulo de Salles Oliveira	
EDITORIA ADJUNTA	A RECREAÇÃO/LAZER NO "JOGO" DA EDUCAÇÃO FÍSICA E DOS ESPORTES.....	289
Flávia Maria S. Ghirotto	Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto	
Iêda Fonseca da S. Folegatti	ARTIMANHAS DO CORPO DIANTE DO ESPELHO.....	294
	Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto	
	A QUESTÃO SOCIAL DO LAZER E ESPORTE NA EMPRESA.....	297
	Luiz Carlos Marcolino - Claudia Martins Ramalho - Johanne Elizabeth Hald Madsen - Luis Benito de Carvalho Olivieri	
	RELATOS DE EXPERIÊNCIAS	304
	COMO DESENVOLVER RECURSOS HUMANOS QUALIFICADOS PARA ENSINO E PESQUISA EM RECREAÇÃO E LAZER? PROGRAMAS UNIVERSITÁRIOS DE PESQUISADOR VISITANTE	
	PODEM CONSTITUIR ALTERNATIVA ADEQUADA?.....	304
	Aguinaldo Gonçalves	
	BRINCANDO COM O RITMO.....	306
	Vilma Leni Nista Piccolo	
	DEFICIÊNCIA MENTAL E LAZER.....	309
	Silvana Maria Blascovi Assis	
	PONTOS DE VISTA	313
	O LAZER, SUA ESPECIFICIDADE E SEU CARÁTER INTERDISCIPLINAR.....	313
	Nelson Carvalho Marcellino	
	O IMAGINÁRIO CRIATIVO EM JOGO.....	318
	Gisele Maria Schwartz	
	ENTREVISTA	320
	UMA CONVERSA COM JENEA GAELZER.....	320
	Marcia Chaves Valente - Edison Francisco Valente	
	RESENHA	323
	DE GRAZIA, Sebastian. <i>Of time, work and leisure. New York: The Twentieth Century Foundation, Inc</i>	
	1962 (548p).....	323
	Antonio Carlos Bramante	
	MARCELLINO, Nelson Carvalho. <i>Pedagogia da Animação. Campinas : Papirus, 1990.....</i>	325
	Eliana Ayob	
	MARCELLINO, Nelson Carvalho. <i>Pedagogia da Animação. Campinas : Papirus, 1990.....</i>	327
	Sonia Regina Pequeno	
COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO		
Editora UNIJUÍ		

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE

Com a presente revista, o CBCE, gestão 90/91, presidida por Celi N. Z. Taffarel, completa sua série de volumes e números. Conforme a previsão de circulação quadrimestral da RBCE.

A organização do presente volume 12 (1,2,3) ficou ao encargo do Professor Dr. Nelson Carvalho Marcelino (ver apresentação) e aborda a temática do Lazer.

Nos próximos números pretende-se dar continuidade à edição de revistas por temáticas. Neste sentido, e com material reunido ainda pela gestão anterior, já estamos encaminhando o número 2 do vol. 13 com o tema: Educação Física: Ensino. E os próximos dois números, volume 13 (3) e volume 14 (1) (uma vez que o volume 13 (1) saiu com os anais do VII congresso brasileiro de ciências do esporte de Uberlândia), estamos organizando e aguardando trabalhos para as seções de artigos, pontos de vista, relatos de experiência, resenhas, resumos de Dissertações e Teses e atualidades das secretarias, seção que estamos incluindo para divulgar os trabalhos, encontros, estudos e as mais diferentes atividades organizadas pelas secretarias estaduais do CBCE. Como tema destes

dois números já escolhemos: Volume (13) 3 "A aprendizagem motora". Aguardamos, também, das secretarias estaduais e especialmente, dos membros pesquisadores, sugestões para as temáticas dos próximos números.

Continuamos procurando auxílio financeiro, de empresas ligadas ao esporte, além da solicitação de auxílio para editoração ao CNPq, com o que pretendemos não mais interromper a circulação de nossa revista do CBCE. Para que isto realmente aconteça, gostaríamos de destacar, mais uma vez, a importância do envio de trabalhos ao seguinte endereço:

Elenor Kunz
Centro de Desportos/UFSC
Câmpus Universitário – Trindade
Caixa Postal 476
88049 – Florianópolis – SC

Elenor Kunz
Editor 92/93

O LAZER COMO TEMA

A idéia inicial desta Edição começou a ser gestada por ocasião da realização do Congresso do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, realizado em Brasília-DF, no qual ocorreram reuniões de estudo específicas sobre a questão do lazer. Tomou forma, contudo, somente, em 1991, numa das reuniões do "Ponto de Encontro de Recreação e Lazer", programa da FEF-UNICAMP, da qual participaram a professora Celi N. Z. Taffarel e o Professor Dr. Aguinaldo Gonçalves, na ocasião, respectivamente, Presidente do CBCE e editor da Revista.

Fui incumbido pelo grupo, ali presente, de organizar o número, com caráter multidisciplinar. Aliás a questão do lazer só pode ser entendida a partir de sua problemática e não de limites acadêmicos impostos. Assim, uma publicação que objetive contribuir, ainda que modestamente, para a discussão do assunto, não pode ficar restrita a uma área específica do saber.

Divulgada a proposta, através de diversos canais, inclusive do Boletim do CBCE, recebemos vinte e seis (26) colaborações, contemplando diversas seções da Revista.

A temática exigiu a montagem de um Conselho Editorial específico para o número, a partir de reuniões com o então Editor Chefe. Após contatos estabelecidos junto a diferentes profissionais chegou-se à composição do Conselho pelos Professores Doutores: João Batista Freire, Pedro José Winterstein, Valter Bracht e Wagner Wey Moreira, a quem devemos todo o trabalho de leitura, sugestões aos autores e seleção dos textos que compõem o número.

São colaborações de Professores de Educação Física, Fisioterapeutas, Historiadores, Sociólogos, Bacharéis em Turismo, Educadores, Antropólogos, etc., alguns pesquisadores do tema há muito tempo, outros que só agora começam a trabalhar na área, mas todos eles abor-

dam, a partir dos seus referenciais, diversos aspectos da problemática do lazer, que a comunidade da Educação Física ora considera ligada diretamente, ora indiretamente ao seu fazer. De qualquer forma não é mais possível fechar os olhos ante a questão que se encontra historicamente colocada, sob pena do fazer transformar-se em ação ou discurso vazios.

Não tenho dúvidas de que será um número gerador de polêmica: quanto à pertinência da temática, quanto à relação direta ou indireta das contribuições com o interesse dos sócios do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, e quanto ao próprio conteúdo dos escritos que integram às diversas seções. Não é a primeira vez que organizo um número temático sobre Lazer, para publicação em Revista Acadêmica. O número trinta e cinco (35) da Revista REFLEXÃO, publicação do Instituto de Filosofia da PUCAMP, de maio/ago/86, esteve sob minha responsabilidade e provocou bastante discussão. Mas não é essa exatamente uma das funções da publicação de trabalhos acadêmicos?

Não posso deixar de registrar meus melhores agradecimentos à Diretoria anterior do CBCE pela oportunidade do número temático e pela confiança em mim depositada, e à atual Diretoria por ter honrado o compromisso e incentivado nossos esforços, obtendo os recursos para o tratamento editorial e publicação. E a ambas, por abrirem espaço para discussão de um tema, por muitos considerado "maldito".

Nelson Carvalho Marcellino
FEF-UNICAMP

O LAZER NAS EMPRESAS: ONDE ESTÁ O TRABALHADOR?

Reinaldo Tadeu Bosculo Pacheco*

UNITERMOS: Lazer,

Lazer nas Empresas,

Lazer e Trabalho, Lazer e Democracia,

Lazer do Trabalhador.

RESUMO: O presente trabalho procura levantar questões sobre a política de lazer que as empresas públicas ou privadas estabelecidas no país tem levado a efeito, buscando investigar a participação dos trabalhadores na definição dessa política e tendo como objetivo elaborar propostas para uma participação democrática. Através do método de estudo de caso, investiga-se uma empresa da região do ABC paulista. Discutem-se os programas e atividades desenvolvidas, a aplicação de recursos e a relação entre a estrutura de poder e a excessiva centralização das decisões quanto à política de lazer que coloca o trabalhador, usuário dos serviços, à margem da participação. Fruto de uma legislação que visa a atender prioritariamente os interesses das empresas, os "clubes" ou "Associações Desportivas Classistas" acabam por invadir institucionalmente a vida do indivíduo, sem que este possa ter acesso à dinâmica política de tais associações. Propõem-se alternativas de uma participação democrática dos trabalhadores nas associações de lazer mantidas por empresas.

1. INTRODUÇÃO

A idéia do presente texto nasceu em um momento de profunda paixão por algumas questões, o que de certa forma dificultava uma visão mais distanciada dos problemas que são aqui colocados. Embora tenha sido necessário um distanciamento desapassionado para a produção desse trabalho, a minha paixão pelo tema permanece, o que me motiva a trazer à tona as reflexões aqui colocadas.

O texto pretende, portanto, partir de uma breve revisão teórica das reflexões sobre o lazer, em especial daquelas relacionadas à relação deste com o trabalho. Se é utópico imaginar uma sociedade fundada no lazer, onde não haja essa dicotomia lazer-trabalho, é perfeitamente possível imaginar que os trabalhadores de determinada empresa possam ter uma participação mais direta na administração dos recursos que são "doados" para o seu lazer. Hoje, a maioria das empresas não admite uma abertura maior de informações ao trabalhador no que diz respeito às aplicações de recursos em qualquer área, não

só no lazer, quanto mais à sua participação direta na administração e nos resultados — lucros ou perdas — das empresas.

Essa revisão teórica será complementada com dados sobre o estudo de caso realizado numa "associação desportiva", na qual o autor teve a oportunidade de desenvolver atividades profissionais de 1985 a 1987, tendo contato com todo o seu funcionamento. O estudo realizado data, portanto, desta época, tendo sido concluído em 1990 e atualizado em 1991.

Procurarei relatar não somente as atividades realizadas pela associação, como também estabelecer um questionamento e uma análise crítica sobre a administração dela, no que se refere à estrutura de poder, à aplicação de recursos e aos programas e atividades desenvolvidas. Tentarei apontar soluções que visam a tornar democrática a participação dos associados nos clubes de lazer ligados às empresas, tanto nas atividades desenvolvidas quanto na estrutura administrativa da associação.

* Licenciado em Educação Física — USP. Graduado em Ciências Sociais — USP. cursando Especialização em Lazer — UNICAMP. O presente trabalho foi apresentado no III Simpósio Paulista de Educação Física — UNESP — Rio Claro — 1 a 4 de maio de 1991.

2. CONCEITOS DE LAZER NA SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO

A sociedade urbano-industrial contemporânea sintetiza a fragmentação do trabalho, do lazer e do conjunto das relações sociais. No entanto, essa fragmentação do humano é um dado histórico, algo que resultou de uma série de condições sociais, econômicas e políticas: é algo construído a partir de uma intrincada teia de relações sociais que não permitem aqui um julgamento de valor. Não nos interessa dizer se é "boa" ou "má" essa fragmentação das ações humanas. Basta-nos constatar que ela existe e que não é algo perpétuo ou imutável, sendo possível e até mesmo provável que haja mudanças nas relações que o ser humano estabelece com o meio e entre si. Não podemos prever em que direção poderão acontecer essas mudanças, mas é um fato bastante claro que esta é uma etapa transitória na história da humanidade.¹ Somos fragmentos, não há como negar, mas não somos fragmentos perpétuos.

Na gênese dessa fragmentação do humano estão as relações de produção. Na busca de produzir mais e melhor, na busca do acúmulo de riquezas, o ser humano cria a "milagrosa" divisão social do trabalho e com ela o controle sobre o tempo produtivo, onde se dá outro "milagre": o da "multiplicação dos pães do patrão" ou a acumulação capitalista. O controle sobre o tempo produtivo passa a ser um item de fundamental importância.²

A redução do tempo dedicado à produção se dá, portanto, num confronto político entre trabalhadores e patrões. É nesse espaço de luta política que ocorre a lenta redução da jornada de trabalho ao longo do tempo. Além disso, no circuito da produção – distribuição – troca – consumo, o último elo da cadeia acaba tendo fundamental importância. Não basta produzir – distribuir – trocar: o homem deve também consumir. Para que se dê o consumo é necessário, entre outras coisas,

que se disponha de tempo. Dessa forma, o aumento do tempo "não produtivo" encontra uma lógica dentro do próprio sistema.³

Outros fatores também contribuem para que haja uma gradativa diminuição do tempo dedicado ao trabalho e aumento do tempo dedicado a outras atividades: acelerado desenvolvimento tecnológico, mudança da rotina doméstico-familiar, mudança de hábitos religiosos, diminuição das distâncias entre o trabalho e a residência, melhoria dos transportes e outras.⁴

Criou-se assim, na literatura recente sobre o lazer, uma espécie de "mito": o "tempo-livre". No entanto, se observarmos com mais atenção a dinâmica social, iremos notar que mesmo naquele período de tempo no qual o ser humano pode "optar" pelas atividades às quais se dedica, há a mediatização de instituições que representam determinadas ideologias ou, quando livre de instituições, o indivíduo está sujeito às condições sociais, econômicas ou políticas que facilitam ou atuam como elemento coercitivo de determinada ação.⁵

Se é fato que o processo acelerado de industrialização serviu para o surgimento do "mito do tempo livre", podemos observar que os conceitos de "preenchimento" desse tempo são os mais variados. A intervenção sistêmica do Estado e da iniciativa privada, produzindo um arsenal de atividades onde o indivíduo possa se "encaixar", na maioria das vezes como um passivo consumidor, possibilita assim esse "preenchimento", carregado de conteúdo ideológico, na medida em que sobre o indivíduo operam coerções sociais e econômicas, disfarçadas por um discurso de "liberdade".

Como notamos na revisão de literatura, autores como Requiza (1980), Dumazedier (1979) e Camargo (1986), têm conceituado o lazer em relação a um "conjunto de atividades ou ocupações", exercidas de "livre vontade", dentro de um "tempo livre", que é colocado "após" as obrigações. Para melhor exemplificar essa colocação, podemos transcrever aqui alguns conceitos de lazer formulados pelos autores:

¹ Em artigo publicado na Folha de São Paulo (12-11-90) o historiador Eric Hobsbawm ironiza a colocação dos arautos do neoliberalismo, que, 1989, com a queda dos regimes burocrático-centralizadores do leste europeu, teria marcado "o fim da história" e de que tudo se resumiria agora ao liberalismo, com a ascensão da economia de mercado.

² Marx, em "Contribuição à crítica da economia política", expõe como a desigualdade entre os homens se dá na apropriação dos meios de produção. A divisão social do trabalho (e o conseqüente controle sobre o tempo produtivo) é vista aqui como fruto dessa apropriação histórica dos meios de produção e não como em Durkheim, segundo o qual a busca racional do aumento de produção, através da divisão social do trabalho, pressupõe uma diferenciação social entre os indivíduos.

³ Sobre o circuito da produção, distribuição, troca e consumo ver análise de MARX em "Contribuição à crítica da economia política" (p. 298). CUNHA, em "A felicidade imaginada" (p. 37 a 39) mostra como "os tempos residual e de lazer são produtos políticos de emancipação".

⁴ Requiza, no artigo "As dimensões do lazer", identifica algumas causas do aumento do "tempo livre".

⁵ Marcellino, em "Lazer e Educação", mostra como "tempo algum pode ser considerado livre de coações ou normas de conduta social" (p. 29), utilizando portanto em seus escritos o conceito de "tempo disponível". CUNHA, em "A felicidade imaginada" (p. 19 e 23), analisa como diversos autores buscam o conceito de lazer em um tempo "aparentemente livre". No entanto, os controles sociais e econômicos não desaparecem, "incidindo de maneira mais mediatizada".

Com base nos estudos que vimos empreendendo sobre o lazer (...) é que passamos a entendê-lo como uma ocupação não-obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vive, e cujos valores propiciam condições de recuperação psicossomática e de desenvolvimento pessoal e social" (Requiza, 1980, p. 35). "Lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais" (Dumazedier, 1973, p. 34). "Lazer é um conjunto de atividades gratuitas, prazerosas, voluntárias e liberatórias, centradas em interesses culturais, físicos, manuais, intelectuais, artísticos e associativos realizados num tempo livre roubado ou conquistado historicamente sobre a jornada de trabalho profissional e doméstico e que interfere no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos. (Camargo, 1986, p. 97).

Alguns autores, no entanto, relativizam a questão da "liberdade" no lazer e da sua constante colocação como oposição ao trabalho, buscando uma outra conceituação:

Atividade marginal, instante de esquecimento das dificuldades cotidianas, lugar enfim de algum prazer – mas que, talvez, por isso mesmo possa oferecer um ângulo inesperado para a compreensão de sua visão de mundo: é lá que os trabalhadores podem falar e ouvir sua própria língua." (Magnani, 1984, p. 22). (...) aquilo que denominamos lazer não é uma parcela de tempo ou de existência, e muito menos algo oposto ao trabalho, mas uma forma de vida que integra o homem em sua (nunca vivida) plenitude (...) (Cunha, 1987, p. 57) "Alguns autores chegam a dar ao lazer, como sinônimo, a expressão 'tempo livre'. É um traçado plano, achatado. O conteúdo do tempo de lazer permanece sujeito a uma série de circunstâncias sociais, culturais, econômicas, ideológicas e físicas, da mesma forma que a força de trabalho que se vende ou se troca. (Idem, p. 19).

O presente trabalho tende a considerar o lazer como um espaço privilegiado para a criação e recriação de identidades individuais e coletivas. Como abordamos aqui uma forma específica de lazer institucionalizado – o lazer em empresas, – para que as pessoas se reconheçam nele é fundamental a sua participação, não apenas como consumidores de uma programação pré-elaborada, mas como elaboradores da política de lazer da qual são sujeitos.

As empresas que oferecem serviços de lazer aos seus trabalhadores visualizam neles um "conjunto de ocupações". Impossibilitado de fazer uma real opção do uso de seu tempo, o trabalhador acaba imerso numa teia de relações que envolvem inclusive a sua família, aprofundando assim o alcance da empresa em outras esferas do universo do indivíduo. Há dessa forma uma certa "invasão institucional" sobre o seu cotidiano. Privado de meios de escolha -- em função das coerções principalmente econômicas -- só lhe resta atender aos apelos da empresa, curvando-se à programação que lhe é oferecida fora do seu horário de trabalho.

A empresa dessa forma "lucra" duplamente: primeiro por fixar uma boa imagem institucional perante a sociedade e segundo por manter sob "controle" inclusive o tempo em que o funcionário não lhe deve "obediência".

O documento elaborado pela SEED/MEC (1990), intitulado "Esporte e Lazer na Empresa", dá uma idéia de como se opera essa invasão institucional sobre a vida privada do trabalhador. O documento traz o relato de 30 (trinta) "estudos de caso", que soam como propaganda institucional das empresas. Em nenhum momento é dada voz aos trabalhadores e sindicatos, mas o documento, no artigo de Lamartine Pereira da Costa, prontamente coloca o "papel dos sindicatos": "(...) é a instituição que deve ocupar a mediação no sentido de humanizar o local de trabalho" (p. 41). Nenhum sindicato, no entanto, teve a oportunidade de emitir opiniões sobre as políticas de benefícios sociais (lazer, inclusive) adotadas pelas empresas.

No mesmo documento, no artigo de Camargo, é considerada a hipótese de que "os setores das empresas, agrupados dentro do moderno DRH (desenvolvimento de recursos humanos) não terão outra alternativa que a de assumir a parcela de responsabilidade que lhes cabe sobre o tempo livre dos empregados" (p. 69), sendo que o lazer nas empresas é defendido ainda como um fator de "ajuste" destas "ao neo-capitalismo ou capitalismo humanizado" (p. 69). Isso demonstra que o lazer, nesta concepção, é visto como "atenuador" dos conflitos entre capital e trabalho.

As "abordagens funcionalistas do lazer",⁶ caracterizadas por vinculá-lo sempre a uma determinada função, podem ser resumidas em quatro tipos: a "romântica", marcada pela nostalgia do passado, onde o lazer seria visto como um elemento promotor dessa volta ao passado; a "moralista", com o lazer tendo a função de manter a "ordem" e a "segurança" através de "saudáveis" atividades; a "compensatória", na qual o lazer é visto como o espaço onde é possível realizar as atividades "criativas" impossíveis de serem realizadas no trabalho; e a "utilitarista", na qual o lazer é visto como repositivo de forças para o trabalho e como espaço para o "desenvolvimento pessoal e social", mitigando os conflitos de classe.

O que se observa com relação ao "lazer nas empresas" é que não se tem conseguido fugir dessas abordagens. Seria necessário, inicialmente, uma reversão da participação alienada do trabalhador, através de seu maior envolvimento com a estrutura administrativa e através de programação das associações de lazer. Enquanto os estatutos forem tão centralizados, como veremos, a ponto de não permitirem que efetivamente os trabalhadores administrem os recursos da sua associação, será muito difícil qualquer mudança com relação ao lazer, que continuará sendo visto como um favor, como uma dádiva oferecida pelas "boas" empresas, como um atenuador dos conflitos de classe e não como um direito social.

Mesmo nas iniciativas patronais já consolidadas, como no caso do SESC e SESI, respaldadas historicamente pelo Estado desde 1946 (data de criação delas),⁷ os mecanismos de participação dos trabalhadores comerciais e industriários nas decisões dos respectivos Conselhos Nacionais e Regionais, que ditam as políticas institucionais, são deficientes ou inexistentes, não havendo interesse na elaboração de mecanismos democráticos.

3. O LAZER NAS EMPRESAS: Gênese e Estrutura

Com o aumento gradativo do tempo disponível e na impossibilidade de frequentar clubes privados, os trabalhadores das empresas de médio e grande porte iniciam uma certa pressão para que suas reivindicações no campo do lazer sejam também atendidas. A partir de então as empresas passam a oferecer estes serviços como mais um benefício social ao trabalhador, bem como planos de assistência médica, alimentação, transporte, etc.

A simples pressão por parte dos trabalhadores não é suficiente. As grandes empresas, antes de oferecerem esse benefício, vão fazer uma cuidadosa análise do retorno econômico e institucional que tal medida poderá alcançar.

A legislação federal incentiva a instalação de clubes em empresas. Tais clubes nascem com forte ideologia de formação desportiva e não como clubes de lazer para trabalhadores. A lei nº 6251 de 8 de outubro de 1975,⁸ que institui normas gerais sobre a prática desportiva no país, divide o Sistema Desportivo Nacional em: comunitário, estudantil, militar e classista (art. 9º e 10º). O art. 36, sobre o desporto classista, afirma que

qualquer empresa poderá organizar uma associação desportiva classista, com personalidade jurídica de direito privado, integrada, exclusivamente, pelos seus empregados e dirigentes.

Dessa forma podemos observar que estas associações nascem com forte ênfase nas atividades desportivas. No entanto, as atividades de lazer são muito mais amplas que isso⁹ e os próprios anseios dos trabalhadores com relação ao lazer na maioria das vezes não incluem apenas atividades desportivas. Mas o caminho para que a empresa pudesse se beneficiar da implantação da asso-

⁶ Marcellino, "Lazer e Educação" (p. 35).

⁷ Documento "O Serviço Social do Comércio - SESC", utilizado pela instituição para "familiarizar" os "servidores", contratados em 1988, com sua origem, organização e funcionamento. O documento, propositalmente, não explicita as formas de participação dos trabalhadores comerciais na gestão dos recursos da instituição, limitando-se a citar como "parte integrante dos Conselhos Nacional e Regionais representantes do Ministério do Trabalho, do IAPAS, e dos trabalhadores, através das Confederação Nacional e Federações Estaduais dos Empregados no Comércio".

⁸ O documento "Esporte e Lazer na Empresa" elaborado pela SEED/MEC, cita a lei 7752 de 14 de abril de 1989 que concede incentivos fiscais às pessoas jurídicas que "promovessem o desenvolvimento de programas desportivos nas próprias empresas em, benefício de seus empregados e respectivos familiares" (p. 7). É um indicador da confusão conceitual que se estabelece entre lazer e desporto. No documento não é feita nenhuma referência à lei 6251/75.

⁹ Segundo Camargo (1986), os interesses culturais no lazer podem ser classificados em: físico-esportivos, artísticos, intelectuais, manuais, sociais e turísticos. Essa classificação é baseada em Dumazedier (1973) e bastante utilizada pela maioria dos autores contemporâneos, embora, como toda classificação, tenha suas limitações, na medida em que compartimentaliza interesses humanos que podem estar interligados.

ciação deveria ser este, pois o artigo 45 da mesma lei sobre as medidas de proteção especial aos desportos informa que

para efeito do Imposto de Renda, poderão ser abatidas da renda bruta ou deduzidas do lucro as contribuições ou doações feitas por pessoas físicas ou jurídicas às entidades esportivas que proporcionem a prática de pelo menos três esportes olímpicos.

A portaria do Ministério da Fazenda Nº 88, de 17 de março de 1976 informa ainda que, no caso das pessoas jurídicas, estas contribuições estão sujeitas ao limite de 5% do lucro operacional da empresa. Dessa maneira, através da legislação sobre os "desportos nacionais", fechou-se o círculo de interesses para que as empresas possam oferecer ao trabalhador mais este "benefício", com forte ideologia desportiva, negligenciando a prática de outros lazeres.¹⁰

As empresas visualizam na legislação a possibilidade de um investimento que lhes trará benefícios no âmbito fiscal além de amplo retorno institucional, pois uma empresa com "ampla gama de benefícios" é muito bem vista no mercado de trabalho. Além disso, ela pode se valer de grandes investimentos em equipes de alto nível em determinada modalidade esportiva, o que certamente lhe trará retorno de "marketing", exemplo seguido por numerosas empresas públicas, privadas ou de economia mista, que financiam equipes de diversas modalidades esportivas.

A combinação de outros fatores pode determinar o surgimento de um clube em uma empresa: o "mecenato" patronal, numa atitude de conhecido paternalismo; a necessidade de uma política mais agressiva de marketing interno (perante "seus funcionários") ou externo (perante a sociedade que consome seus produtos); ou uma elaborada política de benefícios sociais que tenham como meta o aumento da produtividade, a diminuição do número de acidentes, a diminuição de gastos com assistência médica, um maior controle social sobre o conjunto dos trabalhadores, a diminuição do "turn-over" (rotatividade em cargos de produção em escalões inferiores), a diminuição dos custos burocráticos interdepartamentais através de uma suposta maior "integração entre os fun-

cionários". Todos esses fatores podem ser levados em consideração na elaboração de um programa de lazer para trabalhadores e sua combinação determina o surgimento ou não de uma estrutura administrativa com essa função. No entanto, podemos notar que as melhorias das condições de trabalho e de salário são mais significativas para atingir todas as metas descritas.¹¹

Em função das complexas relações que envolvem a formação de um "clube", visando a atender prioritariamente o trabalhador associado, observamos que são poucas as empresas que aceitam esse desafio. A maior parte delas acaba por oferecer um serviço de qualidade discutível ou não oferecer nenhum serviço nessa área, na falta de um setor mais planejado, estruturado em bases profissionais. A própria formação profissional para o setor é bastante deficiente, não havendo profissionais especializados. Em geral, profissionais da área de Administração atuam nos cargos de decisão e profissionais de Educação Física, Serviço Social e outros na área técnica.

Nas empresas que contam com um setor mais estruturado, este geralmente nasceu como um simples departamento ligado à área de Recursos Humanos só adquirindo autonomia, tornando-se uma pessoa jurídica independente, a partir de investimentos maiores e que necessitam um retorno fiscal, respaldado pela resolução do C.N.D. já citada. A partir daí, portanto, a empresa passa a contar com uma entidade que tem a finalidade de atender o seu trabalhador, mas que é vista como uma extensão da empresa, apesar de autônoma. Isso trará algumas dificuldades na definição da política de atuação do clube ou associação.

Após esse estágio, já com maior autonomia e recursos materiais, humanos e financeiros, é realizado um "planejamento" do programa, que deveria levar em consideração os seguintes fatores: o encaminhamento "ideológico" do programa (a participação efetiva dos trabalhadores ou a busca do "lucro" e aumento da "produtividade"); as diferenças de objetivos com relação ao lazer, por parte da empresa, do trabalhador e do próprio profissional responsável pela programação de lazer; o diagnóstico de interesses, visando a identificar lideranças e avaliar nível de expectativa dos trabalhadores; um levantamento prévio de todas as atividades possíveis: "marketing" esportivo, festas tradicionais, turismo, cursos e grupos de coral, teatro, música, foto, torneios e competições esportivas, áreas de convivência, etc. Ape-

¹⁰ Maiores informações sobre a legislação desportiva nacional poderão ser obtidas no livro "Legislação Desportiva", editado pela Secretaria de Educação Física e Desporto do Ministério da Educação e Cultura.

¹¹ Paulo de Salles Oliveira, no artigo "Tempo livre, trabalho e lutas sociais" se vale de Hélio Jaguaribe ("Brasil 2000") e do Censo de 80 e coloca que "no tocante à distribuição de renda, 76,2% da PEA, situava-se, em 1985, na faixa que abrange desde os sem rendimentos até os que ganhavam 3 salários mínimos. (...) O censo de 80 nos informou que os 5% mais ricos do país detinham 38% de toda riqueza nacional". Como sabemos, manteve-se essa tendência de concentração de renda durante a década de 80.

sar de todo esse esforço de programação, dificilmente se prevê uma maneira de facilitar ao trabalhador uma participação mais ativa nos círculos de decisão na esfera do seu próprio lazer.

4. O ESTUDO DE CASO

A associação investigada é a entidade responsável pela programação de atividades de lazer¹² dirigida aos trabalhadores de uma empresa localizada no ABC paulista. Não possuímos dados precisos sobre o número de trabalhadores e seus dependentes, uma das falhas mais comuns em instituições que se propõem a oferecer serviços de lazer. Isso é mais um dado que prova o quanto as associações acabam distante dos associados, pois não dispõem de informações básicas sobre o perfil do público usuário. A associação trabalha com a estimativa de atender a um público médio de 2.500 trabalhadores nessa unidade produtiva do ABC.

Instalada no Brasil em meados dos anos sessenta, a empresa conta hoje com um grande parque produtivo. A partir de 1975, com a pressão cada vez mais intensa dos trabalhadores em busca de espaço e recursos para o seu lazer, é fundado o "clube" que futuramente viria a se tornar uma "Associação Desportiva Classista". A "assembleia" de fundação da entidade se deu no dia 28 de Julho de 1975. No entanto, essa assembleia nunca ocorreu. O que foi usado para legitimar a fundação da entidade foram algumas folhas de papel comum que correram as sessões da empresa em busca de assinaturas "visando à instalação de um clube". Podemos notar, desde a fundação, um processo que se dá de forma a isolar os trabalhadores das decisões tomadas no âmbito da direção geral da empresa, mesmo no que diz respeito a um dos seus direitos básicos: o lazer.

Em 1979, no dia 22 de fevereiro, houve a alteração da denominação social para "Associação Desportiva Classista", para que a empresa pudesse gozar dos benefícios da lei nº 6251/75. Neste mesmo momento ocorreu uma mudança estatutária: no estatuto do "antigo clube", artigo 24º, parágrafo único, o Presidente da Diretoria e seu Vice "serão eleitos pelo Conselho Deliberativo." Na prática, isso significa dizer que qualquer associado poderia chegar à presidência da entidade, visto que o Conselho era eleito em Assembleia Geral de Associados. No novo estatuto, mudado à revelia de qualquer participação dos trabalhadores, o Presidente continua sendo eleito pelo Conselho. No entanto, houve um adendo no parágrafo único: "o Presidente deverá ser sempre um membro da Diretoria da Empresa".¹³

A própria eleição indireta do Presidente da entidade já é bastante questionável. Limitar ainda a ocupação do cargo de maior poder aos diretores da empresa chega a ser uma falta de respeito com os outros trabalhadores associados. Essa alteração estatutária não passou pelo crivo de uma assembleia geral. Além de ter um caráter centralizador, ela acabou por distanciar ainda mais o trabalhador, não permitindo que ele tenha uma participação mais democrática nos destinos de sua associação. Não se trata de "sindicalizar" as entidades de lazer mas de torná-las dinâmicas na própria organização do poder que refletiria diretamente no envolvimento dos associados com os problemas, programas e atividades. O próprio trabalhador associado visualiza as atividades do "clube" como um favor da empresa. A centralização do poder decisório nas mãos dos diretores da empresa foi um elemento decisivo para a manutenção dessa visão distorcida do lazer por parte do trabalhador associado.

Essa centralização conduziu ao estabelecimento de programas, atividades e política de atuação que nunca são questionadas, não havendo interesse nas discussões quanto à forma de aplicação dos recursos da entidade. O quadro seguinte mostra como foram aplicados esses recursos de 1982 a 1986:

Aplicação percentual de recursos da Associação (1982-1986)

Ano	Pessoal	Manutenção	Equipes Esportivas	Promoções de Lazer	Aluguel Dep. Esportivas	Outras
82	48,94	2,67	4,65	25,54	5,40	12,79
83	40,27	8,92	12,01	18,93	4,08	15,78
84	18,64	4,48	9,42	9,39	2,37	55,60
85	10,40	3,65	5,45	7,58	0,61	72,30
86	22,75	8,04	8,38	8,40	1,55	50,87

Fonte: Relatório de Atividades – ADC. (1982-1986).

¹² Para efeito de programação, a entidade divide as atividades em "sociais", esportivas e culturais.

¹³ Estatutos da Associação e do "antigo clube".

Observando o quadro podemos notar que a partir de 1984 houve um aumento significativo no item "outras", no qual está incluído principalmente o investimento da associação na expansão do seu patrimônio "físico", através da construção de sala de ginástica, vestiários, quadra coberta, etc.. Nesse mesmo período houve uma queda acentuada nos recursos gastos com remuneração do pessoal da associação – um administrador, um coordenador de atividades, um técnico contábil, 4 professores de Educação Física¹⁴ e um porteiro/almoxarife. Houve redução também dos recursos destinados às equipes esportivas, promoções de lazer, e aluguel de dependências esportivas.

Isso demonstra uma nítida mudança na política de atuação da entidade, valorizando, a partir de 1984, a sua expansão física. No entanto, os associados jamais tiveram acesso à discussão sobre essa mudança na política de atuação. Portanto, não tiveram sequer a oportunidade de opinar sobre ela.

Podemos notar ainda que, em 1982, gastava-se 25,54% dos recursos em promoções de lazer e apenas 4,65% em equipes esportivas. As promoções de lazer são aquelas destinadas especialmente aos trabalhadores e seus dependentes através de "atividades esportivas, culturais e sociais".¹⁵ As equipes esportivas nem sempre são formadas por trabalhadores associados. São formadas com o objetivo de representar a associação em competições externas e, em função da necessidade de se ter uma "boa" equipe são "contratados" atletas não associados. A empresa consegue assim investir no "marketing" externo, mas com recursos que deveriam ser usados com os trabalhadores associados. Nota-se que a partir de 1984, os gastos em equipes se equivalem aos gastos com promoções para os trabalhadores, havendo também acentuada queda no aluguel de dependências esportivas. Dessa maneira manteve-se a imagem institucional da associação através das equipes esportivas, mas ao trabalhador foi destinada menor atenção.

Mesmo com relação às promoções de lazer, muitos valores poderiam ser questionados. As atividades esportivas mais comuns são os torneios e campeonatos internos que colocam como objetivos, em linguagem da empresa, "a integração do funcionário" e que, no entanto, colaboram sensivelmente para um clima de inimizade entre alguns setores, visto que as competições são bastante acirradas. A maioria das atividades valoriza a com-

petitividade, o individualismo, a racionalidade e a organização hierárquica e acabam por conduzir o trabalhador associado cada vez mais para esse estágio de passividade acrítica sobre o seu lazer, reforçando valores vivenciados no âmbito interno da própria empresa.

6. CONCLUSÕES

A democratização das relações entre os patrões e os trabalhadores poderá transformar a prática das atividades de lazer, colocadas hoje como um mero "favor" que as empresas oferecem. Algumas sugestões poderiam ser feitas para a democratização do lazer dos trabalhadores no âmbito das associações ligadas às empresas.

- 1 - Revisão da legislação que regula as atividades das ADCs, junto ao C.N.D. (Conselho Nacional de Desportos) e ao Congresso Nacional, tornando-a mais dirigida ao lazer do trabalhador associado e não à manutenção de equipes esportivas de alto nível. Revisão do próprio conceito de lazer que emana da legislação.
- 2 - Reforma dos estatutos de associações e clubes de lazer ligados a empresas, permitindo eleições diretas e uma maior participação dos trabalhadores associados nas decisões.
- 3 - Reformulação de programas e atividades de lazer, valorizando a cooperação, o incentivo à produção cultural entre os associados e a ampliação das atividades que tenham um caráter descompromissado de prática, inclusive envolvendo familiares e estimulando a sociabilidade.
- 4 - Promoção de um recuo da interferência institucional da empresa no âmbito da vida privada do indivíduo. Pode ser facilitada a busca de outras atividades de lazer fora do âmbito institucional da associação/empresa, através de convênios com entidades culturais independentes.

Essas pequenas sugestões poderiam tornar mais democrática a participação do trabalhador associado, diminuindo a interferência institucional da empresa no seu lazer. Vale notar que, ainda assim, a utopia de uma so-

¹⁴ O número de profissionais de Educação Física envolvidos com as atividades refletem a ênfase que é dada às atividades físico-esportivas em detrimento dos outros lazeres.

¹⁵ As atividades mais comumente realizadas são: bailes (pré-carnavalesco, aniversário da associação, dia das mães, etc.), festas (de final de ano, mês das crianças, etc.), teatro (grupo amador da associação), competições externas e internas de futebol, futebol de salão, voleibol, basquete, etc.. São mantidas também áreas de convivência e leitura.

cidade que não faça distinção entre o lazer e o trabalho permanece. As utopias existem para serem perseguidas, tal como o prazer que se busca tanto no trabalho como no lazer.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo : Martins Fontes/Editora Univ. Brasília, 1987.

BRASIL, Ministério da Educação. *Esporte e lazer na empresa*. Brasília : MEC/SEED, 1990.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. *Lei 6251 de 8 de outubro de 1975*. Brasília : MEC, 1977.

CAMARGO, L.O.L. *O que é lazer*. São Paulo : Brasiliense, 1986.

_____. "Lazer nas empresas – tendências de um novo DRH", In: *Esporte e lazer na empresa*. Brasília : MEC/SEED, 1990.

COSTA, L.P. da. "Fundamentos do lazer e esporte na empresa", In: *Esporte e lazer na empresa*. Brasília : MEC/SEED, 1990.

CUNHA, Newton. *A felicidade imaginada: a negação do trabalho e do lazer*. São Paulo : Brasiliense, 1987.

DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo : Perspectiva, 1979.

DURKHEIM, Emile. *A divisão do trabalho social*. Trad. de Maria Inês Mansinho e Eduardo Freitas. São Paulo : Ed. Presença/Liv. Martins Fontes, 1977.

FELDMAN-BLANCO, Bela (org.). *Antropologia das Sociedades contemporâneas – métodos*. São Paulo : Global, 1987.

MAGNANI, J.G.C. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo : Brasiliense, 1984.

MARCELLINO, Nélson Carvalho. *Lazer e Educação*. Campinas : Papyrus, 1987.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Trad. de Maria Helena B. Alves. São Paulo : Martins Fontes, 1977.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. "Tempo livre, trabalho e lutas sociais", In: *Reflexão*. Puccamp, XI (35), maio/agosto 1986.

REQUIXA, Renato. *Sugestão de diretrizes para uma política nacional de lazer*. São Paulo : SESC, 1980.

_____. "As dimensões do lazer", In: *Rev. Bras. Ed. Fís. Desp.* 12:(45), 1980.

KEY-WORDS: *Leisure,
Leisure in the Companies,
Leisure and Work,
Leisure and Democracy,
Worker's Leisure.*

ABSTRACT: *The aim of this study is to question leisure policies which have been accomplished by public or private companies in Brazil, trying to investigate the workers participation in the definition of these policies, in order to elaborate proposals for a democratic participation.*

The method of case studies has been used to study one company in the so-called ABC-region in São Paulo (south of the city). the programmes and the developed activities are discussed as well as the application of investments and the relationship between the structure of power and the excessive centralization of the decisions in regard to the leisure policies which place the worker, as a user of the services, on the edge of the participation process. As a fruit of a legislation that aims chiefly at the interests of the companies, the "clubs" or "classist sporting associations" finally invade institutionally the individual's life, without giving him the opportunity to take part in the political dynamics of these associations. Alternative suggestions are offered for a real democratic participation of the workers in the leisure associations within the companies.

UNITERMOS: Ócio,
Trabalho,
História,
Brasil.

RESUMO: Neste artigo procuro discutir alguns dos significados das representações segundo as quais, no Brasil, preguiça e pobreza caminham juntas. A partir de documentos de fins do século XVIII e do início do século XIX, pretendo destacar de que maneira se constituiu o nexos entre trabalho e geração de riquezas.

...É digno de reflexão que sendo tal a natureza e propriedade desta Região seja ela a morada da pobreza, o berço da preguiça, o teatro dos vícios... Para tudo, há terras e comodidades... e o que unicamente falta é a deliberação, a indústria e a vontade...

Ao contrário do que se poderia imaginar, estas palavras não pertencem a nenhum político empenhado em apontar a "falta de vontade" dos governantes em solucionar a complicada questão da distribuição da renda nacional. Não foram enunciadas também por nenhum empresário disposto a defender medidas destinadas a implementar a exploração das potencialidades da terra e da população.

Esses comentários, cuja atualidade é inegável, foram elaborados por um professor de língua grega, residente na cidade de Salvador em fins do século XVIII. Seu nome era Luís dos Santos Vilhena.

Ao escrever as famosas *Notícias Soteropolitanas*¹, demonstrava profundo encantamento pelas exuberantes riquezas de um território que, no futuro, em sua opinião, seria florescente e próspero Estado. Ao mesmo tempo, porém, revelava um misto de temor e de indignação diante da "multidão indigente" que habitava os campos, as vilas e as cidades de terra tão promissora.

A afirmação feita por Vilhena segundo a qual o Brasil guardava tesouros supostamente infinitos tornou-se tão banalizada quanto a associação que estabeleceu entre pobreza e preguiça. Não é estranho, nos dias de hoje, encontrar-se, no discurso e na prática de diferentes setores sociais, a postura de que o país não vai "pra frente" porque a "ociosidade" degenera os serviços públicos e invade a iniciativa privada. Mesmo certas críticas à expansão da chamada "economia informal" não indicam apenas a existência de altas taxas de desemprego, mas insinuem que a proliferação de "camelôs" nos grandes centros urbanos se deve à "vadiagem", que parece impregnar o caráter de contingentes significativos da população.

Se os tempos são outros, como explicar a contemporaneidade das observações de Vilhena? Por que razão persistiram as representações segundo as quais "ócio" e miséria caminham juntos? Que princípios possibilitam o entrelaçamento entre a interpretação de Vilhena e a imagem, tão presente, de que, no Brasil, o povo trabalha, mas não como "devia"?

I

O encaminhamento de questões como estas implica, de imediato, reconhecer que Vilhena não era voz isolada, exteriorizando concepções partilhadas por

¹ VILHENA, Luís dos Santos. *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas contidas em XX cartas* (1802). A epígrafe foi extraída do 2.v., p.926.

autoridades públicas, proprietários e negociantes que viviam no Brasil naquela época. A consulta cuidadosa de documentos de fins do século XVIII e das primeiras décadas do século XIX evidencia que a preocupação com a presença ameaçadora de "vadios" e "mendigos" era uma constante. Até mesmo estrangeiros, que aqui se radicaram ou que para cá se dirigiram à cata de exemplares exóticos da fauna e flora tropicais, não deixaram de salientar esta "incômoda" circunstância.²

É surpreendente a quantidade de leis e decretos expedidos durante o governo joanino relativos à perseguição e prisão de "vadios".³ A violência usada contra eles não visava apenas a retirá-los, momentaneamente, das ruas de Salvador ou do Rio de Janeiro. Era um recurso, posto em prática por autoridades e proprietários enriquecidos, para obrigá-los à prestação de serviços braçais, como a construção de estradas, pontes e obras de embelezamento nas vilas, cidades e portos. Era uma forma de integrá-los, compulsoriamente, às tropas organizadas para "domesticar índios bravios" e destruir quilombos.

Entretanto, a "congregação de miseráveis", que tanta repugnância causava a Vilhena e a negociantes ingleses como Mawe e Luccock,⁴ diferenciava-se dos trabalhadores escravizados. A prática da escravidão, por demais conhecida, havia ensejado formas múltiplas de repressão levadas a efeito seja pelo dono de centenas de escravos seja por pessoas que mantinham somente um ou dois "criados". Ademais, nem os mais pobres identificavam-se com a condição desses trabalhadores. Assim, a despeito de despertarem apreensão, dadas as maneiras como reagiam aos constrangimentos cotidianos, o controle sobre os africanos havia se institucionalizado, atravessando a sociedade de ponta a ponta.

Além disso, o domínio sobre eles exercido assentava-se na imposição de jornadas e ritmos de trabalho marcados por férrea disciplina. Nos engenhos de açúcar e nas demais lavouras mercantis, a produtividade e a realização de lucros estavam imbricadas ao cumprimento de rotinas que garantiam a reprodução dos capitais investidos. A escravidão possibilitava a concentração de trabalhadores e sua submissão à divisão de tarefas e à atividades metódicas, duramente fiscalizadas.⁵

Entre os fins do século XVIII e o início do século XIX, os receios maiores eram provocados pelos modos de ser e de agir de homens e mulheres livres. A despeito de se dedicarem ao esforço penoso e contínuo da sobrevivência diária, realizando, por vezes, serviços indispensáveis às lavouras mercantis, carregavam a pecha de "ociosos". Lavradores pequenos proprietários, posseiros e reideiros plantavam para si e suas famílias, produzindo gêneros de primeira necessidade, cujo excedente era trocado nas feiras e mercados semanais. Em condição semelhante viviam pescadores e artífices. Homens livres pobres eram também os "jornaleiros" ou diaristas, os que executavam serviços por empreitada, os barqueiros, os carregadores de água e de todo o tipo de mercadorias assim como os trabalhadores da ribeira. Sob a classificação de "vadios", estava não apenas a "gente branca", no dizer de Vilhena, mas, igualmente, os índios aldeados, negros alforriados, mulatos e toda a sorte de "biscateiros" e contraventores, incluindo as mulheres que, juntamente com as "negras de ganho", eram lavadeiras ou vendiam quitutes e quitandas nas ruas mais movimentadas das cidades, confundindo-se com as chamadas "mulheres públicas".

Nas palavras de Vilhena, os lavradores que viviam no Recôncavo da Bahia, habitavam choupanas de paus e palha, possuindo alguns poucos "trastes". Descrição similar foi feita por Mawe quando visitou o interior de Minas Gerais. Ambos ressaltaram que nos lotes ocupados por estas famílias, as ervas daninhas cobriam parte das plantações e tomavam conta de medíocres jardins. Tudo era "desleixo" e os lavradores só cultivavam o necessário para o consumo doméstico.⁶

Quanto aos artesãos, "não trabalhavam enquanto lhes dura o comer".⁷ Apesar de Vilhena e de vários viajantes estrangeiros apontarem a habilidade com a qual os artífices manipulavam o ferro, o estanho e a argila, entre outros materiais, criticavam duramente o desprezo que demonstravam com relação a qualquer rotina de trabalho. Saint-Hilaire, por exemplo, não conseguiu esconder sua ira quando, ao visitar a cidade de São Paulo, precisou contratar os serviços de um fabricante de objetos de couro. Depois de consultar vários deles, não entendia porque recusavam a encomenda ou exigiam que não fos-

² MAWE, John. *Viagem ao interior do Brasil*. (1807-1811), LUCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil* (1808-1816), SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo* (1819).

³ *Coleção das leis do Brasil* (1808-1824). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1891.

⁴ MAWE, John. *Op. cit.* Caps. VII e X, LUCOCK, John. *Op. cit.* caps. IV e VIII.

⁵ DE DECCA, Edgard. *O nascimento das fábricas*, p.41-66.

⁶ MAWE, John. *Op. cit.* p.114-ss, VILHENA, Luis dos Santos. *Op. cit.* 2.v., p.941-ss.

⁷ VILHENA, Luis dos Santos. *Op. cit.* 1.v., p.46.

se fixado um prazo para a entrega. Indignado, acabou recorrendo ao comandante das tropas locais que "obrigou" um dos artesãos a executar a tarefa. Ao atônito viajante foi dada a seguinte explicação: os artesãos eram exímios em seus ofícios, mas trabalhavam quando desejavam ou quando as necessidades de sobrevivência o requeriam. Muitas vezes a fabricação e a venda de alguns artigos bastava para o sustento de suas famílias por diversos dias e, por isso, recusavam-se a trabalhar.⁸

O cerne da questão estava, portanto, na *autonomia* com a qual lavradores, artesãos e trabalhadores livres geriam o próprio tempo e força de trabalho. Pautavam sua conduta tendo em vista conservar a participação no mercado enquanto produtores e consumidores, agindo de acordo com a manutenção da subsistência. O temor que provocavam associava-se às maneiras pelas quais reagiam às investidas de proprietários, negociantes e autoridades públicas que, em nome do "progresso material", tentavam solapar essa liberdade e as condições nas quais se assentava.

A interpretação de que parcela considerável da população livre era "ociosa" - e de que, em vista disto, enormes extensões de terra e de recursos naturais achavam-se "em abandono" - exprimia uma concepção de trabalho historicamente produzida. O vínculo entre trabalho e riqueza foi enunciado nas reflexões de muitos pensadores ao longo dos séculos XVIII e XIX, mas, sem dúvida, uma das principais matrizes dessa ligação encontra-se na fria argumentação construída por John Locke, em fins do século XVII.⁹ E, não há nada de casual no fato de Locke incorporar a questão do trabalho a um texto destinado a discutir os fundamentos da cidadania, do governo e da sociedade civil.

Locke, a princípio, confere ao trabalho um caráter universal. Aspecto essencial da condição humana no mundo, o desgaste doloroso e contínuo do corpo e das mãos era a atividade que garantia ao homem a própria vida, pois sem a satisfação cotidiana das necessidades físicas o homem morreria. Visto deste ângulo, como mostra Hannah Arendt,¹⁰ a palavra trabalho se identifica com o labor. Laborar implica o exercício diário, repetitivo e ininterrupto de produzir os meios de sobrevivência. O labor se destina a alimentar o processo vital e, por isso, segundo Hannah Arendt, se confunde com o consumo. Aquilo que se produz é imediatamente devorado, mesclando-se ao metabolismo do homem. Nesse sentido, o trabalho aparece como a forma mais visível da

submissão do ser humano às necessidades materiais da vida. Esta a razão pela qual, na Grécia clássica, o labor era desprezado cabendo aos escravos realizá-lo. Representava um dos males que Pandora retirou de sua caixa, como recurso usado por Zeus para punir os mortais.¹¹

No texto de Locke, porém, "o trabalho do corpo e a obra das mãos" adquirem ainda outras implicações. Não deveriam se restringir à preservação das necessidades vitais de cada um, pois, se assim fosse, a natureza permaneceria "inculta" e o homem estaria relegado a viver sem "comodidades". O trabalho só seria recompensado se fosse *produtivo*, ou seja, se ampliasse as "reservas comuns" da humanidade, assegurando a fertilidade da terra e a abundância de bens disponíveis ao consumo de todos.

Desse modo, Locke desdobrava a discussão diferenciando trabalho produtivo e trabalho improdutivo. A produtividade não estava apenas nos resultados gerados pelo esforço humano, mas na própria energia humana que fabricava os meios de subsistência e era capaz de produzir excedentes de forma incessante. Ampliar as "reservas comuns" da humanidade significava, então, produzir, de maneira metódica e disciplinada, bens que enriquecessem o mundo. O trabalho improdutivo não criava riquezas, não criava mercadorias porque não superava a mera sobrevivência individual.

Entretanto, os liames entre trabalho e produtividade e entre força de trabalho e geração de riquezas serviam para que Locke justificasse e legitimasse aquilo que efetivamente desejava provar: o nexó indissolúvel entre trabalho e propriedade. Aos homens "diligentes e racionais" cabia o direito de se apropriar de parcelas da natureza, anteriormente comuns. Campos abertos nunca chegariam a produzir, em quantidade e qualidade, o que uma "terra fechada e cultivada" poderia proporcionar. Isto porque, a transformação daquilo que era comum em propriedade privada deveria se processar, simultaneamente, à apropriação e dominação dos recursos naturais por intermédio de técnicas e saberes específicos. O detentor da propriedade estava, desse modo, investido de um poder cujos limites ultrapassavam a exploração das potencialidades que a terra concentrava. A propriedade fundamentava a liberdade com a qual seus possuidores usurpavam para si a autonomia dos demais, submetendo-os ao trabalho penoso de prover as necessidades materiais da vida para todos.

⁸ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Op. cit.*, 2.v., p.160-164.

⁹ LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*.

¹⁰ ARENDT, Hannah. *A condição humana*, cap.III.

¹¹ ARENDT, Hannah. *Op. cit.*, cap.III, especialmente p.90-104.

Quando Vilhena, Mawe e Saint-Hilaire se referiam a existência de recursos e de contingentes de pessoas "ociosos" exteriorizavam a mesma lógica com a qual Locke definiu o trabalho produtivo. É a ótica do lucro e da acumulação que presidia essas interpretações. Como destacou Izabel Marson, as terras eram "mal aproveitadas" porque estavam na posse de homens que não as utilizavam para produzir mercadorias e atuavam *fora* do controle dos proprietários. Rendeiros, posseiros e artesãos trabalhavam para sua subsistência ou para trocarem os produtos nas feiras locais.¹² Além do mais, a autonomia desses trabalhadores alicerçava-se na memória de saberes e em formas de apropriação do tempo que se opunham à racionalidade do "tempo útil", escapando à disciplina do relógio e da produtividade incessante. De outro lado, à memória de saberes tradicionais aliava-se a memória de direitos civis assegurados pelos costumes e pelas regulamentações do Antigo Regime. Cabia às autoridades proteger os "súditos" garantindo-lhes o acesso à posse da terra, à água potável e a gêneros, como carnes e farinhas, que, por serem considerados de primeira necessidade, tinham preços e qualidade controlados.

Entre os fins do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX assistia-se a ação decisiva de proprietários em direção à desorganização desses direitos. Tentavam, através de múltiplas estratégias, expulsar posseiros e rendeiros dos lotes que ocupavam; procuravam tornar inoperante a legislação que regulava o abastecimento de produtos indispensáveis e estavam dispostos a rever técnicas de plantio e de beneficiamento da produção agrícola. Denunciavam com essas práticas a conformação de novas formas de relacionamento entre os homens e destes com a natureza. Se a "ociosidade" era interpretada como entrave para o "progresso material" e para a realização da liberdade, os projetos acalentados por proprietários colocavam em risco as condições de vida de homens livres pobres e de pequenos recursos. Essas pessoas resistiram ao despojamento dos modos de ser e de agir que norteavam seu cotidiano e sustentavam sua autonomia, pois sentiam que a ameaça maior que pesava sobre eles era a de ficarem à mercê das necessidades da vida e do labor.

Foi em meio ao percurso contraditório dessas transformações que a pobreza adquiriu assustadora visibilidade, ganhando ressonância a imagem da "multidão indigente" que Vilhena e seus contemporâneos elaboraram. Seguramente, porém, não era fruto da "vadiagem", mas um dos resultados mais tangíveis da dinâmica da acumulação.

BIBLIOGRAFIA

- ARENDR, Hannah. *A condição humana*. Trad. R. Raposo. Rio de Janeiro : Forense-Universitária, 1987.
- DE DECCA, Edgard. *O nascimento das fábricas*. São Paulo : Brasiliense, 1982.
- LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*. Trad. E. J. Monteiro. São Paulo : Abril Cultural, 1973.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil (1808-1816)*. Trad. M. S. Rodrigues. Belo Horizonte, São Paulo/Itatiaia : EDUSP, 1975.
- MARSON, Izabel Andrade. Trabalho livre e progresso. In: *Revista Brasileira de História*. n.7, mar. 1984. São Paulo : ANPUH/Editora Marco Zero.
- MAWE, John. *Viagem ao interior do Brasil (1807-1811)*. Trad. S. B. Viana. Belo Horizonte, São Paulo/Itatiaia : EDUSP, 1978.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo (1819)*. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1938, 2v.
- VILHENA, Luís dos Santos. *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas contidas em XX cartas (1802)*. Bahia : Imprensa Oficial do Estado, 1922, 2v.

keyboards: Leisure,

Work,

History,

Brazil.

ABSTRACT: In this article I try to discuss some of the meanings of the representations according to which laziness and poverty are tied together in Brazil. Based on some documents of the end of the 18th century and the beginning of the 19th, I intend to emphasize how the relation among work and richness generation was built.

¹² MARSON, Izabel Andrade. Trabalho livre e progresso. In: *Revista Brasileira de História*. n.7, p.81-93.

PALAVRAS CHAVES: Tempo Fragmentado / Tempo Totalizante / Trabalho-Lúdico

RESUMO: Uma das maiores contribuições que a Antropologia tem oferecido às demais ciências diz respeito à noção de relativismo cultural, ou seja à compreensão de que as formas de se conceber o real e as práticas culturais são invenções sociais, referidas a épocas e a espaços específicos.

O artigo contrasta a visão capitalista de tempo - fragmentado, utilitário, centralizado no trabalho e na produtividade - com a visão de tempo de sociedades denominadas "primitivas", onde não existe a fragmentação entre diferentes esferas da existência. Sugere que o educador poderia recorrer a dados da visão de tempo dessas sociedades ditas "totalitárias", no sentido de um manuseio experimental de outras formas de vivenciar o tempo, o lúdico e o ócio, sobretudo em se tratando de um público infantil.

"És um senhor tão bonito quanto a cara de meu filho tempo, tempo, tempo, tempo" (Caetano Veloso).

Uma das contribuições mais importantes que a Antropologia tem oferecido às ciências que estudam o homem diz respeito à noção de relativismo cultural. Na realidade, parece que está aí a chave de nosso ofício: a compreensão de que a condição de ser humano é sempre parcial e se realiza através da construção da cultura, que é, por princípio, um ato social, referido a espaços e tempos específicos. Por não sermos seres socialmente genéticos, mas culturais, não existe o alimento do ser humano, o idioma, a forma de organização social, a forma de caminhar, cumprimentar, sentar, dormir, etc. O que efetivamente existe é a condição de humanidade, a capacidade de manipular símbolos, o que quer dizer, organizar e atribuir significados ao mundo e operar a realidade tendo como referência o plano da representação simbólica.

A etnografia tem demonstrado que a "natureza humana" inexistente até naqueles aspectos em que o senso comum está acostumado a considerar como meramente instintivos ou genéticos, como a identificação de cores, odores, sabores, a percepção visual, tátil e auditiva. São as sociedades que estabelecem seus paradigmas visuais, auditivos, gustativos, olfativos, tácteis, fazendo com que cada um de seus integrantes desenvolva, com maior ou menor acuidade, esses órgãos do sentido. Concretamente falando, uma criança ao nascer carrega consigo um potencial de humanidade (a capacidade de elaborar o mundo de forma abstrata), mas, efetivamente, só se "transforma" em ser humano a partir de sua inserção em uma sociedade, ou seja, através da incorporação de convenções que se localizam na esfera da representação, constituindo-se em sistemas de significação e em referenciais norteadores da ação.¹ Isso quer dizer que a própria forma de *pensar* o real, as operações mentais, são condicionadas por categorias culturais, refletidas no próprio instrumental linguístico que a sociedade cria e oferece a seus participantes.²

* Agradeço a colaboração do jornalista Marcius Val de Casas.

¹ Clifford GEERTZ. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

² Alguns exemplos clássicos: os Trobriandeses (Melanésia) desconhecem o uso de adjetivos, sendo que o próprio nome já contém a definição da essência do ser, inexistindo, então, em sua linguagem, o verbo ser (Dorothy LEE. "Codificações Lineares e Não-Lineares da Realidade" In *Revolução na Comunicação*. Carpenter e McLuhan (organizadores). Rio de Janeiro: Zahar, 1974. Nos Nuer (Sudão) "além do ciclo anual, a contagem de tempo é uma concepção da estrutura social, e os pontos de referência são uma projeção no passado de relação concretas entre grupos de pessoas. Ele é não tanto um meio de coordenar acontecimentos, quanto de coordenar relacionamentos e consiste, portanto, notadamente, em olhar-se para trás, já que os relacionamentos têm que ser explicados em termos de passado" (E. EVANS-PRITCHARD. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva, 1978, p.121). Para os Suyá (Brasil) "O odor é um meio importante de classificar animais, pessoas em certos estados, os fluidos do corpo e certos atributos. O reino animal está dividido em três grupos a partir do cheiro. Existem animais de cheiro forte, acre e brando" (Antony SEEGER. *Os Índios e Nós*. Rio de Janeiro: Cámpus, 1980. p.119).

Conjecturando sobre o real: cidade grande. Duas crianças acabam de nascer. Uma, de classe média, bem alimentada, freqüente as melhores escolas, dispõe de todas as parafernálias que a tecnologia pode oferecer - telefone, carro, vídeo-cassete, microcomputador, etc. O dia-a-dia é recortado por atividades fixas, ritualizadas pelo café da manhã, almoço e jantar. Outra, vive no mangue, em uma palafita, onde o espaço é disputado *palmo a palmo*. Não usufrui de nenhum serviço urbano. É desnutrida. Não vai à escola. Convive cotidianamente com a morte (parentes, amigos, vizinhos). Para ganhar a vida, vive nas ruas, estando exposta, desde pequena, às regras mais sórdidas do capitalismo selvagem.

Depois de dez anos, o que representará para as duas a noção, por exemplo, de espaço, tempo, privacidade?³ Que tipo de seres humanos foram construídos por essas duas situações econômico-existenciais? Elaborarão o mundo através dos mesmos parâmetros? Certamente, não. Os dois contextos terão edificado seres com visões de mundo bem distintas, não só em termos de valores e regras sociais, como, também, em relação à própria forma de elaborar a realidade, ou seja, os paradigmas que referenciam a classificação do real, inclusive naqueles aspectos que parecem (erroneamente) tão óbvios, como a relação entre bonito/feio, privado/público, ócio/trabalho, bem/mal, etc. Como afirmaria Rodrigues, esses dois seres são iguais por direito, mas não o são de fato.⁴ E essa questão, então, além de ser econômica e política, é, também, cultural.

Por outro lado, que interesse existe, para além da curiosidade sobre aquilo que pode ser o exótico ou o inusitado, em conhecermos através de pesquisas etnográficas, culturas de povos tão diferentes de nós? O que pretendem os antropólogos quando, sacrificando seus próprios costumes, passam meses e anos a fio tentando entender a lógica subjacente às práticas culturais de sociedade "escondidas" em selvas, desertos, savanas, montanhas? O que isso tem a ver com nossa sociedade? Que interesse haveria em se conhecer a visão que os Yano-

mami têm sobre o sobrenatural? Ou o tipo de organização econômica Nuer? Ou a mitologia Kachin? Ou a estética Karajá? Atrás de que tipo de conhecimento estamos indo e que contribuições podemos oferecer às ciências, de uma forma geral?

Para além das inúmeras contribuições que os antropólogos têm oferecido no sentido da preservação e da defesa de culturas ameaçadas de desaparecimento (o que representa o extermínio também físico de seus membros, já que não existe sociedade sem cultura), estamos buscando compreender a universalidade através da diversidade cultural. Ou seja, tentamos desvendar a lógica que move sociedades diferentes da nossa, de forma a que o reconhecimento da alteridade possa, por um lado, criar um olhar de respeito sobre aquilo que não é o nosso espelho cultural e, de outro, construir referenciais para entender não só nossa própria sociedade, como também, a condição de universalidade (igualdade) do ser humano.⁵ Isso significa, necessariamente, ter que penetrar em todas as esferas da construção social (a linguagem, o parentesco, a forma de relacionamento com a natureza, a religião, a política, etc.) e dispor de instrumentais para comparar sociedades diferentes, tanto no sentido da relativização - e da crítica - aos nossos próprios paradigmas culturais, quanto na procura ontológica da universalidade humana.

Assim, a Antropologia tem sido, cada vez mais, requerida como disciplina complementar em várias áreas do conhecimento, particularmente naquelas que, extrapolando o facciosismo da produção científica tradicional, passaram a perceber o ser humano como totalidade indivisível, mas absolutamente relativo a espaços e tempos específicos.

Uma das áreas de pesquisa antropológica que tem suscitado grande interesse à formulação de abordagens interdisciplinares diz respeito à forma como diferentes culturas concebem o tempo e nele projetam sua existência. Ou, mais particularmente, como sociedades ditas "primitivas" recortam e administram a existência coti-

³ Cf. Eduard HALL. *A Dimensão Oculta*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

⁴ José Carlos RODRIGUES. *Antropologia e Comunicação: Princípios Radicais*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989. Há vários autores brasileiros que apontam para a dificuldade em se perceber e analisar aquilo que nos é familiar, como é o caso da realidade urbana. "Para que o familiar seja percebido antropológicamente, ele tem que ser, de algum modo, transformado no exótico". Roberto da Matta. *Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social*. Petrópolis: Vozes, 1981. p.162.

⁵ "Há, porém, um ponto de vista mais profundo e mais importante do que o desejo de experimentar uma variedade de modos humanos de vida, e que é o desejo de transformar tal conhecimento em sabedoria. Embora possamos, por um momento, entrar na alma de um selvagem e, através de seus olhos ver o mundo exterior e sentir como ele deve sentir-se ao sentir-se ele mesmo, nosso objetivo final é enriquecer e aprofundar nossa própria visão de mundo, compreender nossa própria natureza e refiná-la, intelectual e artisticamente". Bronislaw MALINOWKI. *Argonautas no Pacífico Sul*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p.370.

diana em termos das atividades que dizem respeito a aspectos econômicos, políticos, mágicos, rituais, lúdicos, etc.⁶

Em nossa forma capitalista de pensar o mundo e de elaborar a realidade, a variável *tempo* é indissociável da variável *trabalho*, pois é em torno do fator tempo que se dá a dominação de uma classe por outra. A força de trabalho é vendida por um determinado espaço de tempo. É esse tempo (do assalariado) de que o capitalista se apropria que permite a este acumular riqueza e, conseqüentemente, reproduzir a desigualdade. Citando o mais importante clássico no assunto:

*A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador não produz para si mas para o capital. Por isso não é mais suficiente que ele produza. Ele tem que produzir mais-valia para o capitalismo, servindo assim à auto expansão do capital.*⁷

A existência do ser fica, dessa forma, recortada pelo tempo de trabalho, que não lhe pertence, mas ao capitalista, já que este é quem compra o trabalho (mercadoria), em contrapartida do salário. Porque o trabalho não pertence ao trabalhador (e lhe toma, via de regra, mais de um terço de suas horas diárias), todas as outras atividades cotidianas passam a ser referidas a esse tempo, obrigatório, fixo, e em torno do qual as outras esferas da existência passam a circundar. Um tempo sobre o qual o trabalhador não delegue e que, necessariamente, requer outro tempo para que a força de trabalho seja repostada. Nesse "tempo do não-trabalho" localiza-se, dentre outras atividades, um tipo de lazer programado e instrumentalizado para o trabalho, assunto sobre o qual não pretendemos nos aprofundar aqui.⁸

Queremos abordar a fragmentação do tempo, referindo-o ao trabalho e à esfera lúdica da existência, e tomando como parâmetro comparativo alguns dados da etnografia sobre sociedades primitivas. Conforme observa Da Matta,

*...nessas sociedades tradicionais onde o todo predomina sobre as partes, as atividades do trabalho não se separam de um tempo necessário para realizá-las, nem o trabalho é visto como realidade isolada, individualizada, inteiramente divorciada do homem que o realiza, concepção que é fundamental para que se possua o trabalho e se explore o homem. Tudo está coerentemente colocado e totalizado, numa forma de realidade social onde o abrangente não é o tempo percebido enquanto tal - como uma entidade dotada de sentido, força, razão e realidade - mas as relações sociais que, aqui, são relações totalizantes.*⁹

Ou seja, por ser cada homem dono de seu próprio trabalho, esta atividade não se dissocia das demais, nem é percebida de forma isolada, e, por isso, integra o ciclo vital da existência.

Observações feitas por etnógrafos em sociedades primitivas evidenciam que nessas culturas o tempo gasto com a atividade produtiva é significativamente menor que o por nós dispendido para o mesmo fim. Citando vários estudos clássicos da Antropologia, Rodrigues lembra o fato de que sociedades de caçadores que ainda não foram miserabilizadas pelo contacto com as sociedades ocidentais dedicam de

três a cinco horas diárias de trabalho descontínuo, para responder a todas as necessidades de seus familiares, fabricar instrumentos, reparar coisas....

O restante do tempo é reservado ao sono, descanso, atividades sociais, festas, rituais, viagens, etc. Exemplo notável é a dos Siane (Nova Guiné), que, tendo substituído machados de pedra por ferramentas de aço - diminuindo em trinta por cento o tempo gasto com o trabalho - ao invés de dar início à produção de excedentes, passaram a usufruir esse tempo de forma mais prazerosa: dança, festa, viagens, etc.¹⁰

⁶ A fragmentação das sociedades primitivas em esferas, tal qual o fazemos para analisar as sociedades capitalistas está remetida apenas ao plano conceitual, já que tanto a nível empírico, quanto a nível da representação, não existe, para essas sociedades, demarcação entre as várias atividades cotidianas. Conforme Pierre CLASTRES. *A Sociedade Contra o Estado*. Porto: Afrontamento, 1979, p.183-211.

⁷ Karl MARX. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, livro 1, vol.2, p.584.

⁸ Sobre o assunto, é bastante conhecido o trabalho de Nelson Carvalho MARCELINO. *Lazer e Educação*. Campinas: Papyrus, 1987 (com ampla bibliografia).

⁹ Roberto da MATTÁ. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro, 1983. p.22.

¹⁰ José Carlos RODRIGUES. Op. cit. pp.94-97.

Recorrendo a um dos questionamentos mais fantásticos que a Antropologia já formulou:

*por que é que os homens dessas sociedades quereriam trabalhar e produzir mais, quando três ou quatro horas cotidianas de atividade pacífica bastam para assegurar as necessidades do grupo? Para que lhes serviria isso? Para que serviriam os excedentes acumulados? Qual seria o seu destino? É sempre pela força que os homens trabalham para além de suas necessidades. E precisamente essa força está ausente no mundo primitivo, a ausência dessa força externa define a própria natureza das sociedades primitivas.*¹¹

Está aí um alerta para o olhar preconceituoso que acusa certas categorias sociais e regiões inteiras do Brasil como preguiçosas, ociosas, vagabundas, etc.

"É sempre pela força que os homens trabalham para além de suas necessidades". E "pela força" quer dizer: exploração, tema esse que nos remete diretamente a Weber. Esse clássico aponta para a existência de formas capitalistas de exploração do trabalho em várias partes do mundo, citando o Egito, Grécia, Roma, Índia, China, Babilônia e a própria Idade Média. Mas, destaca que a organização capitalista *racional* - baseada no trabalho livre, com a separação da empresa em relação à economia doméstica, com controle através de cálculos contábeis precisos e onde o trabalho é encarado como um fim absoluto (uma vocação) - não tem precedentes históricos.¹²

O advento das relações capitalistas modernas sustentou-se pelo surgimento de uma visão de mundo totalmente nova em relação à atividade trabalho, mentalidade esta que foi sistematizada e embalada pela Reforma Protestante.

*A velha atitude de lazer e conforto para com a vida deu lugar à rija frugalidade que alguns acompanharam e com isso subiram, porque não desejavam consumir mas ganhar, enquanto outros, que conservavam o antigo modo de vida, viram-se forçados a reduzir o seu consumo.*¹³

O ser humano, dentro dessa nova mentalidade histórica, passa a existir em função do trabalho, ou seja, exatamente o contrário do que acontece nas sociedades primitivas, onde a

*labuta não é um valor em si, não é algo que tem preço, que se oferece num mercado; não se opõe ao lazer, dele não se separando cronologicamente... não acontece em lugar especial, nem se desvincula das demais atividades sociais... Sempre que se pareçam com o que chamamos 'trabalhoso', tais atividades são imediatamente detestadas.*¹⁴

A um tempo em que as relações capitalistas avançam, institui-se, gradativamente, a idéia de que o destino do homem realiza-se através de sua vocação (o que você vai ser quando crescer?) e que "o homem deve trabalhar o dia todo em favor do que lhe foi destinado. Apenas a atividade serve para aumentar a glória de Deus". Conforme esses preceitos calvinistas, "a perda de tempo, portanto, é o primeiro e o principal de todos os pecados".¹⁵

"Trabalhar energeticamente em sua vocação". "O trabalho constitui a própria finalidade da vida". "A falta de vontade de trabalho é a ausência do estado de graça". Esses são princípios perseguidos pelo puritanismo na Inglaterra,¹⁶ enquanto o capitalismo vai se consolidando definitivamente. Do outro lado dessa moeda chamada "louvor ao trabalho", onde aparece o sorriso aberto do capitalista, cada vez mais próspero, vai-se moldando a cara do assalariado, cada vez mais anônimo, um monte de músculos, encoberto pela fumaça dessa nova "racionalidade".

Conforme Weber, o puritanismo condenava o esporte, que só deveria ser praticado enquanto restabelecimento do corpo para o trabalho; a novela, a música popular, a poesia, o teatro, a literatura, canto, ou seja, toda forma de expressão artística era considerada "perda de tempo", estabelecendo-se um confronto histórico entre o utilitário e o artístico.¹⁷ Sem a arte e sem o aspecto lúdico da existência, a vida vai girando só em torno da atividade trabalho e, portanto, padroniza-se. Todos os

¹¹ Pierre CLASTRES. Op. cit. p.189.

¹² Max WEBER. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1967.

¹³ Idem, p.44.

¹⁴ José Carlos RODRIGUES. Op. cit. p.101.

¹⁵ Max WEBER. Op. cit. p.112.

¹⁶ Idem, p.113.

¹⁷ Idem, pp.120-121.

dias ficam iguais, insípidos. O homem encontra, assim, sua plena fragmentação, já que não tem mais controle sobre o seu próprio tempo, o que quer dizer, sobre sua existência cotidiana.

Rodrigues refere-se a um interessante paralelo entre o aparecimento do relógio e o advento das relações capitalistas, que passam a medir tudo em função do tempo. Tendo surgido por volta do século XIII, os relógios dispunham, inicialmente, de um só ponteiro, eram bastante imprecisos e de uso coletivo, já que decoravam torres de igrejas. A partir do século XVII é que começam a aparecer os ponteiros de minutos e, no século XVIII, surge o ponteiro de segundos, aumentando-se, também, a precisão.¹⁸

Valeria a pena refletirmos, a cada vez que olhamos para os nossos pulsos, o que representam esses estranhos objetos que medem as horas, datas, fazem programas, jogos, calculam, despertam, memorizam, denunciam nosso atraso e são capazes, até, de medir milésimos de segundos. Que tipo de sociedade eles espelham? São o símbolo de nossa existência fragmentada. Mostram, com absoluta precisão, uma mentalidade histórica (capitalista) que transformou o tempo em mercadoria (tempo é dinheiro) e que, retirou de nossa visão de mundo a percepção do tempo através de outros parâmetros - como o sono, a preguiça, a disposição, o sentimento, o medo. Estamos dentro de um sonho, uma conversa, uma fantasia, uma criação e, de repente, ouvimos o relógio dizer que o tempo acabou porque às sete e quarenta e cinco temos que entrar no trabalho. E é esse tempo que conduz o nosso dia. Um tempo, via de regra, vivido para outrem, exceção feita a atividades e profissões que podem extrapolar essa realidade e vivenciar o tempo em seu sentido mágico e, portanto, não mensurável. É no plano da criação, daquilo que extrapola o meramente utilitário, que se situa esse tempo não linear que as sociedades primitivas conhecem tão bem.

Como afirma Rodrigues,

um simples passeio pelos museus de etnografia nos ensina serem as ferramentas indígenas - cuias, arcos, flechas, bordunas, remos, canoas, potes, cestos, etc. - muito mais que objetos técnicos e funcionais, capazes apenas de cumprir as tarefas que deles se esperam: são também objetos estéticos, dedicados à contemplação e ao manuseio prazeroso, à veiculação de mensagens míticas e rituais.¹⁹

O detalhamento simbólico dos objetos produzidos por essas sociedades é construído por mãos que não percebem o tempo como mercadoria e que, portanto, não estão atadas a um relógio, sob a idéia de que tempo é dinheiro.

Uma recente entrevista de Davi Kopewana, líder Yanomani²⁰ retrata claramente essa visão de mundo sobre o tempo. O entrevistado não sabe precisar sua própria idade, desconhece a idade da mulher e dos três filhos, afirmando, quando interrogado a respeito, que "isso é coisa de branco, sem necessidade". E diz mais: "os brancos são burros. Nós somos preparados para sonhar. A gente amarra as redes nas árvores, que servem como antenas, e os sonhos chegam na rede, como se fossem telefone. A gente viaja para o céu, estrelas, montanhas e rios. A gente voa para outro mundo". Está aí uma crítica à moderna forma capitalista de pensar o mundo, onde o tempo livre é encapsulado numa atividade chamada lazer, que, nas sociedades modernas, tem sido cada vez mais instrumentalizado para a produtividade. Por isso, não há espaço vital para o sonho, para o mágico, para o ócio,²¹ para uma relação lúdica e prazerosa com o mundo, a não ser em espaços de tempo reservados exclusivamente a esse fim: os finais de semana, férias, feriados, aposentadoria, que passamos a vida a esperar mas que acabam sendo vivenciados como um tempo sempre referido ao trabalho.

Podemos, então, perguntar: por estarmos existencialmente amarrados a esse "tempo capitalista", será, então, impossível vivenciarmos a realidade de outra forma? Será que essa visão de um tempo linear, cronometrado, é uma fatalidade da qual não podemos escapar? A Antropologia está aí para afirmar que esse olhar para a alteridade, para o que não é o nosso espelho cultural, pode apontar caminhos para uma reflexão sobre outras formas de perceber e construir o real. Cabe ao educador, em seu papel de compositor de um saber crítico, instigar - sobretudo quando se trata de crianças, que estão aprendendo os paradigmas de sua sociedade - o manuseio experimental de outras visões sobre o tempo, lançando mão, inclusive, de referenciais da visão que outras culturas têm sobre o mesmo.

A cultura brasileira tem fortes raízes africanas e indígenas, ou seja, grosso modo, de sociedades que se formaram através de visões totalitárias de mundo e que, por isso, vivenciaram milenarmente o tempo através de outros parâmetros. Não teremos, então, dentro de nós, a

¹⁸ José Carlos RODRIGUES. Op. cit. p.139.

¹⁹ Idem, p.97.

²⁰ Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, 14 de julho de 1991, Revista d', pp.10-14.

²¹ Cf. João RIBEIRO. "Algumas Considerações sobre ócio como Lazer" in: REFLEXÃO. Campinas: PUC, n.35, 1986, pp.38-42.

possibilidade de percebermos o tempo vital de uma forma mais prazerosa, mesmo considerando-se a hegemonia da visão de mundo capitalista sobre o tempo? Afinal, não estará o artista - que (por ser criador) tem que, contingencialmente, vivenciar o tempo através de outros pa-

râmetros - cantando o que nós gostaríamos de poder cantar a altos brados? Ele diz: "Se Deus quiser, um dia quero ser índio, viver pelado, pintado de verde, num eterno domingo".²²

KEY WORDS: *Fragmented time*
Totalized time
Work-Games

ABSTRACT: *One of the biggest contribution that Antropology has offered to the others sciences tells us about cultural relativism, that is the comprehension of the ways of seeing real and cultural practices are social inventions refering to eras and specific spaces.*

The article contrast the capitalist view of time - fragmented, utilitarian, centered on work and productivity - with a view of time of societies colled "primitives", where there is no fragmentation between the different spheres of being. It suggest that educator could take recourse in data of the view of time of these totalitarian societies, in the sense that an experimental handling of others forms of experiencing time, games and leisure, especially when refering to children.

²² Rita LEE. "Baila Comigo", do LP RITA LEE e ROBERTO DE CARVALHO, Som Livre, 1980.

A BRINCADEIRA TRADICIONAL COMO UMA OPÇÃO DE RECREAÇÃO ORIENTADA*

Margarita Barreto¹

RESUMO: O presente artigo pretende retomar o histórico da relação entre brincadeiras e educação, propondo uma opção pela corrente que sugere não instrumentalizar o jogo e sim estimular a própria brincadeira porque ela "per se" propicia uma experiência educativa. Dentro das brincadeiras, propomos a retomada das brincadeiras tradicionais pelas suas qualidades intrínsecas que permitem elaborar as diferentes experiências cotidianas e pela inexistência do apelo ao consumismo, visto não precisarem quase de materiais industrializados. Finalmente aspiramos a contribuir, com os profissionais da área na criação de um quadro de classificação de brincadeiras, que poderá servir como instrumento para classificar seu próprio acervo, seja ele de brincadeiras tradicionais ou não.

1. DO PAPEL PEDAGÓGICO INTRÍNSECO AO JOGO

No início deste século aconteceu a primeira revolução concreta na metodologia do ensino escolar. Muitos pensadores, como Rabelais, Campanella e Rousseau tinham elaborado, em séculos anteriores, teorias a respeito, porém só seriam os chamados "escolanovistas" que colocariam em prática as novas práticas pedagógicas.

John Dewey nos Estados Unidos, Ovide Décroly na França, Maria Montessori na Itália, Makarenko na União Soviética (este com premissas quase opostas) descobrirão, com a inestimável ajuda da psicologia, que as crianças aprendem melhor fazendo e tendo um "centro de interesse".

O interesse fundamental das crianças é brincar. Explicar o porquê não é intenção deste texto. O incontestável é a existência dessa vontade.

A partir da apropriação dessa descoberta por uma legião de seguidores, primeiramente na Europa e América do Norte, depois na América do Sul, aconteceram duas coisas: uma, a criação do conceito e a introdução no mercado de "jogos educativos" e "brinquedos pedagógicos" inventados e fabricados especificamente com a finalidade de servirem ou para ajudar na transmissão de conteúdos da educação formal, ou para estimular o desenvolvimento natural da criança; e, outra, o resgate de

brincadeiras tradicionais, pela escola, para instrumentalizá-las a serviço das suas próprias finalidades. Criava-se a "educação pelo jogo" uma variação da "educação pelo lazer" que continua a ser aplicada.

"Na educação, o lazer tem sido utilizado hoje, como instrumento mais eficaz, porque suave" (Marcelino, 1987:51), devido a "suas potencialidades para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos" (Marcelino:60). O autor, porém, faz um alerta para que não se percam de vista as qualidades educativas intrínsecas ao lazer, (que propicia uma educação espontânea) e aponta para os riscos da pedagogia através do jogo: "perde-se de vista o prazer e instrumentaliza-se o lazer" (Marcelino:103). Se não for trabalhado o assunto cuidadosamente por parte da escola, corre-se o risco de cair na tese conservadora de "instrumentalização do lazer como fator que ajuda a suportar a disciplina e as imposições obrigatórias da vida social" (Marcelino:38).

Esta preocupação vem acompanhando os pedagogos europeus há mais de uma década; eles propõem, em lugar da pedagogia *pelo* jogo, um pedagogia *do* jogo (educação *para* lazer), introduzindo, inclusive, os jogos como uma disciplina específica dentro do curriculum escolar:

É preciso, na época em que vivemos, preparar uma verdadeira pedagogia do jogo que possa tornar-se complementar da pedagogia

* O presente artigo sucede a um trabalho realizado com apoio da Funarte. O relatório completo da atividade foi publicado nos Anais do II Encontro dos Museus de Países de Língua Portuguesa, acontecido em Mafra, em 1989, editado pelo ICOM, pag. 115-134.

¹Bacharel em Turismo pela Puccamp e Mestranda em Educação pela Unicamp (Fac. Educação, Decisae)

do trabalho. Não se pode mais deixar a criança jogar pura e simplesmente, porque, no contexto atual, isso nunca é simples, isso nunca é puro. Ao mesmo tempo, porém, quem tem que ensinar o jogo corre o risco de cair, novamente, no velho ramerrão da pedagogia pelo jogo" (Leife Brunelle, 1978:121).

Toda criança brinca, mesmo em condições extremas de pobreza fome ou aflição, sempre encontra uma forma de expressar, nem que seja por breves instantes, esse ludismo intrínseco ao homem de que trata Hui-zinga.

Então, por que pretender introduzir métodos científicos numa atividade tão natural? Precisamos realmente controlar o que as crianças brincam?

Sim, porque já "brincar deixou de ser inocente e puro"; estão aí a indústria cultural e a sociedade de consumo para produzir a transformação. As brincadeiras, assim o lazer em geral, foram padronizando-se nos moldes impostos pelos interesses econômicos.

Com o desenvolvimento da técnicas de comunicação de massa, a produção cultural deixa de atingir um nível local... (e os) conteúdos devem sensibilizar grandes massas, trazendo como consequência a homogeneização (Marcelino:69).

Em, poderíamos acrescentar, a mediocridade. Basta ligar a televisão em qualquer programa de auditório, fundamentalmente naqueles dirigidos às crianças, cujos aspectos nocivos ao público alvo transcendem os interesses de vendas de discos, sandálias, e outros artigos suntuários, passando pelo linguajar chulo, as condutas grosseiras, o estímulo a uma sexualidade precoce e a competitividade onde tudo vale.

Então precisa-se de uma ação contra-hegemônica.

Na procura deste controlar que não significa instrumentalizar, chegamos aos brinquedos e brincadeiras tradicionais, quase autosuficientes no que se refere ao consumo (os brinquedos podem ser confeccionados com sucata e as brincadeiras não requerem quase equipamentos), pouco contaminados ainda pela sociedade industrial e que reúnem em si todas as condições para um desenvolvimento de crianças e adolescentes, tanto na área afetiva, quanto na cognitiva e intelectual.

Sabemos que não é tarefa fácil, tendo em conta que verifica-se um certo preconceito quanto às brincadeiras tradicionais, especialmente na classe média², que as associa a "brincadeiras de rua" e, por extensão a "criança de rua" e marginalidade.

Por outro lado, não podemos esquecer que os brinquedos são também símbolos do poder econômico, que o indivíduo precisa exibir e as brincadeiras estariam dentro do que Veblain classifica como "*formas de entretenimento mais baratas ou mesmo gratuitas*" que o indivíduo de classe média "*evita por esnobismo*" porque precisa de consumo emulativo para manter as aparências. (conf. Wright Mills,1976:273-274).

Assim, a prática das brincadeiras tradicionais dentro das escolas ou em situações de recreação orientada em hotéis ou instituições várias, requer a intervenção de um agente que as estimule dando à criança a possibilidade de descobrir que ela pode criar e divertir-se sem ser uma consumidora passiva nesta sociedade que procura "compensar a falta de criação cultural da própria criança por uma produção cultural para a criança" (Marcelino:117), com a finalidade de transformá-la em mais um escravo do sistema.

2. UMA TENTATIVA DE CLASSIFICAÇÃO

As brincadeiras que pesquisamos em Campinas³ entre crianças de 8 a 14 anos nos forneceram material para propor uma classificação que pretende ser mais uma dentre as outras da vasta literatura sobre o assunto.

Após cuidadosa leitura de Piaget, que diz que

sem dúvida existem, no domínio do jogo infantil, manifestações de um simbolismo mais oculto, revelando no sujeito preocupações que, às vezes ele próprio ignora" (Piaget, 1964:218),

de Leif e Brunelle que afirmam que

a significação simbólica do jogo penetra os jogos de regra, transportando para estes o mundo da recompensa e da punição: proteger-se ou refugiar-se, transportar-se ou perpetuar-se (Leife Brunelle, 1978:50)

² Neste contexto específico, com o risco de sermos muito simplistas, e sem deixar de lado o conceito marxista de classes referido ao lugar dentro dos meios de produção, também colocamos dentro de classe média alguns operários especializados que tem salários que lhes permitem a aquisição de brinquedos, mesmo a prestações.

³ Juntamente com a antropóloga Elisete Zanlorenzi.

e Huizinga, que reafirma o anterior quando diz que "toda vitória representa, isto é, realiza para o vencedor o triunfo dos poderes benéficos sobre os maléficos" (Huizinga, 1980:64), concluímos que, dado o nosso universo de criança na fase operatória concreta (caminhando alguns para a abstrata) (conf. Piaget) todos os jogos são simbólicos, pelo menos na medida em que se identificam com a própria sociedade.

Cientes de que "assim que aparece a imaginação simbólica e as regras sociais, a classificação pelo conteúdo torna-se cada vez mais equívoca" e que "há certo politeísmo nos jogos complexos" (Piaget:139), a nossa classificação pretende apenas organizar e dar um panorama dos vários aspectos que cada brincadeira mobiliza, sem pretender priorizar um único conteúdo, partindo de duas grandes divisões: JOGOS DRAMÁTICOS e JOGOS DE REGRAS.

DEFINIÇÕES:

JOGOS DRAMÁTICOS: Todos aqueles que imitam a realidade de uma forma quase teatral. Exemplo: brincar de casinha.

JOGOS DE REGRAS: São aqueles em que há requisitos antes e durante. Podem ser divididos em:

Simples: Muito similares aos esportes; há regras rígidas.

Exemplo: queimada.

Com escolha consciente: Em determinado momento do jogo, a regra estabelece que alguém, geralmente o "mestre" faça uma escolha, ordene uma atividade aos outros. Exemplo: Balança caixão.

Com dramatização: Não é igual ao jogo dramático. A regra estabelece que em determinado momento da brincadeira uma cena do cotidiano seja imitada. Exemplo: mamãe polenta.

Os jogos de regras permitem vários níveis de atividade física, dos mais agitados até aqueles em que todos

permanecem sentados, assim como vários níveis de elaboração que discriminamos da seguinte forma:

a) - Nível de elaboração física

- a. 1. - Coordenação motora grossa: movimentos amplos. Exemplo: corridas.
- a. 2. - Coordenação motora fina: Estímulo aos movimentos de precisão. Exemplo: confecção de brinquedos.

b) - Nível de elaboração psíquica

- b. 1. - Atenção/Percepção. Exemplos: alerta, detetive.
- b. 2. - Memória/Imaginação. Exemplo: alfândega.
- b. 3. - Desinibição/erotismo. Exemplo: beijo, abraço, aperto de mão.
- b. 4. - Agressividade. Exemplo: arréia mula.

c) - Nível de elaboração social

- c. 1. - Cooperação. Exemplo: pega corrente
- c. 2. - Competição
 - c. 2. 1. - Simples. Exemplo: cabo de guerra.
 - c. 2. 2. - Dominação/exclusão. Exemplo: dança da laranja.
 - c. 2. 3. - Ganhos materiais. Exemplo: bolinha de gude.
 - c. 2. 4. - Perseguição/medo. Exemplo: toda a brincadeira de pega.

Acreditamos que a matriz da Fig. 1 possa ser de grande utilidade para pesquisadores, professores, recreacionistas e todas as pessoas que, de alguma forma, queiram organizar seu material para achar a brincadeira adequada para o momento.

C/ ESCOLHA CONSCIENTE	C/ DRAMATIZAÇÃO	NÍVEIS DE ELABORAÇÃO	FÍSICA		PSÍQUICA				SOCIAL				NÍVEL DE AGITAÇÃO A = Agitado I = Intermediário C = Calmo	
			COORDENAÇÃO MOTORA GROSSA	COORDENAÇÃO MOTORA FINA	ATENÇÃO/PERCEPÇÃO	MEMÓRIA/IMAGINAÇÃO	DESINIBIÇÃO EROTISMO	AGRESSIVIDADE	COOPERAÇÃO	COMPETIÇÃO				
		BRINQUEDO/ BRINCADEIRA								SIMPLES	DOMINAÇÃO/ EXCLUSÃO	GANHOS MATERIAIS	PERSEGUIÇÃO/ MEDO	

3. BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, P. *Dinâmica lúdica*. São Paulo : Loyola, 1974.
- ALVES, R. *Da inutilidade da infância*. Folha de São Paulo, Folhetim, 05 de maio, 1982.
- CORREIO DA UNESCO. *Eles revolucionaram a educação*. v.11, n.7, julho, p.22.
- HUIZINGA, J. *Homo Ludens*. São Paulo : Perspectiva, 1980.
- LEIF, J., BRUNELLE, L. *O jogo pelo jogo*, Rio de Janeiro : Zahar, 1978.
- MANACORDA, M. *História da educação*. São Paulo : Cortez, 1989.
- MARCELINO, N. *Lazer e humanização*. Campinas : Papirus, 1987.
- OLIVEIRA, P. S. *Brinquedo e indústria cultural*. Petrópolis : Vozes, 1986.
- PIAGET, J. *A formação do símbolo na criança*. Rio de Janeiro : Zahar, 1964.
- SARTRE, J. P. *Las palabras*. Buenos Aires : Losada, 1972.
- WRIGHT MILLS, C. *A nova classe média*. Rio de Janeiro : Zahar, 1976.

ABSTRACT: This paper begins with a historical approach about the relationship between education and children's plays, bending to the philosophy of those who believe that the correct thing is not to use plays as a means of education but to stimulate the act of playing in itself, because it brings possibilities of inner educational processes. Among the universe of children's plays, we chose traditional ones because of two reasons, the possibility of elaborating day-to-day experience and the low rate of consumism, being that they need few or no industrial materials at all. Finally we wish to contribute somehow with the recreation professionals, through the table created to classify children's plays, as a help to organize their own collection of entertainments, traditional or not.

O CULTO DO CORPO-PRAZER, O FENÔMENO LAZER E O LÚDICO

Heloisa Turini Bruhns – FEF – UNICAMP

*UNITERMOS: Lazer,
Corpo,
Prazer,
Lúdico*

RESUMO: O artigo pretende discutir o fenômeno lazer, sua relação com a industrialização e com algumas atividades corporais.

O fenômeno do lazer vem se apresentando como justificativa para muitas práticas e opções de vida. A sociedade vem se urbanizando cada vez mais em consequência do avanço industrial. Mudam-se as concepções, os conceitos e os comportamentos. Qual o processo que conduziu a esse quadro social? Às vezes, a reflexão e a crítica tornam-se difíceis nesse emaranhado e nessa roda viva. Vivemos massacrados, mas vivemos, ou melhor, sobrevivemos. Dessa forma também colaboramos com comportamentos e realizações, que às vezes repudiamos. É a armadilha da cultura. Para não ficarmos presos em suas amarras, temos que desenvolver uma certa aguçada perceptiva, dificultada pelos automatismos impostos.

Esse texto pretende se constituir numa análise desse fenômeno que faz parte do nosso cotidiano, que é o lazer, bem como as atividades nele compreendidas e diretamente relacionadas ao uso do corpo humano.

O lazer é "coisa de vagabundo?", "apartamento de luxo?", "asa delta?". Enfim, qual o seu significado?

Muitos estudiosos do assunto colocam-no como compensação do trabalho, outros como reposição da força de trabalho, outros como um "tempo livre" para o indivíduo e/ou o grupo social realizarem o que desejam. Todos numa linha bastante funcionalista.

Numa perspectiva mais crítica e desenvolvimentista, o lazer se constitui naquele tempo disponível (que nunca deixará de ser condicionado por fatores sócio-políticos-econômicos e por isso a não preferência pela de-

nominação "livre")¹, que resta após o trabalho, afazeres domésticos e do tempo necessário para satisfazer necessidades fisiológicas. Não fica difícil concluir por aí sua exclusão na vida de muita gente em nosso país. Almejamos discutir aqui como são as atividades praticadas nesse tempo disponível e quais os fatores que contribuíram para tal.

Uma rápida observação nos mostra que o sistema em que estamos inseridos, tem utilizado esse espaço para tentar incrementar o consumismo fácil e supérfluo, diversificando a produção de bens utilizados nessas horas vagas. Também notaremos uma grande adesão pela população a práticas alienantes e conformistas, totalmente desvinculadas de um compromisso maior com a sociedade. Muitos têm denominado essas situações vividas, vinculadas tanto ao consumo, como à alienação, de anti-lazer.

Um grupo de pesquisadores de lazer vêm colaborando para que realmente seja ele compreendido e se converta num tempo de vivências transformadoras, construtivas, de desenvolvimento cultural, vindo a contribuir para a vida de relações do homem, tentando demonstrar a constituição do lazer real, segundo essa ótica.²

Porém, quando é pronunciada essa palavra "mágica", deixando muita gente alucinada a sonhar com ilhas paradisíacas, outro vocábulo quase imediatamente lhe é associado - o prazer.

¹ A respeito consultar MARCELLINO (83)

² Novamente nos remetemos a MARCELLINO (op. cit.)

Na sociedade atual, o prazer está, ou deve estar em tudo. Quem não sente prazer, "esta por fora". Ele mostra-se fundamental, necessário, obrigatório.

Prosseguindo nossas associações, apontamos o lazer-prazer que implica numa outra palavra muito na "onda" atualmente - o corpo.

Ouve-se dizer: "Durante as horas de lazer vamos fazer o corpo desfrutar do prazer". Este pode ser um "slogan" que vai desde propaganda de motel, até as práticas corporais propostas por profissionais que trabalham de forma "alternativa" sobre a díade corpo-prazer. Agimos como prisioneiros de uma vida que esmaga o corpo. O prazer se torna uma imposição. Uma linguagem tão forte impõe timidez ao corpo, impede-o de afirmar o sofrimento, de sentir-se esgotado. Constantemente devemos nos sentir leves, soltos, libertos, flexíveis, nem que para isso, o preço a ser pago seja a negação de nós mesmos. Qual é o significado de tudo isso? Por que e para que as pessoas se comportam dessa maneira?

Para entendermos um pouco o porque desse processo contemporâneo, vamos nos valer de uma breve e sucinta retrospectiva histórica, tentando recuperar alguns aspectos que interessam à nossa análise.

Se formos verificar os fatos na sociedade pré-industrial, observaremos um valor predominante voltado para a religião. O corpo era visto e analisado como se fosse algo a ser preservado para o espírito. Havia uma hipervalorização da alma³. Pode-se observar nos testamentos da época como muitos bens eram deixados para a Igreja. Em nome da salvação da alma e também da manutenção de uma estratificação de classes, nota-se uma separação entre atividade manual (escravos) e atividade intelectual (senhores), sempre privilegiando aqueles que "sabem" em detrimento dos que "fazem". Situação esta amplamente aceita e reproduzida por sua conveniência, posteriormente, pelo capitalismo.

Na sociedade pré-industrial, trabalho e lazer não são excludentes. Os dois estão impregnados de ludicidade (até hoje nas sociedades "simples", camponesas, sem as características de uma industrialização avançada, estes aspectos se mantêm).⁴ As atividades de produção e trabalho misturam-se com jogos, canções, festas, etc.

Quando passamos para um período industrial, os valores são alterados. É necessário libertar o trabalhador, é preciso acabar com o feudalismo. Isso porque, na nova

ordem das coisas, o trabalho deve ser comprado. Desta maneira, o trabalhador despojado da terra, tornar-se duplamente dependente do capital: "livre" para vender sua força de trabalho e subordinado ao comércio de produtos necessários à sua sobrevivência.

Valoriza-se o corpo visualizado como meio de produção, o corpo produtivo, útil, alienado pelo caráter de trabalho que lhe é impingido.

O trabalho adquire essa importância pelo controle exercido sobre toda a existência. Ele torna-se mais que apenas um dos elementos da reprodução da vida material, social e cultural. A partir do trabalho alienado ao capital, irão ser definidas as demais atividades.

O lazer passa a ser definido em oposição ao trabalho, e mesmo os momentos "livres" (de não-trabalho) são determinados pela relação capital/trabalho, nos quais o elemento lúdico nem sempre está presente. O trabalho através do seu tempo, intensidade, passa a subordinar atividades como comer, dormir, instruir-se e divertir-se. O capital que controlava o trabalho, controlará agora, o que se define a partir dele.

O lúdico, portanto, gradativamente perde espaço. Resta pouco ou quase nenhum resquício lúdico no trabalho, pois além de sua alienação, ele é controlado e subjugado pelo capital.

Na época pós-industrial (presente de forma mais marcante nos países desenvolvidos), com a crescente dominação tecnológica e todo o seu automatismo, bem como com o avanço de uma sociedade caracterizadamente urbana, um valor que se evidencia é o do lazer, que, ao mesmo tempo, passa a merecer maior atenção por parte de estudiosos.

Se antes, na sociedade pré-industrial, o lúdico se adequava às suas necessidades e características e encontrava o elemento que possibilitava sua realização, na sociedade industrial vai ele perdendo terreno, transformando-se gradativamente, e agora, na sociedade pós-industrial, não encontra mais condições para expressar-se livremente, pois sua característica básica entra em conflito e contradição cada vez mais com os princípios dessa nova sociedade.

O jogo cedeu terreno ao esporte, logo no início da sociedade industrial, assumindo regras rígidas, despojando-se do voluntarismo, liberdade, etc., enquadrando-se nas exigências do sistema.⁵ O único aspecto que talvez tenha ficado, presente tanto no jogo como no esporte

³ RODRIGUES (86)

⁴ CAMARGO (86)

⁵ Esse assunto é melhor desenvolvido em BRUHNS (89)

profissional, são as características de tensão e alegria.⁶ O esporte transforma-se paulatinamente num organismo da produção e do consumo, atingindo as massas, sujeitas às características do sistema capitalista – submissão dos praticantes às regras, táticas, técnicas e condicionamentos físicos. Os praticantes transformam-se em profissionais e as equipes em empresas, que vendem os espetáculos, transformando os praticantes em artigos negociáveis (ambos tornam-se mercadorias). Por outro lado, os torcedores vão ser os consumidores, sujeitos às mais diversas pressões e controles.⁷

Em relação à vida social, percebe-se a passagem do coletivo, onde o individual quase não tinha sentido, para o individualismo engendrado no bojo do capitalismo, através da divisão social do trabalho, resultando num homem desprovido de suas dimensões sociais, de um engajamento com sua sociedade. Ao invés da participação política, da consciência sobre a necessidade de mudança, os homens tornam-se presas fáceis de idéias do tipo "cada um por si", "cada um faz o de que gosta", etc.

Na época pós-industrial (ou desde a segunda grande guerra) vamos encontrar um corpo em vias de se liberar. É o tempo da hipervalorização ideológica do corpo – do corpo "liberado", medicalizado, estetizado, eternamente consumidor.⁸ Se antes, na sociedade pré-industrial, apregoava-se a destruição do prazer, hoje vemos o seu culto. As coisas relacionadas ao corpo pertenciam ao inferno e a razão era o céu. Atualmente, houve uma completa inversão: a razão passou a ser o inferno e o corpo o céu.⁹

Algumas características dessa hipervalorização do corpo, podem ser explorados.

O sofrimento é despojado de sua realidade social. Os problemas são despoliticizados e apresentados como questões particulares e individuais, que um passeio, uma prática corporal, uma visita a um especialista podem resolver.¹⁰

Estamos em uma sociedade em que sofrer não tem sentido. O trabalho rouba a sensualidade, a política im-

põe a opressão. Não resistiremos a isso realizando viagens, praticando ginástica aeróbica, bioenergética ou seja lá o que for. Seria perpetuar a hipocrisia. O trabalho alienado "inventou e abusa do arremedo do gesto, falso criador de um falso homem"¹¹. Precisamos pensar numa ação corporal atenta a esses problemas, para retomar o corpo ali onde ele se perdeu, dentro do nosso cotidiano, do nosso trabalho.

Na nossa sociedade passa-se horas trabalhando, com o corpo rígido, disciplinado. Também nas chamadas 'horas de não-trabalho' e que implicam posturas tensas (no carro, no ônibus, diante da TV, diante do livro, no cinema, no teatro, etc.), e sai-se algumas horas por semana para dançar, fazer expressão corporal, em lugares específicos para liberar o corpo, que em seguida se aprisiona novamente... Talvez uma via para se pensar o corpo tendo sua própria linguagem ou corpo tendo esta linguagem do corpo solto se fizer quer no trabalho, no estudo, na casa, na relação e interação com as pessoas...¹²

As práticas corporais "alternativas" não devem tornar-se "experiências sensoriais imediatas" desembocando numa "gratificação substitutiva".¹³ Não devem se constituir numa sublimação da intenção criativa da sociedade, porém ao contrário, o prazer sentido deveria alertar para o "aperitivo do ausente"¹⁴. Essas experiências nos fariam mais conscientes de que o mundo não está realmente aberto ao prazer e à alegria, ao contrário, está cheio de conflitos, contradições e dores. O sofrimento mostra sempre a existência de uma tarefa política não concluída, com a qual devemos nos comprometer: "A visão da liberdade e a sua comemoração no presente não podem existir sem responsabilidade política".¹⁵

O corpo tão valorizado atualmente é sempre ressaltado como MEU e sempre antagonizado à civilização,

⁶ HUIZINGA (80)

⁷ CESAR (81)

⁸ RODRIGUES (op. cit.)

⁹ CODO e SENNE (85)

¹⁰ Idem

¹¹ CODO e SENNE (op. cit.)

¹² KOFES (85, pp. 55-56)

¹³ ALVES (86)

¹⁴ ALVES (op. cit., p. 107)

¹⁵ Idem (p. 107)

em choque com a economia e com a política.¹⁶ Os exercícios solitários reinventam a solidão imposta pelo trabalho alienado.

Quem são os praticantes e os maiores adeptos dessa tríade lazer-corpo-prazer?

A grande população da "geração da curtidão do corpo" vem da classe média, que não é a classe dos trabalhadores nem a classe dos capitalistas, as classes fundamentais para a manutenção do sistema capitalista.¹⁷

Os trabalhadores se divertem produzindo valor de uso através da arte da produção, do saber-fazer. Organizam-se para o carnaval, futebol e sempre voltam-se aos seus afazeres. O capitalista sempre se apropria durante o seu divertimento; compra quadros, compra materiais sofisticados, etc. É difícil encontrar um detentor do capital correndo e suando nos parque da cidade.¹⁸

A classe média não produz e nem tem. Busca sintetizar essa ânsia por produção e consumo através do culto ao próprio corpo. Desta forma consome produtos sofisticados e produz, transformando o único objeto à disposição - ele mesmo.¹⁹

Talvez uma das formas de se iniciar um trabalho levando a uma reflexão, que desencadeasse numa intervenção e se utilizasse da prática concreta, de certas resistências, seriam as atividades direcionadas para uma organização social, considerando o coletivo, sem perder de vista o individual, através de um sistema de cooperação e consenso entre as pessoas. O gesto deveria ter como intenção e finalidade arranhar a estrutura de produção, ao invés de servir somente para transformar os músculos do protagonista.²⁰

As atividades deveriam possibilitar o encontro com o OUTRO, na relação social. É nesse encontro que vamos chegar à nossa identificação, no caminho da construção da individualidade.

Uma proposta mais concreta estaria no voltar-se para as atividades lúdicas, pois nos jogos o homem encontra um sentido, criando uma ordem a partir da imaginação e, por conseguinte, da liberdade. Ele é a negação da lógica dominante, da realidade sustentada por dois pólos - a produção e o consumo. O homem vale pela

quantidade de bens que consegue produzir e a realização se dá pela capacidade de consumo.²¹ Justifica-se pela sua produção e sua humanidade é definida através de uma função determinada pela estrutura dominante do poder.²²

Nos jogos, as pessoas dominam a situação, ao invés de serem dominadas por ela: criam-se papéis, modificam-se regras.

A atividade lúdica constituem-se numa subversão dos valores da sociedade, transcendendo as regras da realidade. Não se constitui somente em diversão e entretenimento, ou para matar o tempo e escapar do tédio, numa diversão estéril que não pode parir nada. É um ato de rompimento. "A possibilidade impossível de um mundo aberto à liberdade e alegria".²³

A proposta de trabalhar com a atividade lúdica não visa a distração do participante como objetivo máximo, mas à sua formação, entretenimento e atendimento, despertando-o para a reflexão e a consciência de si e do ambiente em que vive. Essa atividade deve ser concebida dentro de uma prática real das relações sociais e não como entidade abstrata e individual.

O lúdico deve ser desenvolvido na cultura à qual pertence. Trabalhar com o conhecimento do povo sobre si mesmo e com a maneira utilizada para simbolizar esse conhecimento, através das coisas que faz e transforma.

No seu desenvolvimento, o trabalho deve preocupar-se com atividades portadoras de expressões gestuais e posturais, carregadas de conteúdo emocional, relacionadas a eventos da vida das pessoas, através de relações solidárias expressas e traduzidas em formas populares.

O grupo social tem elementos para conhecer-se. Esse saber é explicitado através de suas realizações. Todo grupo humano deixa transparecer em suas manifestações culturais, características identificadoras particulares e concretas relacionadas com sua participação na produção da sociedade, cimentando e unificando as relações e os interesses entre os diversos segmentos, através de sua organização, como de sua ideologia, de seus valores e de sua prática social.

Existe um espaço comandado por uma certa lógica e aberto ao exercício de uma certa criatividade no mun-

¹⁶ CODO e SENNE (op. cit.)

¹⁷ Idem

¹⁸ CODO e SENNE (op. cit.)

¹⁹ Idem

²⁰ Ibidem

²¹ ALVES (op. cit.)

²² IDEM

²³ Ibidem (p.103)

do do trabalho, apesar da lógica do capital tentar programá-lo no seu todo.²⁴ É o espaço do bairro, da vida familiar, das diferentes formas de entretenimento que preenchem o tempo do lazer. É onde os trabalhadores podem falar e ouvir sua própria língua e onde se pode entender alguns aspectos das orientações políticas e dos movimentos sociais populares.²⁵

Não se está pretendendo afirmar que as formas de lazer e cultura populares não estejam a salvo de certos fatores como a dominação, as condições precárias de vida, salários insuficientes e meios poderosos de comunicações de massa. Porém, sempre existe um espaço onde pode acontecer uma resposta possível que, às vezes, é a única ou a mais adequada diante de determinado contexto, não significando poder ser denominada ou enquadrada como forma "conservadora" ou de "contestação", não sendo desprovida de sentido e interesses, pois está ligada a situações concretas da vida de seus participantes.²⁶

Nesse espaço é visualizada a possibilidade do lúdico, pois ainda não conseguiu ser totalmente banido pelo estabelecimento das contradições do sistema capitalista, onde as esferas da vida são regidas pelas relações entre capital e trabalho, inclusive o tempo disponível das pessoas. Pode-se afirmar que nesse espaço, o lúdico não perdeu sua capacidade volitiva total ou de auto-determinação. É onde subsistem as formas populares rudimentares de organização: Clubes de mães, grupos de jogadores de cartas, futebol de várzea, forrós nos fins de semana, associações de bairros, etc.

E para finalizar, o testemunho de ALVES (:107):

Será o jogo, o brinquedo uma insanidade? Obviamente, se o julgamento da sanidade estiver determinada pelo sistema dominante. Os valores do brinquedo requerem a abolição do mundo 'sério'. Pode o jogo ser desprezado só porque é jogado pelos sem-poder? Apenas se você chama de insanidade as tentativas de voar empreendidas por um pássaro de asas feridas. O que é insano não é o sofrimento, os

seus desajeitados esforços para voar, e sim é insana a mão que lhe partiu as asas. A verdade do jogo se tornará história quando a impotência se converter em poder e o que agora é poder for reduzido à impotência...

A menos que você desista da lógica dominante da presente ordem de coisas e se torne criativo, não viverá para ver o futuro. Estará condenado à extinção.²⁷

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Rubem. *A gestão do futuro*. Campinas : Papyrus, 1986.
- ARANTES, Antonio A. *O que é cultura popular*. São Paulo : Brasiliense, 1985. (Primeiros Passos 36).
- BRUHNS, Heloisa T. *A dinâmica lúdica*. Tese de mestrado, Unicamp, Faculdade de Educação, 1989.
- CAMARGO, Luiz O. L. *O que é lazer*. São Paulo : Brasiliense, 1986. (Primeiros Passos 172).
- CESAR, Benedito T. *Os gaviões da fiel e a água do capitalismo*. Tese de mestrado, Campinas, Unicamp, IFCH, 1981.
- CODO, W. e SENNE, W. *O que é corpo (latría)*. São Paulo : Brasiliense, 1985. (Primeiros Passos 155).
- HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens*, 2.ed., São Paulo : Perspectiva, 1980. (col. Estudos 4).
- KOFES, Sueli, E sobre o corpo, não é o próprio corpo que fala? In: BRUHNS, Heloisa T. *Conversando sobre o corpo*. Campinas : Papyrus, 1986.
- MAGNANI, José G. C. *Festa no pedaço*. São Paulo : Brasiliense, 1984.
- MARCELINO, Nelson C. *Lazer e humanização*. Campinas : Papyrus, 1983.
- RODRIGUES, José C. *Tabu do corpo*. 4.ed., Rio de Janeiro : Ed. Dois Pontos, 1986.

ABSTRACT: This article intends to discuss leisure, its relation with industrialization and some physical activities as well.

²⁴ MAGNANI (84)

²⁵ Idem

²⁶ MAGNANI (op. cit.)

²⁷ ALVES (op. cit., p. 107)

MAURÍCIO DE SOUSA E SEUS PERSONAGENS VISITAM A ESCOLA. QUAL É A MENSAGEM QUE ELES TRANSMITEM?*

Gilian Carraro**

*UNITERMOS: Brinquedo,
Jogo,
Esporte,
Lazer,
Revista em Quadrinhos,
Educação Física Escolar.*

RESUMO: A partir da ótica do materialismo histórico dialético, analisamos a maneira como os personagens de Maurício de Sousa explicitam sua compreensão acerca dos elementos brinquedo, jogo, esporte e lazer, com a intenção de visualizarmos a influência por eles exercida, na formação desses conceitos por parte do público infantil. Buscamos evidenciar, ainda, a relação existente entre este entendimento e a visão de mundo que os sustenta.

No decorrer do trabalho, averiguamos como os personagens "experimentam" o brinquedo, o jogo, esporte e lazer em suas aventuras, como se dá o envolvimento com os outros personagens e quais as relações a partir daí construídas.

O estudo avança no sentido de propor a utilização das Revistas em Quadrinhos, enquanto Livro Didático pela Educação Física. Desta forma busca, portanto, contribuir no redimensionamento do seu proceder pedagógico, aproximando-o do objetivo maior a ser por ela perseguido, de possibilitar a apreensão, por parte dos alunos dos elementos constitutivos de sua cultura corporal, ao refletir e vivenciar com eles, crítica e criativamente, o conteúdo das Histórias em Quadrinhos.

CAPÍTULO I

1. NA DESCOBERTA DO MUNDO DAS IDÉIAS À ABERTURA PARA O MUNDO DAS REVISTAS EM QUADRINHOS

Este estudo procede da necessidade de evidenciar-mos qual é a visão de mundo implícita nos personagens das Revistas em Quadrinhos (RQ) de Maurício de Sousa, procurando detectar o modo através do qual estes personagens influenciam a criança na formação do conceito de brinquedo, jogo, esporte e lazer. Avança ainda, na direção da proposta de utilização das Revistas em Quadrinhos (RQ), enquanto Livro Didático, pela Educação Física, possibilitando ao professor, através deste material, fazer de suas aulas momentos de reflexão que

levem o aluno a uma leitura crítica da realidade ao correlacionar a mensagem contida nas Histórias em Quadrinhos (HQ) com situações do cotidiano.

As RQ estão presentes no universo da criança mais cedo do que a figura do professor e da própria escola. Provavelmente os personagens já são seus "velhos conhecidos" das camisetas, meias, mochilas, guarda-chuvas, produtos alimentícios (macarrão, iogurte, presunto, balas), da televisão, do cinema, e de uma infinidade de outros "batalhões para consumo" e, ainda, das próprias Revistas.

A criança pode, a partir das cenas de cada quadrinho, das expressões, do aspecto físico e vestuário, da sequência dos fatos e conduta dos personagens, construir as características de cada um destes, identificando seu papel no contexto das Histórias, fazendo assim sua própria leitura sem que, rigorosamente, saiba ler.

* Monografia apresentada no Curso de Especialização em Educação Física Escolar da Universidade Estadual de Campinas, no ano de 1990, sob a orientação do Professor Lino Castellani Filho. Nesta publicação constam alterações ocorridas no período de 1991/92.

** Graduada, em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná. Professora da Rede Municipal de Ensino de Campinas - SP.

Sendo assim, as crianças ainda não alfabetizadas vivem no mundo das HQ e passam a assimilar a ordem social por elas veiculadas.

Em nosso estudo nos deparamos com DORFMAN, autor do livro "Para Ler o Pato Donald". Segundo ele "a imaculada espontaneidade, a bondade natural, a ausência de sexo e violência" típicas da bibliografia infantil, difundem de maneira dissimulada a doutrina vigente em nossa sociedade.

DORFMAN, continua seu raciocínio reforçando que os responsáveis pela propagação "das idéias que predominam a respeito da infância e da literatura infantil que transitam em nosso meio", acreditam que "no terreno do entretenimento não deve entrar a política".

Esta maneira ingênua (?) de colocar as histórias infantis, nos faz crer que elas não contém qualquer componente passível de assimilação e, muito menos compromisso e intenção de propagar uma forma de pensar o mundo. Ao contrário, acreditamos que esta intenção é de tal forma camuflada que, toda mensagem ideológica empregada no sentido da manutenção ou legitimação da ordem socialmente estabelecida, passa despercebida.

Concordamos com Bernard CHARLOT, que todo processo educativo, transmite "os modelos de comportamento que, predominam numa sociedade". Diante disto as RQ assumem, também, este papel. "São modelos de trabalho, de vida, de troca, de relações afetivas, de relacionamento com a autoridade, de conduta religiosa."

Estas "normas" são adquiridas "por intermédio da influência difusa do meio", ou seja, pelo contato direto com a sociedade e,

a criança assimila esses modelos imitando o adulto, identificando-se com ele e sofrendo a pressão da sociedade que reage a toda forma de desvio. Mas os modelos de comportamento não são assimilados somente através do contato direto com o meio social. São igualmente objetos de uma transmissão sistemática e mais ou menos racional, sob forma de normas de comportamento e de ideais.

No momento em que a criança passa a freqüentar a escola, ampliando seu círculo de relações sociais e, ao mesmo tempo, tendo acesso ao saber sistematizado, os modelos de comportamento passam a influenciar intensa e diretamente na personalidade da criança.

Apesar da intenção contida na Escola, da difusão das idéias e interesses da classe politicamente dominante, como "efeito bumerangue", "traíçoeiramente" o co-

nhecimento repassado pode voltar-se contra o "feiticeiro" ativando "a crítica, o conflito, a contradição", levando à superação da "estagnação, da subserviência, da legitimação do poder da classe dominante, fazendo com que o indivíduo assumira uma postura eminentemente crítica".

Embora a influência do ambiente escolar na apropriação destes valores seja considerável, a escola não é mais detentora do monopólio cultural elaborado na sociedade atual, no ponto de vista de Georges SNYDERS que considera o teatro, o circo, a televisão, o cinema como influentes na formação do acervo cultural da criança.

As RQ assumem, portanto, um papel difusor de uma visão de mundo e no momento em que a criança tem condições de ler o "mundo de Mauricio de Sousa", passará, a partir do conteúdo transmitido, a reforçar esta forma de entendimento das relações e papéis sociais estabelecidos.

Se percebermos que o tempo de permanência da criança na escola, em contato direto com o professor, é bastante inferior ao tempo que ela está sob o efeito de outros agentes culturais e que o contato com o professor de educação física, especificamente, é ainda mais efêmero, este deveria procurar influir de forma mais acentuada sobre a formação da concepção de brinquedo, jogo, esporte e lazer que a criança irá incorporar. É na elaboração destes conceitos que as RQ podem ser utilizadas no sentido de confrontar idéias e gradualmente orientar a criança na descoberta do seu ser enquanto autor de sua própria história.

Ao utilizarmos as aulas de Educação Física como espaço para a reflexão sobre as HQ, a criança pode perceber como se dá o envolvimento social dos personagens, visualizando melhor o meio em que está inserida, evidenciando as contradições no sentido de transpor a realidade.

José de Souza MARTINS, no seu livro "Sobre o Modo de Pensar Capitalista", procura "descrever as relações sociais que vinculam os vários personagens" de Walt Disney e, "através do seu conteúdo, mostrar que eles os hierarquizam por meio de uma escala implícita de valores fundada na figura do capitalista clássico". É esta escala de valores, segundo MARTINS que, pretende incutir, educativamente, no leitor "as noções morais de bom, ridículo, delinqüente e louco, entre outras".

Nas Revistas de Maurício de Sousa, encontramos personagens que vivem relações semelhantes às da nossa sociedade, ao contrário da "família dos Patos Disney" onde o centro das histórias gira em torno da vida de "animais-animados", que vivem em eternas férias, e não em torno de "seres-humanos".

A realidade brasileira apresenta uma série de particularidades de acordo com a situação geográfica, econômica, cultural e étnica que, de certa forma, podem ser percebidas no contexto das Revistas que analisamos neste estudo. As histórias abordam o envolvimento das crianças com seus pais, com o meio em que vivem, seus amigos, bichinhos de estimação e toda a gama de relações a partir daí originadas.

Para esta análise, os personagens escolhidos foram o Cebolinha, Mônica, Magali, Cascão e Chico Bento da "Turma da Mônica", que completou 30 anos de criação e o Pelezinho que foi lançado em outubro de 1976, exatamente quando "Pelé" - Edson Arantes do Nascimento - despedia-se do futebol.

Os quatro primeiros personagens pertencem ao mesmo contexto histórico-social, moram na cidade, relacionam-se entre si e com outros personagens em comum.

O Chico Bento constrói suas relações com outros personagens de acordo com o meio rural em que vive, inclusive utilizando uma linguagem característica da "roça" e com uma percepção de mundo diferente, outros valores e interesses.

Pelezinho, por sua vez, também mora na cidade, num bairro, e suas aventuras são "inspiradas na infância do grande craque" Pelé. Foram criados personagens especialmente para relacionarem-se com ele, baseando-se nas lembranças do próprio jogador,

Os personagens que estão em idade escolar, frequentam a escola e vivem todo o conflito presente neste universo desde o relacionamento professor-aluno até a desconsideração de suas experiências de vida, passando por questões relativas ao processo avaliativo. Entre os conflitos gerados está o choque da cultura anteriormente adquirida que faz parte da vida da criança e a cultura erudita, repassada pela Escola. No momento em que a criança passa a perceber melhor o meio social do qual participa (família, relações de parentesco e vizinhança), é "lançada" em um novo espaço, desconhecido (a Escola), que na maioria das vezes desrespeita o conteúdo cultural que ela traz em si.

O professor capacita, tecnicamente, o aluno para que ele trabalhe a serviço da sociedade a que pertence, desconsiderando a expressão individual dos alunos e, muitas vezes, a sua própria enquanto cidadão.

Com o propósito de mostrar o quão influentes são as RQ na aquisição de conceitos que convergem para a preservação das relações sociais e, com o objetivo de tornar os alunos aptos a fazerem uma leitura crítica, não só do comprometimento das histórias com as concepções de brinquedo, jogo, esporte e lazer como também do mundo em que vivem é que lançamos a possibilidade

de, através da Educação Física, adotarmos como Livro Didático um material que já faz parte do universo infantil, resgatando e, fundamentalmente, respeitando o patrimônio cultural da criança.

CAPÍTULO II

1. NA BRINCADEIRA DE LER GIBI A CRIANÇA ASSIMILA CONCEPÇÕES DE BRINQUEDO, JOGO, ESPORTE E LAZER

Pretendemos, neste capítulo, averiguar como os personagens "experimentam" o brinquedo, jogo, esporte e lazer em suas aventuras. Que lugar está reservado para estes momentos nas histórias, como se dá o envolvimento com os outros personagens e quais as relações a partir daí construídas.

O brinquedo, jogo, esporte e lazer estão presentes na vida de todos os personagens e, de acordo com as diferenças contextuais da vida de cada um, a mensagem ideológica, implícita, manifesta-se com mais ou menos frequência e com características próprias.

A questão da ascensão através do esporte é mais evidente nas histórias do Pelezinho, pois é neste contexto que explicitamente demonstra que "quem tem realmente valor triunfa na vida, obtém sucesso artístico ou econômico, independente de qualquer circunstância, seja de classe social rica ou de classe social pobre". Como na "tirinha das melhores piadas do Pelezinho", onde Pelezinho projeta um futuro economicamente tranquilo a partir de sua fama como jogador de futebol.



Isto reforça a "crença" de que no esporte desaparecem as desigualdades, alimentando o sonho de muitos em ascender socialmente através de práticas desportivas, da música e de outras atividades artísticas, somente atra-

vés do esforço pessoal. Volta-se a priorizar o pessoal em detrimento do bem comum ao "vender-se" a idéia que, do "campinho do bairro ao Maracanã" todos têm as mesmas chances, encobrendo a dominação e exploração de classes.

Pelezinho apesar de ter somente seis anos e meio é o melhor jogador de futebol de sua rua. Na historinha "O Grande Teste", ele vai participar de um jogo para ingressar no time infantil de um clube do bairro em que mora e, apesar de não ser aceito (não por falta de habilidade mas, por influência de terceiros), Maurício "profetiza" o futuro que o aguarda: "E lá vai ele fazer as jogadas que a rua toda aplaude e que, um dia, o mundo também vai conhecer."

Nas histórias do Pelezinho e sua turma (Teófilo, Neusinha, Frangão, Canabraba, Bonga, Samira, e o cachorro Rex), meninos e meninas têm comportamento estereotipados de acordo com o desígnio genético do sexo a que pertencem.

É comum a participação das meninas nos jogos de futebol, se dar de forma passiva. Por exemplo: enquanto os meninos jogam bola as meninas servem quibes, fazem parte da torcida ou ficam de gandula.

Na "Edição Especial do Pelezinho - 50 anos do Pelé", Maurício de Sousa dedicou uma seção que fala sobre as crianças que estão treinando para serem os "Pelés do Futuro", outra seção que destaca os "Pelés do Futebol Brasileiro" (Leônidas da Silva, Ademir, Garrincha, Almir, Rivelino e Zico) destaca, ainda os "Pelés do Futebol Estrangeiro" e os "Pelés dos Esportes" onde cita algumas "estrelas solitárias" que praticam outras modalidades esportivas, como Maria Esther Bueno (tênis), Joaquim Cruz (atletismo), Emerson, Piquet e Senna (automobilismo), Ricardo Prado (natação), Aurélio Miguel (judô), Oscar e Hortência (basquetebol), Toni Makhishima de 12 anos (beisebol), Renan, William e Bernard (voleibol) entre outros. Aparece, ainda, uma foto do "Rei Pelé" e Roberto Carlos com a nota: "um encontro de reis". Desta forma intensifica-se a "crença" de que a ascensão social é possível para todos independente de condição social, sexo, raça e outros fatores.

Já nas histórias da Mônica, Magali, Cebolinha e Cascão o brinquedo, jogo, esporte e lazer têm outra abordagem. Temas como: viagens de férias, passeios, festas, tomar sorvete, ir ao cinema, assistir televisão, brincar de casinha, de boneca (coelhinho), de carrinho, bolinha de gude, telefone sem fio, jogar "bafo", futebol, empinar pipa são bastante explorados.

Percebe-se, também, uma grande influência da televisão nas historinhas que "re-utilizam" personagens. Como nas história "Xingamem", onde Maurício faz uma alusão a um programa infantil que "invade" os lares brasileiros através do televisor e acaba levando as crianças

a consumirem uma série de acessórios utilizados pelos personagens (roupas especiais, capacete, óculos, armas entre outros).

Os meninos, muitas vezes, desafiam-se entre si para ver quem é o melhor, o mais esperto e invariavelmente perdem grande parte do tempo "bolando" maneiras de "vencer" a Mônica. Estão sempre fazendo planos "infalíveis", onde geralmente levam a pior. Não é comum os meninos participarem das brincadeiras das meninas, a não ser com o intuito de incomodá-las ou quando a Mônica os obriga a brincar.

Geralmente não há participação das meninas nos jogos dos meninos, com algumas exceções, como na história "Jogo Duro", que os meninos após perderem um jogo de futebol para um time mais "forte" física do que taticamente, convidam a Mônica para "reforçar o ataque do time".

Meninos e meninas às vezes vão a praia, ao parque de diversões, assistem televisão, dançam, lêem, costumam ir ao cinema, tomar sorvete, comprar pipoca, cachorro-quente mas, em geral, não o fazem juntos.

Conduzindo, desta forma, a maioria das histórias, Maurício de Sousa evidencia a presença do estereótipo masculino e feminino, reforçando condutas socialmente esperadas e discriminando, através do brinquedo, jogo, esporte e lazer, qualquer comportamento não condizente com o padronizado.

A Mônica que deveria, enquanto menina, subjugar-se ao domínio dos meninos, têm um papel autoritário e dominador e através da violência impõe sua vontade defendendo-se sozinha das provocações dos meninos, dando a entender que a única forma de se deter o poder (o domínio), é através do confronto de forças onde vence o melhor, o mais forte. A relação dominador-dominado é presente só que, neste caso, com papéis invertidos e esta insistência nos distancia de visionarmos uma outra sociedade, uma realidade ainda inexistente que precisa ser edificada de maneira igualitária, onde todos trabalhem em parceria.

Porém, ao mesmo tempo que as atitudes de enfrentar todos os meninos do bairro, assaltantes e vilões caracterizam o papel esperado de uma menina, pelo senso comum, a própria Mônica faz o maior "berreiro" na presença de um rato ou de uma barata e, às vezes, demonstra querer ser frágil como as outras meninas.

As meninas (com exceção da Mônica em algumas histórias), são frágeis, e dóceis. Em geral, usam vestido e fita no cabelo. As cores de suas roupas são tidas com "cores de meninas" (amarelo, vermelho, cor-de-rosa) e suas atitudes condizem com as socialmente esperadas.

A "turminha" só congrega esforços no momento em que alguém estranho ao grupo representa uma ameaça

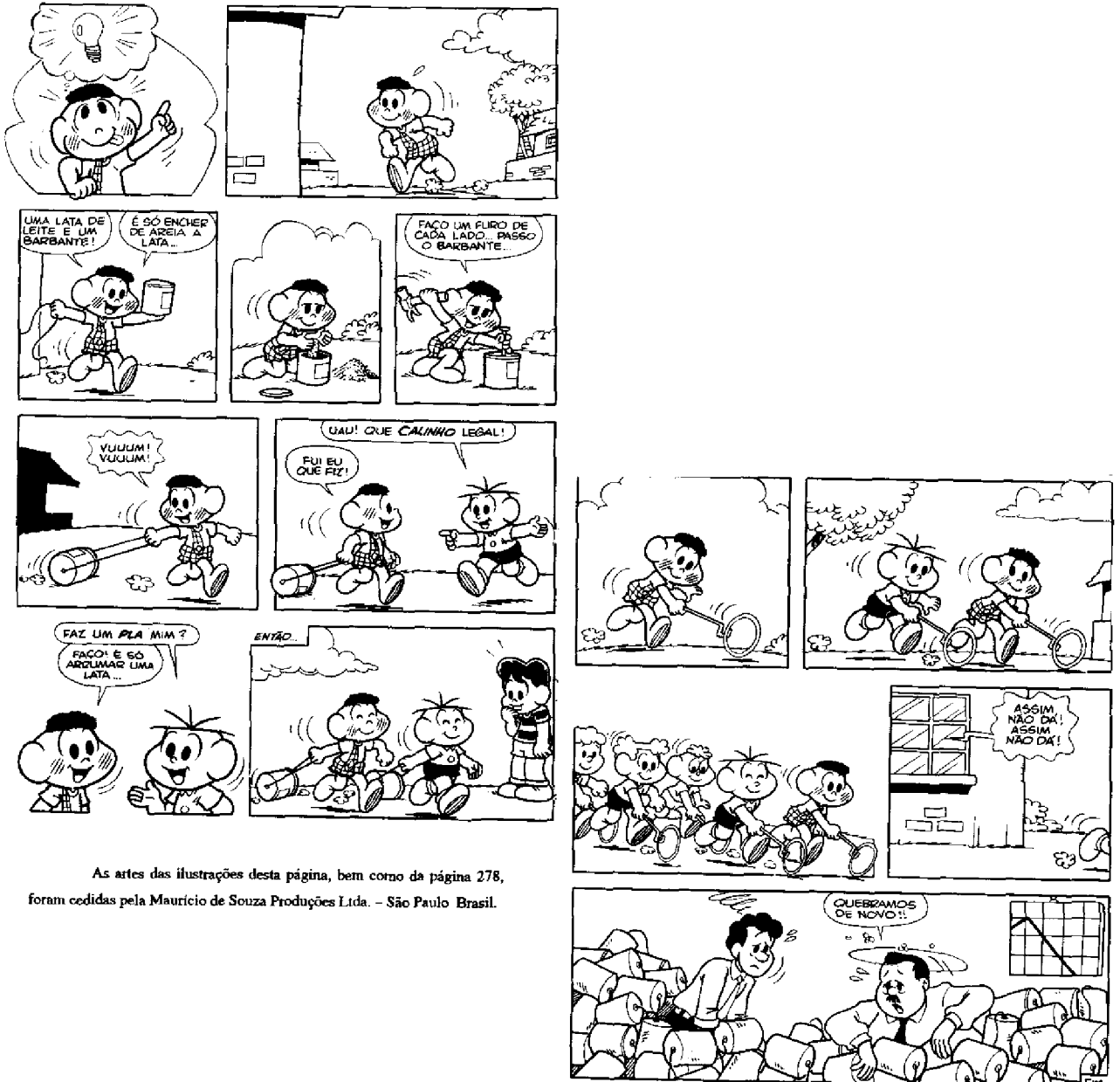
ça. Só então, meninos e meninas, organizam-se para ajudarem-se, mutuamente, procurando uma solução.

Na história "O Brinquedo do Século" fica claro o quanto estamos impregnados pelo capitalismo, quando Cascão aprecia os brinquedos de uma vitrine sem dinheiro para adquiri-los, e frustrado tem uma idéia, como contam os quadrinho a seguir.

Todos os meninos do bairro, acabam brincando de "carrinho de lata". O empresário da loja de brinquedos descobre o porque da queda nas vendas de carrinhos pois, além do alto custo dos carrinhos a pilha, eles fazem tudo sozinhos, fazem manobras andam sobre a água, têm controle remoto e por isto tornam-se "sem graça". Ele

manda um empregado descobrir quem bolou o brinquedo e registra em seu nome. O brinquedo foi registrado como "Compressor-Car" e, os "carrinhos de lata" de todos os meninos foram apreendidos. Cascão novamente desolado, têm outra brilhante idéia:

Nesta e em outras histórias, ficam evidentes questões econômicas que envolvem brinquedo, jogo, esporte e lazer: a falta de dinheiro, a busca desenfreada pelo lucro a "qualquer preço" e a confecção de brinquedos pelas próprias crianças, a partir do reaproveitamento de material considerado inútil, atendendo suas necessidades de brincar, sem uma direta transação comercial.



As artes das ilustrações desta página, bem como da página 278, foram cedidas pela Mauricio de Souza Produções Ltda. - São Paulo Brasil.

Nas histórias do "personagem do campo", ao Chico Bento, é concedido um tratamento diferenciado. Ele vive o seu cotidiano de uma forma poética e inocente, talvez pelo fato de estar mais próximo da Natureza. Costuma pescar, nadar no rio, roubar goiabas, namorar, ir à escola e ajudar seus pais no serviço de casa e da lavoura.

Rosinha, sua namorada, recebe todas as "gentilezas concernentes à uma dama": ganha flores, goiabas (roubadas) e passeios de carroça. É delicada e prendada, sempre está de vestido e fitas no cabelo. Também vai à escola, mas não costuma participar dos brinquedos dos meninos a não ser, nadar no rio.

Nas aventuras do Chico Bento, as crianças costumam valorizar o meio onde vivem, protegendo-o de pessoas que possam depredá-lo. Constantemente as histórias acabam transformando-se em momentos de educação ambiental.

Maurício de Sousa não se limita a uma visão "irreal de uma natureza perfeita, onde todos são felizes". Preocupa-se com questões que instam atenção especial em nosso Planeta. Assuntos como: devastação das florestas, extinção da flora e da fauna, guerras, poluição dos rios, mares e ar são suscitadas com bastante ênfase nas histórias do personagem Chico Bento. Problemas rurais e urbanos não são tratados com tanta neutralidade. Temas como: analfabetismo, exploração do homem do campo, problemas da vida urbana refletidos no meio rural, desonestidade, valorização da sabedoria do idoso são temas abordados, talvez de forma inócua, porém presente.

Em algumas histórias as contradições, a dicotomia de valores, entre o meio rural e o urbano ficam mais evidentes com a presença de um "primo da cidade" visitando a "roça" ou com o Chico Bento passeando na metrópole.

Nestas ocasiões Maurício manifesta o conflito de nossa sociedade atual entre brinquedos eletrônicos onde a criança transforma-se em mero "apertador de botões" (um espectador) e os brinquedos que fazem dela um agente que constrói seu próprio jogo.

Não fica difícil concluirmos, nestes momentos que resgatamos das HQ que, de uma forma ou de outra, elas estão contribuindo para que a criança monte a sua representação de brinquedo, jogo, esporte e lazer, principalmente, no sentido de conservá-los sob a mesma óptica, ou seja, a da classe hegemonicamente dominante.

CAPÍTULO III

1. A CRIANÇA ASSIMILA A PARTIR DAS REVISTAS EM QUADRINHOS UMA COMPREENSÃO DE CULTURA CORPORAL QUE DESTRÓI UMA CONSTRUÇÃO CRÍTICA DA REALIDADE. SÓ ISTO?

Após a identificação do discurso contido nas HQ, este pode ser repensado e reconstruído de forma que venha dar condições aos leitores para que julguem, e não simples e passivamente consumam.

Percebe-se no conteúdo das RQ uma série de conceitos que são veiculados e, se absorvidos, mecanicamente, levam o leitor à um modo de entender o mundo que perpetua a ordem social estabelecida, o mesmo ocorrendo com a compreensão de cultura corporal.

Os valores espirituais e materiais característicos de uma sociedade são transmitidos coletivamente através das histórias, sem conduzir o leitor a um julgamento mais elaborado do "discurso" nelas contido.

Notamos, a partir deste estudo, que as HQ de Maurício de Sousa contém alguns elementos que ressaltam as contradições sociais e que, de certa forma, são componentes valiosos, no sentido de que, pelo menos, não se neutralizam completamente na transmissão de valores. Porém ele considera estas contradições como "estados patológicos" que alteram a harmonia que deveria imperar na nossa sociedade capitalista, e não como consequência "normal" deste sistema político-econômico.

Observamos que é comum aos professores de educação física sentirem-se à margem de qualquer processo que ultrapasse, em suas aulas, a transmissão de "conteúdos específicos" de sua disciplina. Segundo Valter BRACHT encaixam-se, perfeitamente, à engrenagem-social onde são "determinados a realizar funções específicas em face de uma educação domesticadora e autoritária que chega a anestesiar os seus anseios de conquista da liberdade", completa (MEDINA).

A atuação do professor de educação física, geralmente concentra-se em conduzir as crianças na execução de tarefas pura e simplesmente, dissociadas de qualquer emoção, acreditando que ao atuar sobre o físico está "automática e magicamente atuando sobre as outras dimensões". (BRACHT, 1986)

Valter BRACHT admite que apesar das determinações sociais que recaem sobre a educação física escolar, elas não suprimem "a contradição existente em seu interior e, embora os espaços a serem ocupados no sentido

de uma ação transformadora sejam restritos”, se reconhece a sua existência. Compete, portanto, ao professor identificar estes espaços incluindo “a Educação Física/Esporto escolar no contexto mais amplo da educação e enquanto parte desta, analisar as possibilidades de contribuição/colaboração para o processo de transformação social, condição para a concretização de uma sociedade mais justa e livre.

Entendemos na utilização das RQ nas aulas de educação física como um instrumento que, se utilizado crítica e criativamente, possibilitará nossa atuação num vasto contexto da Educação Escolar, tornando-se um rico e interessante material didático, oportunizando ao professor ampliar sua ação educativa.

A partir da discussão com os alunos, as HQ são reconstruídas, buscando detectar a visão de mundo que as sustenta, partindo do pressuposto de que o brinquedo, o jogo, o esporte e o lazer refletem em si os valores presentes na sociedade na qual se inserem enquanto práticas sócio-culturalmente construídas, despertando de forma lúdica, através de um elemento que faz parte da cultura infantil, o senso crítico do aluno.

Valter BRACHT alerta que é preciso ter claro que as crianças não chegam “vazias” às aulas de educação física; elas já estão incorporadas ao processo de socialização da sociedade a que pertencem; é preciso “dirigir” o processo educativo se quisermos introjetar normas e valores que se contraponham aos vigentes, pois os interesses e necessidades das crianças já estão “contaminados”, isto é, estão determinados pelo meio-ambiente. BRACHT continua afirmando que é necessário desenvolvermos “uma pedagogia desportiva que possibilite aos indivíduos pertencentes à classe dominada, o acesso a uma cultura esportiva desmistificada” e “permitir ou possibilitar através desta pedagogia que estes indivíduos possam analisar criticamente o fenômeno esportivo, situá-lo com todo o contexto sócio-econômico-político e cultural.” É preciso “nas aulas de educação física objetivar muito mais do que a aptidão física, a aprendizagem motora, a destreza desportiva; devemos entender que o movimento que a criança realiza num jogo tem repercussões sobre todas as dimensões do seu comportamento, e mais, que esta atividade veicula e faz a criança introjetar valores e normas de comportamento. Portanto, o movimento passa a repercutir sobre todas as dimensões do ser humano.

Por isto, acreditamos que o espaço ocupado pela Educação Física escolar pode e deve ser utilizado no sentido de instrumentalizar o aluno a fazer uma construção crítica da realidade, através da utilização das RQ, enquanto Livro Didático.

As histórias podem ser retomadas de diversas maneiras, sob a orientação do professor que atuará no senti-

do de gerar a autonomia do grupo, para que a partir da reflexão os alunos elaborem suas próprias idéias. Pois como coloca Maria Elina Costa Melo em seu Projeto de Pesquisa “A reprodução e a construção de regras no jogo infantil”:

quando se privilegia a atividade da criança, quando o desencadeamento de conflitos e contradições é permitido e provocado, a criança passa de objeto a sujeito de sua ação. Ao se propor uma situação ou problema à criança ou grupo de crianças, necessariamente se estabelecerá um confronto e, na sequência, a possibilidade de construção do conhecimento.

Na utilização das RQ, os alunos têm a oportunidade de discutir o conteúdo das histórias, alterando, reconstruindo ou criando novos diálogos e desfechos. Fazendo montagens teatrais; recorte e colagem; debates; seminários provocam-se, assim, com mais evidência, manifestações de autonomia, mantendo o clima lúdico.

A partir das “sugestões” de brincadeiras das próprias revistas, temos condições de resgatar algumas “manifestações culturais lúdicas” já esquecidas, proporcionando às crianças vivenciarem a construção de seus próprios brinquedos. “Perna-de-pau”, “pipa”, “elástico”, “perna-de-lata”, “boliche”, os dois “modelos de carrinhos” construídos pelo Cascão na historinha do Capitulo II, entre outros brinquedos, podem ser confeccionados em aula e suas formas de utilização discutidas com os alunos. Para enriquecer este trabalho, é possível sugerir às crianças que pesquisem junto aos pais e avós, sobre o que eles costumavam brincar quando pequenos, envolvendo-os nesta (re)descoberta e ampliando, assim, o universo de atividades: “Brincadeira de roda”, “Cantigas”, “Parlendas”, “Bolinhas de Gude”, “Peão”, “Brincadeiras com Corda, Bola, Raquete” entre outras e, ao mesmo tempo estimulando as crianças para a pesquisa e despertando sua curiosidade pela história.

Caminhando neste sentido, podemos conduzir as crianças a refletirem sobre as diferenças regionais das brincadeiras no Brasil e, também entre os países. Através de recursos audio-visuais, livros, revistas, procuramos compreender o tipo de brincadeiras e o porquê destas diferenças: Condições climáticas, econômicas, localização geográfica, diferenças culturais, costumes, rituais e outras possíveis “interferências”, e entender quais são estas brincadeiras, suas regras, material necessário, possíveis adaptações. É claro, que todo o envolvimento da criança se dá de acordo com o grau de complexidade da capacidade de apreensão naquela idade e fica explícita a exigência de o professor deve levar em conta as condições de cada turma.

Em uma das aulas com uma 3ª série do 1º grau, formamos 4 grupos com 8 alunos, e cada grupo recebeu uma Revista em Quadrinhos diferente, com uma estória previamente selecionada, que tratava do tema: futebol. Receberam, também, caneta e papel, além de uma folha com perguntas "chaves" que basicamente questionavam: Quem jogava futebol, quem não jogava, o que fazia e por que, não jogava. As equipes organizaram-se na quadra, para responder o mais rápido possível às perguntas. No "grande grupo", depois, discutimos as respostas e levantamos as coincidências de todas as histórias entre elas a de que meninas não participavam dos jogos. Após esgotarmos os argumentos contrários à participação das meninas no jogo (argumentos estes, muitas vezes, defendidos por elas mesmas) decidimos que todos deveriam experimentar, procurando respeitar as diferenças de habilidade com a bola e a falta de domínio das regras. No final fizemos uma avaliação onde surgiram sugestões para que as meninas treinassem mais, assistissem mais jogos pela televisão para aprender as regras e fizessem exercícios para melhorar a técnica. Algumas meninas foram elogiadas e também, houveram as "famosas" reclamações de pessoas que "querem jogar sozinhas", de outras que são violentas, ou ainda que "não sabem perder". A maioria considerou que deveríamos jogar mais vezes e que foi divertido.

Este é apenas um exemplo de utilização das Revistas em Quadrinhos como Livro Didático nas aulas de Educação Física e que deixa como "rastros" temas importantes que devem ser discutidos no decorrer do processo pedagógico, porque influenciam diretamente o relacionamento do grupo: "saber vencer", "saber perder", respeitar as diferenças, os erros, assumi-los, entender a sua importância na equipe. A partir das discussões geradas neste tipo de aula muitas questões podem ser aprofundadas.

Valter BRACHT, acredita que é preciso espaço para a discussão sobre as normas do brincar, jogo, esporte e lazer para que estes momentos sejam vividos de forma intensa e completa, adaptando-se cada atividade "à realidade social e cultura do grupo".

No sentido de "despertar" (alertar), para a possibilidade de utilização das RQ nas aulas de Educação Física, como recurso didático é que nos "aventuramos" a desenvolver este estudo preliminar, acreditando que professores e alunos ao "descobrirem" a compreensão de cultura corporal repassada pelas RQ possam reconstruir sua própria História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BRACHT, Valter, A criança que pratica esporte respeita as regras do jogo... capitalista. In: *Revista do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte*, Campinas, v.07, n.2, p.62-68. 1986.
- CARMO, Apolônio A. do. Educação física uma ordem para manter a ordem. In: *Fundamentos pedagógicos da educação física*. Rio de Janeiro : Ao Livro Técnico, 1982. p.44-45.
- CHARLOT, Bernard. *A mistificação pedagógica - realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação*. 2.ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1983.
- DORFMAN, Ariel, MATTELART, Armand. *Para ler o Pato Donald; comunicação de massa e colonialismo*. 2.ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978.
- EISLER, Riane Tennenhaus. *O cálice e a espada - nossa história, nosso futuro*. SANTOS, Terezinha (trad.), Rio de Janeiro : Imago, 1989. 339p. Série Diversos.
- MARTINS, José de Souza. *Sobre o modo capitalista de pensar*. 3.ed. São Paulo : HUCITEC, 1982. Coleção Ciências Sociais.
- MEDINA, João Paulo Subirá. *A educação física cuida do corpo... e "mente"; bases para a renovação e transformação da educação física*. 5.ed. Campinas : Papirus, 1986.
- MELO, Maria Elina Costa. A reprodução e a construção de regras do jogo infantil. (mimeo) In: *Projeto de pesquisa apresentado na Pós-Graduação do Instituto de Educação*. Campinas : UNICAMP, 1990. 14p.
- NOSELLA, Maria de Lourdes Chagas Deiró. *As belas mentiras - a ideologia subjacente aos textos didáticos*. 9.ed. São Paulo : Moraes, 118.
- SOUSA, Maurício de. *Cascão*. n.86. São Paulo : Globo, 1990. 34p.
- _____. *Mônica*. n.23. São Paulo : Globo, 1988. 82p.
- _____. *Pelezinho - Edição Especial 50 anos de Pelé*. São Paulo : Globo, 1990. 210p.
- SNYDERS, Georges. *La joie à L'école*. Paris. P.U.F., 1986. 322p.

KEY WORDS: Toys,
Games,
Sport,
Recreation,
Comic Book,
School Physical Education.

ABSTRACT: In this work, based in the historical dialectic materialism, we analyse how Maurício de Souza's comic book characters express their "point of view", concerning the following issues: toys, games, sports and recreation. We intend, with that, to bring light upon the influences those characters bear, in the development of those issues concepts, upon children who read Mr. Souza's comics. Further still, we aim to work upon the actual relationships between that point of view and the related point of view - Mr. Souza's P.O.V. - which supports it.

Throughout this work, we shall investigate how the characters "experience" toys, games, sports and recreation in the pages of their comic book stories, how they get involved and relate to other characters and which are the actual relationships that come out of it.

The study develops into a proposition: to work with comic books and cartoons as a support "pedagogical" material for physical education classes. By this way we want to give our contribution to a reformulation of some pedagogical procedures, bringing physical education closer to its main objective, that is, the aim of making it possible the learning, by physical education students, of their "corporal cultura", constitutive elements, by means of reflecting and experience with them, in a critical yet creative way, the contents of comic book literature.

A CRIAÇÃO DO IMAGINÁRIO NOS BRINQUEDOS INFANTIS

Paulo de Salles Oliveira *

UNITERMOS: *Brinquedo,
Imaginário,
Criança*

RESUMO. O artigo conceitua o imaginário como parte constitutiva do real e mostra a fluência da fabulação infantil, com toda sua força criadora, em luta com o discurso televisivo, que, ao transpor a ação dos homens no mundo para a mediação programada das telas, acaba por afastar das crianças o poder de construir a ação do seu brincar. Uma tal alienação pode ser negada por um trabalho de desenvolvimento de nossa atenção, aguçando nossa sensibilidade e não deixando embrutecer nosso pensamento.

*Abomino a ordem
que confisca o tempo,
que confisca a vida
e ensaia tão cedo
a prisão perpétua
do comportamento. (Drummond)*

1. IMAGINÁRIO, UM UNIVERSO EM LUTA

O imaginário compreende as formas pelas quais a sociedade se representa a si mesma. É socialmente construído e expressa as diferentes perspectivas dos sujeitos históricos, que constituem a sociedade. O imaginário não é, portanto uniforme: ele se define, antes, pela multiplicidade.

Reconhecer as variadas e diferentes feições do imaginário é, porém, apenas uma preliminar. Além de múltiplo, ele é também contraditório, pois que, produzido numa sociedade de classes, traz as marcas de uma relação entre forças que se apõem e se excluem mutuamente. A venda da força de trabalho no mercado implica muitas alienações, desde a apropriação da riqueza

za por outrem até as formas mais veladas, mas não menos reais, de uma infelicidade profunda, muda e sombria. Difícil discerní-la, uma vez que o "próprio pensamento se quer evadir; não quer considerar a desgraça que o fere."¹ A vida nesta sociedade está pautada pelo produzir e pelo superar contradições, e é precisamente isto que define a historicidade do real. Práticas e imaginário não são separáveis; são duas faces do mesmo rosto do real. O movimento que realizam não é facilmente apreensível, mas, quando o conseguimos, mesmo momentaneamente, sobressai um semblante carregado pela tensão, sinal de que o "real se realiza como luta."² O imaginário abriga muitas destas contendas.

Em sociedade como a nossa, prevalecem as tentativas de encobrir ou de descartar as interpretações reveladoras das práticas de dominação e de relações sociais espoliativas. Para explicar as diferenças, é comum recorrer-se ao concurso de fatores externos, alheios, independentes, desvinculados das relações sociais. Idéias assim formuladas parecem pairar sobre nós; vêm da boca de pessoas autorizadas, nobilitadas por títulos e, portanto, melhores do que nós, gente que deseja, com nossa aquiescência cúmplice ou com nossa inocência, pensar por nós. Fazem-no sempre em nome de nossos interesses, supondo-nos todos incapazes de pensar por nós. Re-

* Professor de sociologia da UNESP.

¹ WEIL, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*, p.130.

² CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*, p.38.

tiram deste pretensão altruísta o respaldo para existir enquanto explicadores, tendo por referência um todo social cientificamente pensável pela conjugação entre harmonia e funcionalidade.

Eis, então, em jogo o esforço por adestrar e formar seres socialmente dóceis, obedientes e multi-alienados. O embrutecimento das práticas e do pensar tomba ameaçadoramente sobre nós. "Nada é mais odioso que a humilhação e o aviltamento do homem pelo homem", afirma Simone Weil, ensinando em contrapartida que "nada é tão belo e doce quanto a amizade."³

2. A IMAGINAÇÃO INCONFORMADA.

Quando uma pessoa qualquer, criança especialmente, exprime a maneira inusitada de ver ou de fazer as coisas, sofre, abruptamente, a desqualificação erigida em termos de uma suposta imaturidade, infantilidade ou utopia. Há uma grande tendência de só se considerar como real aquilo que as circunstâncias visíveis tornam possível divisar. Não é um movimento de impulsão do pensamento; ao contrário, preconiza uma queda. Temos que *cair na real*, ou seja, devemos nos curvar às determinações existentes e nos contentar com a vida como ela é. Mudar o mundo? Só mesmo na filosofia ou na poesia.

Ocorre que as crianças (não apenas elas, mas principalmente elas) não se contentam e tampouco se resignam com o engodo empirista dos significados óbvios e visíveis. Com uma sensibilidade que não conhece mordidas, percebem as crianças que a descoberta do real requer uma viagem que vai muito além das aparências, perpassando tanto práticas sociais como muitas de suas interpretações. Os brinquedos, as narrativas, os jogos, as brincadeiras com amigos, o convívio com as coisas da natureza, o contato amistoso com os animais, tudo vira um excelente recurso para explorar, sentir e conhecer o mundo. Nada escapa à curiosidade infantil... as cores do arco-íris, o mover-se das coisas, a queda das folhas, o perfume das flores, o ardor do fogo, o correr da água, a areia convidativa, o sopro do vento, as nuvens vagando, o brilho do sol, o céu farto de estrelas, as formas da lua. Um mundo imenso se oferece para as crianças, com promessas e surpresas infinitas. Não é sem razão que os pe-

queninos se entregam a longos momentos de contemplação, envolvimento e êxtase. Nestes instantes privilegiados, podemos perceber como as crianças constroem simbolicamente a realidade ou recriam o existente, atribuindo-lhe novas feições, muitas vezes inteiramente originais. Nesta trama simbólica, que é *parte constitutiva* do real, as crianças se incorporam como sujeitos capazes de muitas construções. Este poder das crianças atuarem no mundo, repetindo inúmeras vezes a experiência mais comovente, saboreando com vagar cada momento e abraçando a descoberta como hábito⁴, este poder hoje está ameaçado.

Desde o passado mais remoto até os dias atuais, as crianças sempre foram criadas desenvolvendo sua ação no mundo, através de relações face-a-face com outras pessoas, por meio do convívio apegado aos animais e à natureza, e graças ao uso criador das mãos. As narrativas populares registram-no bem, mostrando o Menino Jesus brincando na areia, fazendo passarinhos de barro e dando vida às andorinhas.⁵ As mãos infantis, estendidas, trazem para perto as estrelas, acariciam a lua e protegem os olhos do sol, com linhas, papel e varetas, constroem e empinam pipas; com panelinhas, água, terra e limão preparam comida na casinha. A mesma mão "joga a bola e apanha, apara e rebate. Soergue-a e deixa-a cair."⁶

Cada vez mais, todavia, tudo se torna mercadoria, inclusive o espaço urbano e o tempo de convívio das pessoas. Uma aridez desoladora toma conta das coisas, cercada de variadas manifestações de violência, asfixiando a natureza e inibindo contatos sociais mais estreitos. Em nome da proteção, as crianças foram confinadas Pais ausentes, premidos pela necessidade de ganhar dinheiro, uns poucos colegas e imagens correndo pela tela da televisão... eis boa parte do cotidiano das crianças, hoje.

3. O REAL VISTO PELA MEDIAÇÃO DA TELA

O discurso televisivo transfere a ação para a tela, querendo que as fabulações infantis para lá se transportem também. Traz prontas as imagens que a criatividade infantil, sem alguma intermediação externa, sempre se incumbiu de construir.

³ WEIL, Simone. *Op. cit.*, p.286-287.

⁴ BENJAMIN, Walter. *Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação*. p.75.

⁵ XIDIEH, Oswaldo Elias. *Narrativas populares*. 2.ed., Belo Horizonte : Ed. Itatiaia, no prelo. Narrativas de número 23, *Reinações do Menino Jesus e 24, As galinhas de Nosso Senhor*.

⁶ BOSI, Alfredo. *O ser e o tempo da poesia*. p.64.

A própria produção das ações passa para outras mãos. São adultos, geralmente muito bem sintonizados com a mercantilização da cultura, que fabricam a ação para as crianças. Os compromissos com o produto vendável superam de longe os compromissos com as pessoas-crianças. O cotidiano cultural, nas mãos destas últimas, era pensado e praticado enquanto trabalho criador; agora, guiado por outra lógica produtiva, virou coisa-feita, fetiche, objeto que usamos, mas não entendemos. Instrumento que fala de nós, mas que, sendo exterior a nós mesmos, simultaneamente nos exclui.⁷

O comando das figuras na tela, através da TV ou dos *video-games*, traz o espetáculo até nós. Não mais precisamos construir a trama das coisas, trabalho que outros realizam para nosso lazer. Então o que parecia conforto, oportunidade de descontração acaba sendo, e nós o consentimos, nossa própria anulação. Fomos tirados de cena, transformados em sujeitos passivos do que acontece. Alienamos à máquina aquilo que a fluente fabulação infantil sempre se encarregou de fazer, a construção das histórias no brincar. Na tela, não é a expressão infantil que aparece e sim o pacote mercadológico que os profissionais da área prepararam. Para esses produtores, tanto melhor que as crianças assistam a outras atrações além da programação que intenta atingi-las. O uso recorrente deste verbo já denota, aliás, estratégias e propósitos beligerantes: coisificar o público, eis a meta. Que nunca deixemos de ser consumidores vorazes dos produtos postos no mercado.

O tempo narrativo da máquina é extremamente veloz. A apresentação sucessiva de dezenas de planos de imagens por minuto contrasta nitidamente com o ritmo de comunicação oral ou mesmo da escrita. Uma tal sucessão vertiginosa requer de quem assiste igual condicionamento na rapidez dos reflexos, porém essa destreza com o que é rápido se incompatibiliza com a operação de pensar. Não há tempo para refletir e nem mesmo é o diálogo que se oferece. A se acostumar neste ritmo, nossa percepção tenderá a se tornar cada vez mais refratária a tudo o que obedecer a um andamento narrativo mais lento. Assistir às aulas, ler autores expressivos, ouvir um concerto musical, exercer atividades que exijam atenção podem se transformar em insuportáveis barreiras quando, na verdade, são estímulos vivos para descobertas, que nos emancipam enquanto seres pensantes e capazes de agir no mundo. Há uma imensa luta de resistência a ser travada por nós diante de nossa necessidade, assustadoramente crescente, de gratificação instantânea.⁸

A alienação de nosso tempo e de nossa consciência impede-nos de ver que a simultaneidade de imagens da linguagem televisiva passa por cima da história, do tempo, das diferenças. Custamos a aceitar que é a assimilação mecânica - e portanto irrefletida - de ordens, acatadas e reproduzidas com presteza, que faz com que nos sairemos campeões em *Video-games* e fliperamas, assumindo, conscientemente ou não, a história social dos bem-sucedidos.

O discurso crítico como negação. Quando tudo parece concorrer para bloquear e aprisionar o imaginário das crianças e de todos nós, convém retomar as idéias iniciais e perceber o real como um espaço de luta. As saídas simplistas, evasivas, moralistas e autoritárias precisam ser, de antemão, descartadas. Proibir a assistência à televisão, esconder os cartuchos de *Video-games* ou condenar os fliperamas seria repor a violência e não superar os problemas. Da mesma forma, nutrir sensações nostálgicas em torno de um suposto reino de felicidade e inocência pueril de tempos passados seria esquecer como esta imagem se construiu à custa de muitos açoi-tes, vindos tanto do brandir dos relhos quanto da acidez cáustica das manipulações.

O movimento que nos oprime é o mesmo que nos dá os fundamentos para sua negação. Os adultos comprometidos com a real emancipação da criança enquanto pessoa, enquanto ser que *é*, que tem uma existência reconhecida entre os outros seres de idades diferentes, não podem se furtar a esta luta. Pais, professores e familiares mais velhos, que tanto falam em deixar um mundo melhor para as crianças que amam, necessitariam demonstrar este amor pluralizando o afeto entre todos os que sofrem discriminação. Simone Weil nos ensina que a negação da opressão principia pela atenção. Não a *atenção dispensada*, expressão com a qual a voz da tela parece gentilmente nos agradecer pela audiência quando, em verdade, o que realmente quer dizer é que, cativos na assistência, propiciamos à emissora gratificantes retornos dos patrocinadores.

A atenção, portanto é de outra natureza. Implica, primeiramente, que nós, ao lado das crianças, neguemos nossa condição passiva de receptores, consumidores de coisas prontas. É preciosa nesta luta a predisposição franca, por pensamentos e obras, para desenvolver aquilo que o discurso televisivo procura nos arrebatrar, ou seja, nossa capacidade de discutir. "Discutir - mostra Alfredo Bosi - é pensar em voz alta com os outros. Quem discute pensa, e porque pensa, não desrespeita nem insulta."⁹

⁷ BOSI, Alfredo. A cultura como tradição. In: BORNHEIM, Gerd. et alii *Cultura brasileira, tradição/contradição*. p.37-38.

⁸ CHAUÍ, Marilena. Educação e ideologia. *Educação e sociedade*, n.5, p.24-40.

⁹ BOSI, Alfredo. Prefácio: Evangelho e luta operária. In: BARBÉ, Domingos. *Teologia da pastoral operária*, p.18.

A atenção se desenvolve com o trabalho incessante de pensar, de refletir sobre nossa condição e tudo aquilo que nos cerca. É, pois, uma ação que interessa muito às crianças. Envolve a liberdade coletiva de tudo aquilo que incorporamos maquiavelmente como também o alargamento de nosso campo de percepção, usando todos os sentidos, distinguindo nuances e captando diferenças até então invisíveis para nós. Significa ainda um reencontro com as formas de conhecimento em que nos percebemos enquanto sujeitos criadores. Pode ser um texto ou um brinquedo, uma música ou uma história, uma horta ou um jardim... Um solo não-sufocado tem muito a nos ensinar. "Ele se mostra diverso e multicolorido, mudando com o sol e com a chuva; o chão tem o quente e o fresco, o áspero e o macio, o alto e o baixo... Dele brota a água e a planta."¹⁰

O mexer com a terra reafirma a importância criadora das mãos. Criança qualquer jamais hesitaria em distinguir o brinquedo que *ela* fez diante de outros, comprados ou feitos por seus colegas. A transformação verdadeira e profunda, aponta Ecléa Bosi, se dá nas coisas miúdas, no cotidiano, no trabalho das mãos. "O que poderá mudar - pergunta ela - enquanto a criança escuta discursos igualitários na sala, mas observa na cozinha e nos fundos da casa o sacrifício constante dos velhos e dos empregados?"¹¹

4. BIBLIOGRAFIA

BENJAMIN, Walter. *Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação*. Trad. de M.V. Mazzari. São Paulo : Ed. Summus, 1984.

BOSI, Alfredo. A cultura como tradição. In: BOR-NHEIM, Gerd. et alii *Cultura brasileira, tradição/contradição*. Rio de Janeiro : Ed. Jorge Zahar/FUNARTE, 1987.

_____. Prefácio: Evangelho e luta operária. In: BARBÉ, Domingos. *Teologia da pastoral operária*. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. *O ser e o tempo da poesia*. São Paulo : Ed. Cultrix, 1983.

BOSI, Ecléa. Prefácio. In: BUITONI, Dulcília Schroeder. *Quintal Mágico*. São Paulo : Ed. Brasiliense, 1988.

_____. O trabalho manual. In: SZMRECSANYI, Maria Irene de Q. F. (Org.) *Cotidiano, cultura popular e planejamento urbano*. São Paulo : Ed. FAU/USP, 1985.

CHAUI, Marilena. O que é ideologia. São Paulo : Brasiliense, 1980.

_____. Educação e ideologia. *Educação e sociedade*. São Paulo : Ed. Cortez e Moraes, n.5, jan./1980.

WELL, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Trad. de T.G.G. Langlada. Rio de Janeiro : Ed. Paz e Terra, 1979. Seleção e organização de Ecléa Bosi.

UNITERMS: Toy

Imaginary

Child

ABSTRACT

The article conceptualises the imaginary as being part of reality and shows the infant's fabulousness fluency, with all its creative streng, fighting against the T. V. discourse. This T. V. discourse, willing to switch the action of human beings in the world by a programed mediation of the screens, ends up to lower down the power to build the action of the children's play. Such an alienation can be denied by a practice that develops our own attention, accurating our sensitiveness and allowing that our thinking doesn't get rude or stucked.

¹⁰ BOSI, Ecléa. Prefácio. In: BUITONI, Dulcília Schroeder. *Quintal mágico*, p.10.

¹¹ BOSI, Ecléa. O trabalho manual. In: SZMRECSANYI, Maria Irene de Q.F. (Org.) *Cotidiano, cultura popular e planejamento urbano*, p.75.

A RECRIAÇÃO/LAZER NO "JOGO" DA EDUCAÇÃO FÍSICA E DOS ESPORTES

Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto*

*UNITERMOS: Recreação/Lazer,
Educação Física,
Esportes,
jogo.*

RESUMO: O texto representa uma reflexão filosófica sobre as relações entre a Recreação/Lazer, a Educação Física e os Esportes. Nessas relações são impressas manobras do jogo lúdico.

A fim de se compreender esse fenômeno, são analisadas a essência do jogo lúdico, do jogo de manobras, da Recreação/Lazer, dos Esportes e da Educação Física, procurando compreender a atualidade vivida na realidade brasileira. As análises realizadas revelam a complexidade da problemática que envolve o fenômeno, a necessidade de compreendê-la mais profundamente, bem como de agir para transformá-la.

Diante do tema proposto para nossa reflexão conjunta, me vi diante de várias perguntas que despontaram em minha mente, a começar pelo sentido do título. O que será que ele quer dizer? O que esconde atrás de sua aparência enigmática? As palavras e as aspas parecem peças de um "quebra-cabeça" que, à primeira vista, não mostram o que retrata, mas me motiva a tentar desvendá-lo. E é essa tarefa que desejo compartilhar com vocês.

1. AS ASPAS NO "JOGO"

As aspas nesse jogo são "peças-chave" para a articulação de todo o sentido do tema, pois "jogo" pode se referir a dois mundos contraditórios: o mundo do jogo lúdico e o mundo do jogo de manobras. Essa compreensão é enfatizada pela polissemia que a palavra jogo apresenta na língua portuguesa. Dizem os dicionários que jogo pode significar festa, brinquedo, brincadeira, exercício, trocadilho, estratégia ou plano. Pode ter o sentido

de ocultamento de intenções ou expressão simbólica, manha ou resistência. Esse jogo de palavras tanto pode centrar-se nos interesses dos jogadores do jogo autêntico, como pode servir aos interesses de quem está fora dele. Nesse caso, o jogo passa a ser um jogo manobrado, servindo não ao lúdico, mas aos objetivos moralistas, utilitários ou político-partidários extremistas. Surge daí outra questão: como se caracteriza o jogo lúdico?

2. A ESSÊNCIA DO JOGO LÚDICO

A partir do clássico estudo de HUIZINGA (1980) sobre o jogo lúdico - publicado pela primeira vez em 1938 - extraio as suas características fundamentais. O jogo lúdico expressa a vivência cultural¹ em que as atitudes dos jogadores demonstram a possibilidade de conquista da liberdade, revelando o sentido de gratuidade e de prazer pela vivência de conteúdos culturais no tempo e lugar de posse dos jogadores. Esse interior preserva a

*Professora da Escola de Educação Física da UFMG.

- Palestra proferida no I Encontro Mineiro de Educação Física e Esportes na Escola de 1º e 2º Graus / II Simpósio Mineiro de Handebol - Belo Horizonte - 'Escola de Educação Física da UFMG', maio de 1991.

¹ Entendo cultura como a existencialização no sentido da relação homem-mundo, como sublinha RESENDE (1978).

sua intimidade, revestindo-a de mistérios, como a proteger a existencialização dos papéis vividos nesse jogo.

MARCELLINO (1990) destaca que as possibilidades de criar e recriar cultura no jogo lúdico permitem a vivência de valores externos a ele. De forma crítica e criativa, o jogo lúdico reproduz papéis sociais vividos no mundo exterior, denunciando, assim, a realidade, da mesma forma que a alimenta. Entendido dessa forma, o jogo lúdico é uma vivência revolucionária.

O jogo lúdico segue princípios humanos. Isso vale dizer que a *liberdade* é conquistada à medida que, nas suas interações, os jogadores respeitam-se a si mesmos, conquistam a livre opção de conviver com o outro, respeitando-o e sendo respeitados por ele. Em consequência todos participam da escolha dos conteúdos, das metas e da construção dos caminhos para enfrentar os desafios que surgem.

Os desafios estimulam os jogadores a alcançarem os fins propostos pelo próprio jogo. Por isso o jogo lúdico tem o sentido de *gratuidade*. O estilo de ser curioso e espontâneo dos que jogam faz com que o clima do jogo seja de aventuras e de tensão, às vezes traduzida sob a forma de seriedade. A seriedade aqui não é entendida como sisudez, mas retrata a concentração, o envolvimento, o empenho, enfim, a tensão dos jogadores. A tensão que se arrola não pesa sobre os jogadores, porque não os oprime. Ao contrário, causa-lhes um grande prazer.

O *prazer* que emana da vivência do jogo lúdico guarda em si o sentido de prazer pelo viver, o prazer em ver, contemplar, investigar, sentir, tocar, discutir, encontrar alternativas, viver com o outro, vibrar com as vitórias e reconhecer a vitória do outro. Em suma, revela-se o prazer em viver as ações, o tempo e o espaço.

O tempo do jogo lúdico privilegia a qualidade e não a quantidade de vivência. É um tempo criativo que se concretiza em qualquer momento da vida dos jogadores. A sua existência e duração são sentidas pelos que jogam.

O espaço-lugar ocupado pelo jogo permite tudo. Nele os objetos têm vida própria, simbolicamente rica. Cada um deles tem uma razão de ser e está sempre pronto para uma nova aventura. O espaço e os objetos são permanentemente construídos. Não existem formas fixas

de ocupação, nem exigências imperiosas de espaços estandarizados.

3. A ESSÊNCIA DO JOGO DE MANOBRAS

No jogo manobrado, as coisas são diferentes. As atitudes bem como a apropriação do tempo e do espaço-lugar deixam de ser dimensionados pelos desafios que surgem no desenvolvimento do jogo, passando a ser condicionados a outras metas fora dele. Muitas vezes, essas metas destacam o sentido mercantil do jogo e objetivam, essencialmente, o lucro advindo dessa ação. A possibilidade de se lucrar com o jogo manobrado estimula a comercialização do sentido de liberdade e de prazer, das emoções fortes, do tempo e dos lugares mais aconchegantes. Em síntese, tudo vale dinheiro e muito dinheiro. O jogo, nesse caso, visa, sobretudo, a distrair, relaxar e repor as energias das pessoas para que possam retomar suas obrigações de trabalho, investindo na produção e, evidentemente, gerando mais lucros. O lucro maior é daqueles que detêm as regras do "jogo", a força e a energia dos jogadores, como também o "status" e o poder que a vitória da produção pode oferecer.

As manobras desse "jogo" fazem surgir, na história humana, a necessidade de um tempo disponível para se consumir os bens e serviços produzidos em larga escala. O advento da industrialização trouxe consigo a luta pelo tempo de Recreação/Lazer que surge como reivindicação de trabalhadores cujo período de trabalho ocupava, cada vez mais, todo o tempo de suas vidas. É interessante notar como a humanidade precisou reivindicar o óbvio, ou seja, aquilo que por direito deveria ser de todos, mas que, historicamente, sempre foi privilégio da elite.²

Avançando no tema proposto, entraram no nosso "quebra-cabeça" duas outras palavras - a Recreação e o Lazer -, e, com elas, a pergunta: Recreação e Lazer querem dizer a mesma coisa?

No Brasil, é comum o uso dos termos Recreação e Lazer com o mesmo sentido conceitual, expressando as iniciativas da área de conhecimento que se preocupa com as vivências lúdicas no tempo disponível das pessoas.³ Nos conceitos correntes vêm sendo enfatizadas as dimensões de tempo, atitude e atividades.⁴ A Recreação

² Estudos de MEDEIROS (1975) e YOSHIOKA e SIMPSON (1989) desvelam a presença da Recreação/Lazer desde a Antiguidade grega, sempre como privilégio das elites. MARCELLINO (1983) discute a questão de sua ação cultural e democratização, ressaltando seus fatores inibidores.

³ Aqui a concepção de tempo disponível retrata a posição defendida por MARCELLINO (1987).

⁴ DUMAZEDIER (1976) enfatiza a ocupação do tempo excedente das obrigações da vida das pessoas. PIEPER (1963) privilegia a atitude mental e estado de ser - característicos da vivência da Recreação/Lazer. MARCELLINO (1987) resalta tanto o tempo disponível como a atitude lúdica característica dessa vivência. MIRANDA (1984) prioriza as atividades que possam ser desenvolvidas nessa área.

e/ou Lazer, sendo considerados como espaços privilegiados para a vivência do lúdico, a meu ver, precisam contemplar, explicitamente, a dimensão espaço-lugar.⁵

Assim, prefiro abordar os termos Recreação/Lazer conjuntamente, compreendendo-os como área de conhecimento cuja preocupação central é a vivência de conteúdos culturais que possibilitem ao sujeito experienciar o lúdico em sua vida, com chances de se apropriar do seu desejo de ser e do espaço-tempo e espaço-lugar em que vive. A meta da Recreação/Lazer é, portanto, o resgate do humano, condição básica para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Enquanto que, conceitualmente, a Recreação é pensada com o mesmo sentido de Lazer, convém assinalar que, tantas vezes, o termo Lazer é articulado com propostas políticas ou estudos, enquanto que a palavra Recreação é, freqüentemente, usada em relação às ações institucionalizadas. Dessa forma, do ponto de vista da abrangência, Recreação e Lazer têm sentidos diferenciados.

É curioso observar que, às vezes, propostas de Lazer não têm a ver com as ações recreativas implementadas em sua decorrência. Falta correlação entre muitos discursos políticos e as ações por eles implementadas na Recreação/Lazer no nosso país. em geral, os discursos incluem o Lazer dentro das necessidades básicas do povo. Para a implementação de propostas de Lazer são organizados setores que atendem, separadamente, à Recreação, à Cultura, ao Turismo e aos Esportes.

Tal situação traz para a nossa conversa mais uma das palavras do nosso "quebra-cabeça", ou seja, o termo Esportes, que vem acompanhado de questões: por que a separação entre Recreação e Esportes? Por que a ênfase dada aos Esportes dentre tantas formas de atividades físicas?

4. NO "JOGO" ENTRAM OS ESPORTES

Os Esportes vêm tendo uma participação importante no jogo de manobras eleitoreiras. Historicamente, tem-se prestado a esse tipo de ação, apesar de cada vez mais serem eloqüentes as declarações sobre a importância das atividades físicas - não apenas as esportivas - na vida das pessoas, fazendo crescer a procura pela sua prática.

Estudos enfatizam os benefícios da convivência com a atividade física e não apenas com as atividades esportivas.⁶

Com maior acesso à população, a mídia escrita, falada e televisada acelera a difusão de outras mensagens sobre os benefícios das atividades físicas - idéias coloridas mas não suficientemente esclarecidas.

Nos dizeres de BRACHT (1989), o Esporte e outras formas de expressão são caracterizados, na sociedade brasileira, pelas competições de alto rendimento. Essa tendência evidencia a transformação do Esporte em mercadoria veiculada, especialmente, nos meios de comunicação de massa, enquanto que a grande massa, nos seus momentos de Recreação/Lazer, vem assumindo o papel de consumidor de mais um produto da indústria cultural. O espaço de Recreação/Lazer cumpre, assim, o papel de reprodução da força de trabalho, mais do que de espaço para a exercitação, a criação ou recriação da cultura corporal do nosso povo.⁷

Esses dados permitem perceber as possibilidades tanto do jogo lúdico, como do jogo de manobras relacionados à prática de atividades físicas no Brasil. Dentre outras, destaco duas análises dessa situação. Primeiramente, é preciso considerar que, apesar de evidências, é reduzido o número de estudos sobre o comportamento do brasileiro nos seus momentos de Recreação/Lazer e, em especial, no seu envolvimento com as atividades físicas. Diante disso, não posso afirmar que a adesão da população a essas atividades se faz com consciência dos seus propósitos, riscos e barreiras ou se representa, apenas, a imposição dos valores da sociedade de hiper-consumo em que vive a atualidade, respaldada pela nossa organização de Estado.

Em segundo lugar, os fatos e análises apresentados levam-me a concordar com MARCELLINO (1987), quando enfatiza que a vivência de conteúdos culturais de Recreação/Lazer exigem o aprendizado, o estímulo e a compreensão de seus diferentes conteúdos, seja para a prática - exercitação -, seja para o consumo - assistência - e/ou aprendizagem - conhecimento. Todos esses gêneros precisam ser experienciados não apenas no nível elementar, isto é, no nível conformista, mas, também, nos níveis críticos e criativos. Mais que isso, Marcellino ressalta que "só tem sentido se falar em aspectos educativos do Lazer, se esse for considerado (...) como um dos possíveis canais de atuação no plano cultural, tendo em vis-

⁵ Meu argumento fundamenta-se na concepção de lúdico de HUIZINGA (1980).

⁶ Ver DIECKERT (1984) e CAMARGO (1987), dentre outros autores.

⁷ DUMAZEDIER (1979) e CAMARGO (1986) sugerem que a Recreação/Lazer abrange múltiplos conteúdos culturais referentes aos interesses intelectuais, artísticos, manuais, sociais, turísticos e físicos dos sujeitos, cuja multiplicidade é compreendida com idéia central de predominância - dentro de visão não estaque.

ta contribuir para uma nova ordem moral e intelectual, favorecedora de mudanças no plano social" (1987, p.63-64).

Falar em aspectos educativos da Recreação/Lazer me conduz à última peça do nosso "quebra-cabeça". Pensar a educação, a Recreação/Lazer, estimula a refletir sobre a escola e, nela, deter as análises sobre a Educação Física.

5. A EDUCAÇÃO FÍSICA NAS RELAÇÕES COM A RECREAÇÃO/LAZER E OS ESPORTES

No jogo aqui discutido a Educação Física e os Esportes ocupam um dos lados do mesmo campo. Nesse campo ambas as palavras sofrem os efeitos do caos terminológico-conceitual. No uso corrente, os termos Educação Física e Esportes vêm sendo compreendidos no Brasil, como área de conhecimento, ou atividade, ou arte, ou técnica, ou ciência, ou ramo pedagógico. Estudos realizados por COSTA e MARQUES (1991), demonstram a falta de consenso sobre o assunto, destacando, ainda, que as opiniões correntes numa determinada região, consideram o Esporte como meio ou como fim da Educação Física.

Voltando os olhos para a escola brasileira e analisando várias de suas propostas de ensino, concluo que o Esporte é o centro das atenções da Educação Física escolar, desde a quinta série do primeiro grau de ensino, sendo focado de forma predominantemente prática, com ênfase em suas técnicas. Observo, também, que as atividades lúdicas, consideradas a base dos currículos de Educação Física até à quarta série do primeiro grau de ensino, não aparecem de maneira explícita nos demais níveis de escolaridade.

Refletindo sobre esse quadro, encontro mais perguntas que respostas: existe interesse da Educação física escolar em estabelecer diálogo com o mundo fora da escola onde, provavelmente, serão vividos os momentos de Recreação/Lazer? Será que a participação com as atividades físicas na Recreação/Lazer é enfaticamente esportiva como indicam os programas escolares? As experiências vividas na escola têm contemplado a prática, o consumo e o conhecimento sobre diferentes formas de atividades físicas? Essas têm sido exercitadas nos níveis críticos e criativos? Existem espaços para a vivência da liberdade, da gratuidade e do prazer pela atividade física? Por que o jogo lúdico não vem sendo explicitamente objetivado em todos os níveis de ensino?

6. PALAVRAS FINAIS

Quanto mais caracterizamos as peças desse "quebra-cabeça", mais se mostra que esse "jogo" é realmente complexo e profundamente paradoxal. Mas, como me posiciono diante dele?

Em primeiro lugar, desejo declarar minha fé no ser humano sensível e histórico. Em segundo lugar, considero que o corpo humano é o ponto de partida e de chegada para estudos de diversas áreas e, dentre elas, da Educação Física. O corpo humano, entretanto, não tem uma única linguagem. Sua expressão concretiza a sua vida e as suas ações, em suas diferentes funções, usando múltiplos dialetos. A Educação Física lida com o corpo biológico, o corpo fisiológico, o corpo técnico, o artístico, o pedagógico, o político, o histórico, o lúdico e tantos outros mais, todos compondo a totalidade de um ser.

Para lidar com essas diferentes linguagens, a Educação Física precisa compreender, construir, avançando conhecimentos sobre a essência orgânica e cultural das diferentes linguagens do corpo, que se manifestam de várias formas e, dentre elas, sob a forma dos Esportes. É importante identificar e compreender as estruturas e significados das diferentes manifestações da cultura corporal de movimentos, esforçando-se por compreender seus sentidos e importância para a vida do ser e para as suas relações culturais, historicamente estabelecidas. É importante, ainda, compreender os seus sentidos em relação aos conhecimentos universalmente elaborados.

Com a montagem do "quebra-cabeça" instaura-se o impasse: acredito que sou uma das peças desse "jogo", mas que "jogo" jogo sou jogado? Desejo esse "jogo" da forma como está? O que fazer? Fico nesse "quebra-cabeça" ou mudo para outro?

Peço a Thiago de Mello ajuda para a minha última reflexão. E ele me diz:

*Como sei pouco, e sou pouco,
faço o pouco que me cabe
me dando inteiro,
sabendo que não vou ver
o homem que eu quero ser (MELLO, 1986,
p.11).*

Creio que para sairmos desse impasse temos que investir nos sonhos utópicos. A utopia aqui não é compreendida como simples ilusão, como algo irrealizável, mas como um projeto dentro da dinâmica histórica que vivo e que ajudo a construir. O meu agir no presente será o passado de um futuro que desejo construir, que não é concreto, ainda, mas o será graças às possibilidades concretas que tenho e que faço concretizar. Como

Thiago de Mello diz, posso não viver esse futuro, mas certamente meus filhos poderão vivê-lo. E, é por amor a eles e por amor a mim mesma que preciso me posicionar diante esse quadro e optar pelo jogo dos meus desejos.

E vocês, como se posicionam?

7. BIBLIOGRAFIA

BRACHT, Valter. Esporte e poder. In: *Congresso Brasileiro de Ciência dos Esportes*, 6, 1989, Brasília. Conferência. 47.p. (Mimeogr.).

_____. Esporte, estado, sociedade. *Revista Brasileira de Ciências dos Esportes*, Campinas, 10, 2p. 69-73. 1989.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. *O que é o lazer*. São Paulo : Brasiliense, 1986. 100p.

COSTA, Maria Glauca, MARQUES, Maurício Pimenta. A concepção de Educação Física de professores dos cursos de graduação de Educação Física em Minas Gerais. In: *Congresso Brasileiro de Educação Física da FBAPEF*, 6, 1991, Belo Horizonte. Anais. (Mimeogr.).

DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo : Perspectiva, 1979. 245p.

HUIZINGA, Johan. *Homo ludens - o jogo como elemento da cultura*. 2.ed. São Paulo : Perspectiva. 1980. 242p.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e humanização*. Campinas : Papyrus, 1983. 83p.

_____. *Lazer e educação*. Campinas : Papyrus, 1987. 164p.

_____. *Pedagogia da animação*. Campinas : Papyrus, 1990. 149p.

MEDEIROS, Ethel Bauzer. *O lazer no planejamento urbano*. 2.ed. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1975. 253p.

MELLO, Thiago de. *Poesia comprometida com a minha e a tua vida*. 6.ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1986. 85p.

MIRANDA, Nicanor. *200 jogos infantis*. 9.ed. Belo Horizonte : Itatiaia, 1984. 294p.

PIEPER, Josef. *Leisure: the basis of culture*. 5. printing New York : New American Library, 1963. 127p.

RESENDE, Antonio Muniz. Pistas para um diagnóstico da patologia cultural. In: MORAIS, R. de (Org.) *Construção social da enfermidade*. São Paulo : Cortez e Moraes, 1978.

SANTIN, Sílvio. *Educação Física: uma abordagem filosófica da corporeidade*. Ijuí : ed. UNIJUÍ, 1987. 125p.

YOSHIOKA, C., SIMPSON, S. The aristotelian view of leisure - Athens, Sparta and Rome. In: *Recreation and Leisure issues in an era of change*. Study College/USA : Venture Publishing, 1985. p.105-117.

Uniterms: Recreation/Leisure,

Physical Education,

Sports,

game.

SUMMARY: This text shows the philosophical reflection on relations among Recreation/Leisure, Physical Education and Sports. Those relations have movements from the ludical game.

If we want to understand this phenomenon, we have to analyse the essence of the ludical game, maneuver game, Recreation/Leisure of Sports and Physical Education, trying to understand the present moment of Brazilian reality. The analysis shows us the problematical complexity and necessity of understanding all the problems as well as acting to get the transformation.

ARTIMANHAS DO CORPO DIANTE DO ESPELHO

Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto*

Unitermos: corpo,
espelho,
Recreação/Lazer,
Educação Física.

RESUMO: O texto traduz a reflexão filosófica realizada em torno de elementos da ação comunicativa estabelecida entre o corpo humano com ele mesmo, com outros corpos e com a cultura, numa sala de aula de ginástica, espaço compartilhado por vivências da Educação Física e da Recreação/Lazer. Mediado por espelhos, esse diálogo mostra as coações simbólicas a que se subjugam o corpo, condicionando seus julgamentos, valores e preferências.

Circunscrito numa cultura capitalista, o corpo torna-se palco, meio e fim de modos de produção e consumo, sendo explorados de diversas maneiras. As reflexões revelam que o corpo fala pelos seus medos, suas resistências e prazer que sentem. Assim, o corpo não apenas é foco de aculturações, como também é revolução por suas ações, o que requer encará-lo, alertar o poético que o provoca, resgatar sua beleza, enfrentar seus limites e apropriar-se das formas mercantilizadas a ele impostas, gestando respostas criativas.

Minhas vivências na Educação Física¹ e na Recreação/Lazer² envolvem-se, tantas vezes, com espelhos num espaço cultural compartilhado com meus alunos - a sala de aula de ginástica. O desejo pela participação nesse lugar brota, muitas vezes, do envolvimento fantástico do ambiente, cheio de música, de roupas coloridas, materiais interessantes e espelhos, muitos espelhos.

Revestindo parede toda o espelho compõe as malhas da tecitura da aula, com o poder de refletir e reproduzir tudo e todos que se põem à sua frente. Possibilita a cada um ver-se, ver o outro, ver-se com o outro, ver-se no outro ou fugir de todos, até de si mesmo. Multiplica as pessoas, as luzes, o espaço, os materiais, as emoções, os desejos, as ilusões e as intenções. O espelho estimula tanto a exposição e a demonstração como a concentração, a contemplação, a reflexão, a aceitação ou medo, o encanto ou desencanto.

Nesse palco, as ações gravitam em torno do corpo humano, corpo ator, expectador, corpo corporificado ou corpo espelhado. Em sua corporeidade o humano espelha a concretude de seu ser individual culturalizado. O corpo, assim não apenas retrata sinais inscritos nele mesmo, como também é mensageiro da interioridade subjetiva que expressa. A sua linguagem age como mediadora na sua comunicação direta e indireta com os outros corpos e com o mundo.

As palavras guardadas no corpo, linguagens antiqüíssimas, vibram ante o ensejo do despejo de novos gestos: gestos, peças de vitrina colorida, que vendem palavras, que cantam palavras, esperadas, palavras que dividem o corpo, que retalham o corpo das palavras, as palavras do corpo.

* Professora da Escola de Educação Física da UFMG

- Trabalho apresentado no VI Congresso Brasileiro de Educação Física - FBAPF - Belo Horizonte, julho 1991.

¹ A meu ver, a Educação Física, como área de conhecimento, objetiva compreender, recriar, construir, avançando nos conhecimentos sobre a essência orgânica e cultural da linguagem corporal, em suas diversas formas de manifestações, empenhando-se em compreendê-las criticamente, desvelando seus significados, bem como sua importância para a existência humana e para a vida cultural histórica de cada grupo.

² Aqui, os termos Recreação/Lazer, abordados conjuntamente, representam a área de conhecimento cuja preocupação central é a vivência de conteúdos culturais que possibilitem aos sujeitos experienciarem o lúdico em sua vida, com chances de se apropriarem-se do seu desejo de ser e do espaço-tempo e lugar em que vivem. O lúdico, por sua vez, expressa a possibilidade de vivência da liberdade, da gratuidade e do prazer, que precisam ser dimensionados do ponto de vista existencial e cultural.

*Palavras corpo que são poesia.
 Mas, nem sempre o corpo as sente.
 Nem as lê,
 re-sente.
 Diante do espelho meu corpo vaga
 de frente, de costas, de lado, de quatro.
 Rasteja, corre, salta, pára e se encara.
 Tenho um corpo possuído de outra pele que o
 enfeita.
 Ou será essa a minha pele?
 Vejo refletida minha imagem, sou meu corpo
 ou será que meu corpo é meu?
 Sou o que ele me permitiu ser:
 salto meus sonhos com a sua habilidade;
 circundo o meu ser com a sua flexibilidade;
 articulo meus projetos com sua destreza;
 empenho nas minhas conquistas com sua for-
 ça e resistência;
 degusto seus sabores com sua velocidade;
 resgato os meus desejos com o seu roçar em
 mim, nos outros corpos e no corpo do mundo.*

As relações entre esse corpo e os outros corpos na maneira de pensar de Wittgenstein (Apud GERALDI, 1991), se dão como um jogo de espelhos, ou seja, um jogo de domínio simbólico onde o eu é submetido à lei do outro, que faz o mesmo em relação a ele próprio.

Como sujeito, o corpo é corpo social, político, ideológico, histórico. Incorpora o universo discursivo do mundo, interage com ele, podendo inferir nele, que, por sua vez, continuará a inferir noutros corpos. Nessa trama de interações, a expressão do mesmo sujeito pode ser entendido com diferentes significados, mas compromete-se com a construção que faz da realidade. Nas interações navegam, coações físicas e simbólicas, inferindo nas ações do outro, reforçando ou alterando seus julgamentos, seus valores e preferências. No meio desse ir e vir estrutura-se o mundo e a cultura - a existencialização no sentido da relação humano-mundo, como assinala REZENDE (1978).

A vida cultural aqui vivida, mesmo que não se deseje, se dá a conhecer, pois o corpo fala pelo que mostra, esconde ou camufla. O afrontamento corpo-a-corpo serve-se de aculturações, freqüentemente degustadas, mesmo sob formas sacrificantes. Nesse caso, o prazer não reside tanto na descoberta e vivência do corpo mas, sobretudo, na sua aceitação social. As imposições ao corpo

podem, paradoxalmente, alimentar medos, fugas e disfarces, espelhando distanciamentos entre os desejos individuais e os culturais.

Essa circunstância testemunha, ainda outros distanciamentos como forma de subversão da situação instaurada. Apesar da presença física, o corpo resiste, dando asas ao espírito, pois não há comunhão das convicções naquele momento e, em decorrência, não há a totalização da vontade e da energia. Os sujeitos não são simples máquinas, nem cristalizações imutáveis. Suas relações podem oprimi-lo, mas não garantem o seu incoerente e/ou perpétuo acultramento. As resistências do corpo lutam contra isso. As pressões exercidas, entretanto, são violentas.

Na sala de aula de ginástica, a recusa à submissão, aos olhos de uns, instiga as inquietações, as desordens, bagunças mas, aos olhos de outros, incita as agitações criadoras. Desencadeiam-se guerrilhas que buscam sabotar a situação instalada, as quais as instituições competentemente vêm reprimindo, pois o uso social do corpo existe o embrutecimento de gestos para disciplinar respostas.

O uso que o sujeito faz de seu corpo, inúmeras vezes, é decidido fora do seu próprio domínio. Circunscrito numa situação de consumo, a presença corporal, constantemente, se curva ante o poder econômico negando o instinto humano. Refletindo as aspirações capitalistas da época, o corpo torna-se palco, meio e fim de modos de produção e consumo. A engenhosidade do sistema constrói desejos para satisfazer aos imperativos da grande indústria, via natureza e necessidades do corpo. Para isso, o corpo é colocado a serviço de "neg-ócios" altamente lucrativos que o explora moral, científica, ideológica, comercial e emocionalmente.

As motivações para os cuidados com o corpo transforma-o, por vezes, na coisa desejada que passa a ser idolatrada. A aceitação ou negação de valores estranhos a esse corpo, noutros casos, pode transfigurar seus desejos levando-o a rejeitar-se a si mesmo. As resistências ao consumo, nesses casos, induzem ao isolamento do próprio corpo e ao estrangulamento de tudo o que favorece o domínio das paixões.

Rubem Alves (1984) sublinha que transformações na realidade são possíveis quando emergem de situações concretas, consolidadas pelas esperanças humanas que geram seus sonhos e convoca seus corpos a construírem seu mundo pelo seu trabalho, seu brincar, seu sentir e viver coletivo. O corpo é, assim, revolução pelas ações do ser humano.

A revolução pelo corpo induz a encará-lo, alertar o adormecido e o poético que o provoca, superar seu narcisismo, enfrentando os seus limites. É preciso resgatar

sua beleza que se materializa pelos sentimentos. É fundamental a apropriação das formas mercantilizadas que a ele se impõem, gestando respostas criativas às mesmas. Falar em revolução, cheirando o cheiro do consumo requer defrontar-se com a "cultura" em tecnicolor que nos envolve, a qual mercancia tudo - trabalho, Recreação/Lazer, corpo ...

Nesse projeto, a sala de aula de ginástica é um espaço importante para a guerrilha perante os valores imperialistas, pois possibilita a leitura da linguagem corporal, do espaço e do tempo que vive, bem como do significado do seu processo de produção cultural.

Como as "manhas" do corpo, o espelho também abarca diferentes significados. Dentre eles, o espelho de fechadura que constitui-se no metal que adorna o orifício em que se introduz a chave. O sonho utópico do presente ensaio vê no espelho não apenas um disfarce para saídas, mas um meio concreto e sensível de abrir portas entre os humanos e a realidade cultural.

Faço do espelho parte de minha esperança

Olho-me no fundo e

Penso

Sobre minha face pálida e a iluminada.

Que jogo jogo

Penso

o viver que me silenciam

e o viver do meu silêncio.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Rubem. *Creio na ressurreição do corpo - meditação*. 2.ed. Rio de Janeiro : Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1984. 73 p.

GERALDI, João Wanderley. *Portos de passagem*. São Paulo : Martins Fontes, 1991. 252 p.

REZENDE, Antônio Muniz. Pistas para um diagnóstico da patologia cultural. In: MORAIS, J. F. Regis de (Org.). *Construção social da enfermidade*. São Paulo : Cortez e Moraes, 1978.

UNITERMS: *body,*

mirror,

Recreation/Leisure,

Physical Education

SUMMARY: This article shows the philosophical reflection about elements of communicative action, set up between the human body and itself, with bodies and culture, inside a gymnastic classroom. The space is shared by living the Physical Education and Recreation/Leisure. Interposed by mirrors, the dialog shows the symbolical coercion suffered by the body, conditioning judgements, values and preferences.

Circumscribed inside a capitalist culture, the body becomes a stage, means and the end of production and consumption ways, being explored in many ways. The reflection shows that the body can talk by its fear, resistance and pleasure. Then, the body isn't only the focus of cultural adaptation or revolution by its actions. It means to face it, alerting the poetic that provokes it, requesting the beauty, confronting, its limits and appropriating the commercialized features, producing creative answers.

A QUESTÃO SOCIAL DO LAZER E ESPORTE NA EMPRESA*

Luiz Carlos Marcolino,

Claudia Martins Ramalho,

Johanne Elizabeth Hald Madsen,

Luiz Benito de Carvalho Olivieri

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre a questão do esporte e lazer na empresa, baseadas, especialmente, na experiência adquirida em trabalho, no Serviço de Lazer do Departamento Nacional do SESI.

As primeiras colocações referem-se a uma tentativa de analisar o lazer a partir de uma perspectiva estrutural mais ampla, entendendo-o como uma prática social, condicionada pelo desenvolvimento histórico das sociedades.

Em seguida, procurou-se caracterizar, de forma sumária, a estrutura social brasileira, do ponto de vista legal e sócio-econômico, como ponto de partida para a análise do tema em pauta, com ênfase nos aspectos relativos ao desenvolvimento de recursos humanos e, em especial, ao processo de educação para o lazer.

No que se refere a educação para o lazer, são apresentadas algumas considerações julgadas relevantes na condução do processo, bem como agências privilegiadas para a realização deste trabalho.

A última parte está voltada para a descrição do processo de diagnóstico e elaboração de política e diretrizes de ação, no Campo de Lazer, empreendido, recentemente, pelo Serviço Social da Indústria, com vistas a nortear suas ações nesta área.

2. A QUESTÃO SOCIAL DO LAZER E ESPORTE NA EMPRESA

Inicialmente, gostaríamos de esclarecer que trataremos da questão em pauta, sob a ótica do lazer, ou seja, é nosso entendimento que o esporte praticado e/ou desenvolvido na empresa, para seus funcionários, consti-

tui-se uma forma de lazer (mesmo quando utilitarista; reposição do desgaste com vistas à produtividade), tal como as sessões de ginástica laboral, festas, comemorações e outros. Sob este prisma estamos deixando de considerar como lazer o esporte desenvolvido a título de marketing, de criação de imagem da empresa, por entendermos que o mesmo é praticado por um pequeno número de pessoas que o fazem como uma forma de trabalho, regido por contrato profissional e/ou semi-profissional.

Feito o esclarecimento, julgamos importante abordar a questão do lazer na empresa, a partir do entendimento do quadro social mais amplo que é, sem dúvida, condicionante de práticas sociais mais específicas e particularizadas.

Torna-se pertinente enfatizar a noção de estrutura social e sua ligação com o desenvolvimento histórico da prática de lazer. Não obstante as discussões teóricas, às vezes bastantes controversas, propõe-se como conceito de estrutura social o conjunto de indivíduos que habitam um determinado território, mais a forma como esses indivíduos se relacionam. Dentro desse entendimento dois pontos devem ser ressaltados: 1) os indivíduos localizam-se em grupos e não isoladamente e 2) a forma como os indivíduos se relacionam é algo produzido historicamente.

No que se refere à prática do lazer, ou da recreação, estudos sociológicos mostram a sua existência, em todas as sociedades historicamente conhecidas, ao lado de outras práticas sociais tais como as econômicas, familiares, religiosas, governamentais e educacionais, demonstrando o lazer como uma necessidade social, ao tempo em que condicionado pela organização estrutural de cada formação histórica específica.

Embora as práticas sociais estejam inter-relacionadas abrangendo os diversos aspectos da vida social, historicamente as práticas econômicas, ou seja, aquelas que dizem respeito às atividades de produção, distribuição e consumo de bens têm se tornado determinantes, em rela-

Texto elaborado pela equipe técnica do Serviço de Lazer - Divisão Técnica do Departamento Nacional do Serviço Social da Indústria - SESI.

ção às demais. Isto porque é na atividade produtora que se delineiam, com maior clareza, os diversos tipos de organização social (estrutura), especialmente a partir da existência de sociedades mais complexas, cuja produção vai além da mera sobrevivência de seus membros.

Pois bem, a partir do predomínio da atividade econômica é que, também, ficam definidas as relações de poder, em que grupos distintos colocam-se em posições distintas na manipulação de interesses. Assim, desenvolvem-se as diferenças entre os grupos e, conseqüentemente, a desigualdade social.

A partir das desigualdades é que determinados grupos conseguem a imposição de seus interesses, normatizando a vida social em seu próprio benefício.

2.1. A Legislação Vigente e a Estrutura Social Brasileira

No intuito de transpor as colocações teóricas até aqui apresentadas para o plano concreto da vida social, passamos a caracterizar a sociedade brasileira, a nível tanto da legislação quanto das condições sócioeconômicas vigentes.

A Constituição Brasileira, promulgada em 1988, reza o seguinte, no Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo II - Dos Direitos Sociais, Art. 6º: "são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição".

Também no Título VIII, capítulo VII, Art. 227: "É um dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão".

Se por um lado, legalmente, esses direitos fundamentais estão garantidos, por outro, a sua consecução encontra-se, de fato, distante da realidade. Isto se explica ao examinarmos as condições de vida da população.

Alguns dados, apresentados por Jaguaribe,¹ são importantes na caracterização da sociedade brasileira: a PND, 1985, indica cerca de 35% das famílias vivem em situação de pobreza (com "renda familiar per capita" de até 1/2 salário mínimo), sendo que na faixa de miséria

(até 1/4 de salário mínimo) encontra-se quase 15% das famílias brasileiras. Em termos absolutos, isto implica dizer que mais de 11 milhões de famílias, vivem na pobreza, sendo que destas quase 4,7 milhões vivem na mais estrita miséria. Ainda segundo a PNAD, em 1985, o tamanho médio das famílias era de cerca de quatro pessoas. Tem-se, portanto, que mais de 53 milhões de pessoas vivem em situação de pobreza.

Ainda segundo Jaguaribe, "os dados apontam para uma conclusão óbvia: o Brasil apresenta níveis insustentáveis de destituição apesar dos ganhos relativos, sobretudo na última década. A pobreza em geral e em particular mais grave a estrita miséria - ainda permanece em níveis inaceitavelmente elevados".

Se por um lado é precária a situação da população, por outro o país é hoje a 8ª economia do mundo ocidental.

Isto nos leva a concluir que:

- a - existe um inegável crescimento econômico ao qual não corresponde o desenvolvimento social;
- b - as relações sociais de produção apontam para um modelo que exclui dos seus benefícios parcela majoritária da população, caracterizando um altíssimo índice de concentração de renda. "Os 50% mais pobres do país têm acesso a apenas cerca de 13,6% da renda. O 1% mais rico tem participação praticamente igual 13,13%" (ibidem).

É neste quadro que se inclui a questão social do lazer na empresa, ou seja, é a partir dessa estrutura social que o lazer, dentro ou fora da empresa, bem como outras necessidades e direitos do cidadão precisam ser pensados e debatidos.

3. PERSPECTIVAS

A situação socioeconômica, o estágio em que se encontram as relações produtivas no país, a postura do empresariado e as possibilidades econômicas e educativas do trabalhador, nos levam a acreditar que, a curto e médio prazo, torna-se difícil uma mudança qualitativa e quantitativa, em nível estrutural, na questão do lazer na empresa.

Por sua vez, por parte do Estado, não são identificáveis políticas consistentes e definidas de lazer, haja vista a difícil situação em que se encontra o setor artístico no país. A situação do esporte não é muito diferente.

¹ JAGUARIBE, Hêlio e outros. *Brasil - Reforma ou Caos*. Editora Paz e Terra S/A, 1989.

Apesar destas dificuldades, o lazer nas empresas têm obtido avanços consideráveis, embora restrito, na sua maioria, às empresas de grande porte, e sem explorar todas as suas possibilidades, enquanto componente imprescindível do bem-estar social.

Enquanto perspectiva que é o objeto de nossa preocupação neste momento, parece-nos de suma importância que alguns mecanismos sejam acionados, sob pena de naufragarmos numa ótica determinista, ou seja, ficarmos à espera de grandes mudanças estruturais, onde o lazer virá incorporando-se ao cotidiano da população brasileira, em especial do trabalhador.

Inicialmente, torna-se necessário a disseminação, junto à população, e em especial às empresas, da importância de uma política de desenvolvimento de recursos humanos que tenha em vista o trabalhador na sua globalidade. Enfim, que se crie uma ambiência favorável não apenas à produtividade, mas também, ao bem-estar social do indivíduo, dando-se ênfase à saúde ocupacional e, conseqüentemente, ao lazer. Até mesmo porque são elementos necessariamente complementares.

Para isto, impõe-se um processo intensivo de educação para o lazer que oriente a implementação de políticas nesta área.

Sem termos a intenção de apresentar receitas, achamos por bem fazer algumas considerações que julgamos pertinentes, relativas a esta questão:

- é importante educar para o lazer como forma de "atuação no plano cultural, tendo em vista contribuir para uma nova ordem moral e intelectual, favorecedora de mudanças no plano social".² É preciso não descartar a influência da chamada "indústria cultural", que tende a gerar necessidades padronizadas, induzindo ao mero consumo e perpetuando ou dificultando a superação de uma situação de conformismo;
- a necessidade de desconstrução do preconceito para com o lazer, advindo do pouco hábito de seu exercício e da identificação pejorativa de lazer e ócio.

Torna-se, portanto, necessário esclarecer o real significado do ócio, como uma opção do tempo livre, resgatando a noção inicial (oriunda dos gregos) de contemplação, tendo em vista uma compreensão mais ampla de vida. Para o homem grego, o ócio não significava estar ocioso no sentido de não fazer nada, mas implicava operações de natureza intelectual e espiritual que se traduziam no exercício da contemplação da verdade, do bem e da beleza, de forma não utilitária;

- outra dificuldade refere-se à crítica quanto ao papel alienante do lazer. Nesta perspectiva o lazer é visto como uma ilusão de livre satisfação das necessidades do indivíduo, embora estas sejam manipuladas pelas forças econômicas da produção, conforme o interesse daqueles que as possuem.

Embora sem desconhecer o fato de que o lazer pode prestar-se à função de controle social, este tipo de crítica merece duas ponderações:

- a) entendemos que ela não possa ser generalizada a todas as práticas de lazer e, além disto, está muito mais direcionada à chamada "indústria de lazer" do que propriamente à atividade; b) acreditar-se tão somente na capacidade reprodutiva da ideologia dominante através dos mecanismos de lazer denota a inexistência de uma perspectiva dialética e conduz a impasse semelhante àquele com que se defrontaram inúmeros teóricos da educação, permitindo transpor para o campo do lazer as críticas dirigidas aos teóricos reprodutivistas e suas visões mecanicistas.

Na verdade, educação e lazer constituem espaço de circulação de idéias diversas, e, portanto, incapazes de criar uma visão de mundo única. Nesta perspectiva, caberá aos planejadores, aos educadores e aos profissionais da área de lazer o importante papel de alavanca para o salto em direção à conscientização, à compreensão mais ampla das relações e a uma visão libertadora.

- b) outro aspecto a ser considerado é a necessidade de incentivar a prática de atividades que estejam ligadas à chamada cultura popular, no sentido de sua produção e difusão. Todavia, dois itens devem ser analisados criteriosamente: o primeiro diz respeito ao fato de que muitas manifestações ditas populares, tratam-se, na verdade, de imposições dos meios de comunicação, sem qualquer ligação consistente com as "coisas da terra" e a memória cultural das regiões; o segundo é a premência de se acabar com o mito de que o povo só pode ter acesso às manifestações menos elaboradas da cultura. É preciso deixar claro que, se a produção e a difusão cultural devem ser um canal de participação e transformação das estruturas sociais, para isto é necessário a apropriação, por contingentes significativos da população, do saber mais elaborado e, mais do que isto, a criação do hábito do convívio crítico com este saber.

² MARCELLINO, Nelson C. *Lazer e Educação*. Campinas: Papirus Livraria e Editora, 1987.

3. 1. Agências de Educação para o Lazer

O trabalho de educar para o lazer, aqui entendido como sensibilização e criação de hábitos e atitudes, encontra espaço privilegiado em certas agências, que passaremos a enumerar.

As universidades, a partir do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, apresentam-se como instrumento que necessita ser acionado com urgência.

No que tange ao ensino, já não é sem tempo que se concretize uma revisão nos currículos escolares, de modo a permitir a inclusão de disciplinas que visem a dar ao aluno uma visão mais clara das relações sociais de trabalho e da responsabilidade social das empresas.

Coloca-se como inadiável a necessidade de incluir, nos cursos de administração, sociologia, serviço social, economia, educação física, artes, turismo e outros afins, disciplinas que voltadas com maior abrangência à questão do desenvolvimento de recursos humanos af incluído, obviamente, o Lazer.

Na função de pesquisa, tanto professores como alunos devem ser incentivados a trabalhar e divulgar temas relativos aos benefícios oriundos do exercício de atividades de lazer, em especial, nas empresas, tanto na perspectiva de produtividade quanto de bem-estar social do trabalhador.

No que se refere à extensão, as possibilidades são imensas para que a universidade se transforme, de fato, num instrumento de intervenção na realidade social, à medida que se dispuser a sair de dentro de seus muros e assessorar, orientar e desenvolver trabalhos junto à comunidade.

Quanto aos sindicatos, embora seja compreensível que as reivindicações básicas incidam sobre a questão salarial, torna-se cada vez mais importante o seu papel como negociador para a melhoria das condições de vida do trabalhador. A questão do lazer, e da saúde ocupacional, inscrevem-se, hoje, como uma das principais bandeiras de luta, especialmente a partir da promulgação da Constituição de 1988.

Finalmente, gostaríamos de citar como importantes agências fomentadoras e, neste caso, executoras de Lazer, na empresa e fora dela, mas tendo como alvo o trabalhador, as Instituições de Serviço Social, delegadas, da Indústria e do Comércio, quais são o SESI e o SESC.

Por uma questão de conhecimento de causa, passaremos a expor alguns dados relativos ao SESI, que é nosso local de trabalho, tentando, de forma sumária, caracterizar a Instituição e com mais detalhes descrever o que hoje se preconiza em termos de política de lazer.

O SESI é uma entidade de direito privado, nos termos da lei civil, mantido pelo empresariado, tendo por finalidade estudar, planejar e executar ações que contribuam, diretamente, para o bem estar social dos trabalhadores da indústria e das atividades assemelhadas.

A atuação do SESI se concentra, principalmente, nos campos da Educação, Saúde, Lazer, Serviço Social e Cooperação e Assistência, congregando, atualmente, 24 Departamentos Regionais e o Departamento Nacional.

O SESI atendeu, no ano de 1989, em torno de 16.000.000, de pessoas nas atividades de lazer, ressentindo-se até recentemente, da necessidade de estabelecer política e diretrizes atuais e eficazes que orientassem a operacionalização de serviços no Campo do Lazer, o que havia ficado expresso no VII Encontro de Técnicos do Sistema realizado em 1986.

No intuito de atender o anseio de dirigentes e técnicos, o Departamento Nacional elaborou, a partir de 1988, projeto de diagnóstico, tendo como pressupostos: o conhecimento da realidade e a participação dos diversos segmentos envolvidos.

O Diagnóstico do Campo do Lazer pode ser dividido em três etapas ou momentos distintos e complementares: Pesquisa de Caracterização da Clientela, Levantamento de Dados e Reuniões de Técnicos a nível Regional e Nacional.

A pesquisa de caracterização da clientela foi realizada em cinco Departamentos Regionais, um a cada região geopolítica do país, como uma amostra que compreendia 134 empresários, 815 industriários nas empresas e 400 beneficiários, frequentadores dos Centros de Atividades - CATs da Instituição.

A análise dos dados permitiu levantar características sócio-econômico-culturais da clientela, bem como suas expectativas, críticas e sugestões relativas às atividades de lazer, tanto na empresa quanto no SESI.

No que se refere ao empresário, constatou-se, predominantemente, uma perspectiva utilitarista do lazer, embora entendendo-o como algo importante para os funcionários da empresa. As críticas, apresentadas pelos entrevistadores, incidem, basicamente, sobre a divulgação e as sugestões sobre a ampliação de instalações e equipamentos, assim como sobre a construção de CATs em locais próximos das Indústrias.

Quanto ao Industriário, encontra-se numa faixa salarial de 2 a 5 salários mínimos; grau de escolaridade - 1º grau incompleto (maior incidência) e 2º grau completo; alto percentual dedica-se a atividades religiosas, não possuindo, em quase sua totalidade, qualquer atuação política. Sua principal crítica e sugestão, em relação ao

SESI, referem-se à pouca divulgação das atividades de lazer oferecidas. Sugere, também, que os serviços sejam organizados de forma compatível com sua disponibilidade de tempo.

Daquelas que freqüentam a Instituição, constatou-se predominância de dependentes com concentração nas atividades esportivas, principalmente em função da oferta. Nas atividades de caráter artístico, a participação restringe-se, quase na sua totalidade às crianças.

A pesquisa ressaltou ainda aspectos importantes na organização dos serviços de lazer na instituição, tais como:

- o lazer ocupa o 7º lugar nos gastos do trabalhador;
- a residência é o principal local de lazer, sendo a televisão o principal objeto;
- correlação clara entre escolaridade/nível salarial com participação em atividades de lazer;
- evidente diferença entre o que as pessoas fazem no seu tempo livre e aquilo que gostariam de fazer.

O Levantamento de Dados, realizado junto a todos os Departamentos Regionais do Sistema, propiciou traçar um perfil da oferta de serviços de lazer, sistematizando informações relativas a equipamentos e instalações; recursos humanos; programação; planejamento; coordenação; acompanhamento e avaliação, bem como opinião dos técnicos quanto à questão do caráter qualitativo.

O processo das Reuniões Técnicas foi definido em Encontro em Brasília, 1989, com representantes dos Departamentos Regionais (um de cada região geopolítica) e do Departamento Nacional, que se encarregou da coordenação do trabalho. Neste Encontro foram definidas as seguintes estratégias.

- elaboração de roteiro de análise, sistematizando os principais pontos de dificuldades do Campo do Lazer e mecanismos de superação, tendo como fonte os Relatórios Anuais dos Departamentos Regionais, o Levantamento de Dados e conclusões preliminares da Pesquisa;
- Reuniões Regionais, onde compareceriam técnicos de todo o Sistema e seriam consolidados diagnósticos das regiões, com apresentação de sugestões para elaboração de política e diretrizes de ação;
- Reunião nacional, com participação de técnicos das regiões e superintendentes, para elaboração de documento de política e diretrizes.

Ao longo das reuniões regionais, que contaram com o apoio técnico de um consultor, especialista na área de lazer, foram debatidos os pontos de dificuldades, sistematizados no encontro de Brasília, bem como apri-

morados e ampliadas as estratégias de superação, ao tempo em que se delineavam propostas para a política e diretrizes de ação.

O Diagnóstico do Campo do Lazer foi enviado a todos os Departamentos Regionais do SESI, juntamente com a proposta preliminar de Política e Diretrizes de Ação, para análise prévia por dirigentes e técnicos. Sugestões e propostas de alterações foram novamente remetidas ao Departamento Nacional, que consolidou-as e apresentou-as em Reunião Nacional realizada em Brasília, nos dias 8 e 9 de agosto de 1990.

Na Reunião Nacional, que contou com a participação de três Superintendentes e 10 Técnicos dos Departamentos Regionais, Técnicos do Departamento Nacional, e representantes do Conselho Nacional do SESI, após estudos em grupos e sessão plenária, elaborou-se texto definitivo de Política e Diretrizes de Ação do SESI no Campo do Lazer. Este documento foi examinado na II Reunião Conjunta dos Comitês Regionais e Nacional de Planejamento, realizada em Fortaleza, nos dias 22 a 24 de agosto de 1990, tendo sido aprovadas por Ato "ad referendum" do Conselho Nacional do SESI, no dia 23 de outubro do mesmo ano.

É preciso ressaltar que o trabalho junto às empresas é desenvolvido em maior ou menor grau por todos os Departamentos Regionais do SESI. Em alguns DRs como por exemplo MG e AM, existem projetos nas empresas: ginástica na empresa, feira de livros nas indústrias e apresentação de espetáculos no local de trabalho.

Para efeito desta exposição, julgamos pertinente apresentar alguns tópicos da política, que a partir de sua aprovação norteia as ações do SESI no Campo do Lazer, e que são diretamente relacionadas ao tema em pauta.

4. PRESSUPOSTOS

As ações de lazer desenvolvidas pelo SESI têm como pressupostos básicos:

- . o lazer como direito de cidadania expresso na Constituição da República, Art. 6º;
- . O lazer, constituindo-se componente do bem-estar, apresenta-se como uma das ações do SESI na consecução de suas finalidades;
- . o lazer em face das características de interação e participação, configura-se como um dos instrumentos privilegiados no relacionamento entre o capital e o trabalho.

5. PRIORIDADES - quanto ao tipo de ações

A partir dos preceitos institucionais e considerando a magnitude da clientela potencial e as possibilidades operacionais da Entidade, são estabelecidas as seguintes prioridades:

- . manutenção de atividades de lazer, pelo SESI, em suas unidades fixas de atendimento; nas empresas, mediante utilização das instalações e equipamentos destas e/ou de unidades móveis do SESI, em espaços da comunidade;
- . execução de programas, especialmente na empresa e na comunidade, voltados à educação para o lazer
- . assessoria a empresas contribuintes na organização de atividades de lazer para seus empregados;
- . assessoria a entidades comunitárias, em especial àquelas que congreguem contingente significativo de industriários na organização de atividades de lazer.

6. DIRETRIZES Técnico-Operacionais

No desenvolvimento das ações de Lazer serão observados os seguintes critérios:

- . conhecimento da realidade, necessidade e aspirações da clientela;
- . atendimento aos interesses dos vários segmentos que compõem a clientela do SESI, considerando as características etárias e de sexo, e referenciado no conhecimento técnico;
- . planejamento, execução e avaliação formativa e somativa das ações sob a ótica interdisciplinar e concurso de equipe-multiprofissional;
- . participação efetiva da clientela no planejamento, organização e avaliação das ações;
- . qualificação de recursos humanos que atendam às demandas técnicas dos interesses culturais do lazer nas áreas artística, físico-esportiva e social;
- . intercâmbio permanente com órgãos e instituições que desenvolvam atividades correlatas, como um dos meios de colaborar para atualização e enriquecimento técnico;
- . utilização dos meios de comunicação de massa como instrumentos de educação para o lazer;
- . opção por programas/atividades que propiciem maior abrangência da clientela e consistência às ações do Campo do Lazer, combinando eventos permanentes, de apoio e de impacto;

. estabelecimento de mecanismos que facilitem o acesso do trabalhador e dependentes aos bens culturais do lazer, dentre eles, a descentralização das ações, considerando os aspectos espaciais, temporais e econômicos;

. oferta de atividades diversificadas, que atendam aos diversos interesses culturais do lazer de modo a concretizar "o princípio de livre escolha";

. participação de equipe multiprofissional no que se refere à localização e construção das instalações de lazer, determinando-se o porte, a partir da realidade social;

. integração com órgãos e instituições da comunidade, buscando a otimização de recursos e a ampliação das ações.

O que acabamos de apresentar, em termos de Política e Diretrizes de Ação, constitui-se referencial da Instituição no sentido de ampliar seu atendimento, ao trabalhador, seja na empresa, nos Centros de Atividades ou na Comunidade, baseando-se na realidade nacional e buscando fazer as adaptações que se fizeram necessárias ao longo do tempo.

7. CONCLUSÃO

Como frisamos, anteriormente, a exposição do trabalho realizado pelo SESI deve-se ao fato de trabalharmos na Instituição e, portanto, estarmos em condição de fazer uma análise mais acurada da questão. Por outro lado, o trabalho de elaboração de uma Política de Lazer deve ser visto como uma tentativa de estabelecer um norte para o desenvolvimento de ações num espaço social ainda pouco valorizado no país, mas que se apresenta, a cada dia, como de vital importância no que se refere ao bem estar social da população.

Assim, a despeito dos obstáculos sócio econômicos, das contradições entre o legalmente posto e a realidade, entendemos que a questão social do esporte e lazer na empresa, só poderá avançar a partir de um amplo processo e reflexão-ação pelos diversos segmentos da sociedade, tais como o governo, os sindicatos, as universidades, as Instituições delegadas e, em especial, pelas empresas. O estabelecimento de políticas de ação talvez seja, embora inicial e insuficiente, um passo da maior importância.

8. BIBLIOGRAFIA

BRAMANTE, Antonio C. *A recreação para os trabalhadores: a necessidade da formulação de um diagnóstico de interesses. Esporte e lazer na empresa.* Brasília : MEC/SEED, 1990.

CAMARGO, Luiz O. L. *O que é lazer*. São Paulo : Brasiliense, 1976.

_____. - *Lazer nas empresas - tendências de um novo DRH.* Esporte e Lazer na empresa. Brasília : MEC/SEED, 1990.

COSTA, Lamartine P. *Tipologia das Atividades de Esporte e Lazer em Empresas Brasileiras; Esporte e Lazer na Empresa.* Brasília : MEC/SEED, 1990.

DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer.* Trad. Silvia Mozza e J. Quinsburg, São Paulo : Ed. Perspectiva, 1979.

_____. - *A teoria.* Sociologia da decisão. São Paulo : Biblioteca Científica - SESC, 1980.

JAGUARIBE, Hélio et alli. *Brasil - reforma ou caos.* 3.ed. Rio de Janeiro : Ed. Paz e Terra, 1989.

MARCELLINO, Nelson C. *Lazer e educação.* Campinas : Ed. Papyrus, 1982.

REQUIXA, RENATO, *Sugestões e diretrizes para uma política de lazer.* São Paulo : Biblioteca Científica - SESC, 1990.

RIDDEL, David, COULSON, Margareth. *Introdução crítica à sociologia.* Rio de Janeiro : Ed. Zahar.

SUMMARY: This paper has the objective of presenting some reflections on the question of sports and leisure in industries, based, especially on the experience acquired in working, in the Leisure Service of the National Department of the Social Service for Industry (SESI).

The first point refer to an attempt to analyse leisure in a wider structural perspective, considering it as a social practice, dependent on the historical development of societies.

After that, we tried to characterize, briefly, the Brazilian social structure, in its legal, social and economic aspects, as point of departure for the analysis of the theme in question, emphasizing the points concerning the development of human resources and, especially, the process of education for leisure.

With reference to education for leisure some considerations thought relevant to carrying out the process are presented, as well as agencies capable to accomplish this task.

The final part is dedicated to the description of the evaluation process and elaboration of policy and directives of practice in the field of leisure, recently undertaken by the Social Service for Industry, with the aim of guiding its work in this area.

COMO DESENVOLVER RECURSOS HUMANOS QUALIFICADOS PARA ENSINO E PESQUISA EM RECREAÇÃO E LAZER? PROGRAMAS UNIVERSITÁRIOS DE PESQUISADOR VISITANTE PODEM CONSTITUIR ALTERNATIVA ADEQUADA?

*Aguinaldo Gonçalves**

1. DESCRIÇÃO:

Nestes primeiros doze anos de vida profissional após o doutoramento, o conjunto de realizações que se me revelou dos mais gratificantes e produtivos tem sido o referente às atividades de pesquisador visitante que venho desenvolvendo em diferentes universidades e em diferentes momentos, sobretudo com fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Para mencionar apenas as mais expressivas, destacam-se as executadas na vigência dos programas de assessoria a Clínica Dermatológica da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (URGS), ao Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista (UNESP), ao Curso de Pós-Graduação em Medicina Tropical da Universidade Federal de Goiás (UFG) e ao Curso de Pós-Graduação em Imunologia e Genética Aplicadas da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (UnB).

Na primeira das citadas, teve-se a oportunidade de levar e discutir com os colegas clínicos a aplicação a seus projetos de interesse, de procedimentos correntes do delineamento experimental de ensaios clínicos, bem como de me envolver num denso programa didático junto a alunos da graduação e residentes a respeito de procedimentos epidemiológicos aplicados. O retorno mais imediato e sensível foi a extensa produção intelectual que o grupo desovou nos anos subseqüentes junto ao CNPq e a FAPERGS, a maior parte da qual distinguidamente contemplada. Com o final dos períodos executivos desses projetos se aproximando do fim, melhor ainda poderá ser dimensionada a consecução dos objetivos formulados, no médio e longo termo.

A experiência desenvolvida junto ao Departamento de Bioestatística da UNESP, câmpus de Botucatu, as-

sumiu, surpreendentemente, características exatamente opostas. O grupo docente solicitante da visita era forte em teoria de probabilidade e em distribuições matemáticas, tendo como experiência de aplicação as assessorias concedidas aos docentes das demais unidades do câmpus para formulação de suas respectivas teses acadêmicas. Inobstante, este tipo de conduta não chegava a atingir os alunos da graduação e da pós, aqueles em número anual superior a trezentos e estes, oriundos de cinco mestrados/doutorados diferentes da mesma instituição. Coube-nos, então, trabalhar a viabilização do uso de problemas concretos correntes que se davam em torno dessa instituição universitária como objeto de estudo de aplicação dos colegas aí instalados. Foi assim que surgiu e se desenvolveu frutuosa experiência colaborativa com a casuística e equipe técnica do Hospital de Dermatologia "Lauro de Souza Lima", da vizinha cidade de Bauru, posteriormente tomado Centro de Referência em Hanseníase para Países de Língua Portuguesa pela Organização Mundial da Saúde. A produção intelectual dos diferentes profissionais, exercitada a partir da iniciativa referida revigorou sua assiduidade aos conclaves e encontros técnicos da área, bem como os hansenianos passaram a ser atendidos tendo maior número das condutas tomadas fundamentadas quantitativamente.

Em Goiânia, a missão consistiu basicamente em criar e ministrar a disciplina de Hansenologia no Curso referido, por duas vezes a duas turmas distintas. Com isso se pode, além de fornecer a esses colegas informações contemporâneas sobre os diferentes componentes da área (Epidemiologia, Imunogenética, Reabilitação, Educação Sanitária, Terapêutica, Prevenção e Manejo de Incapacidades), catalisar um processo de motivação e interesse pela pesquisa científica na área. Olhando apenas no curto prazo, com isso foi possível realizar-se uma reunião técnica de âmbito nacional com profissionais de diferentes regiões e experiências do país, além de aí ex-

* Professor Adjunto, MS V, Dpto. Técnico-Desportivo, Faculdade de Educação Física, Universidade de Campinas.

cutar-se um Curso Nacional com suporte da Organização Pan-americana da Saúde e assessorar-se a formulação de vários projetos específicos explorando e sistematizando a realidade local da endemia hansenica.

Com a alarmante progressão da exposição profissional e contaminação ambiental pelo mercúrio no extrativismo no Brasil-Central e Amazônia, a coordenação do Curso de Pós-Graduação em Imunologia e Genética Aplicadas na UnB tomou a pesquisa de indicadores mutagênicos de tal realidade como uma de suas linhas prioritárias de investigação e convidou-nos para atuar como consultor nos procedimentos de Epidemiologia Genética, área que já tínhamos trabalhado anteriormente quando docente da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. As sucessivas atividades desenvolvidas para dar cabo deste objetivo específico envolveram extensa gama de realizações, tanto a nível internacional (como as gestões bilaterais de troca de pesquisadores com os National Health Institutes, U.S.A.), quanto com segmentos organizados da sociedade civil (como a relação fecunda com entidades preservacionistas não governamentais) que perduram frutuosamente até hoje.

2. APRECIÇÃO

Constituindo missões desenvolvidas durante breves períodos estritamente fixados de, no máximo, dois anos, tais programas apresentam como característica primeira a descontinuidade, como pré-requisito para a profilaxia de que o pesquisador visitante não se veja impelido a desgastar-se nas conhecidas alianças pelo micro-poder, aspecto sempre presente em nossa realidade universitária. A idéia norteadora da iniciativa é que durações curtas estimulem densidade, transferência de tecnologia, troca de experiências, revigoramento local pelo acesso ao pluralismo e estabelecimento de novas relações acadêmicas. Enfim, todos nos recordamos da recente estada, entre nós, por dois anos, do amigo Manuel Sérgio! Temos observado que esta realidade pode ocorrer e ocorre, sendo possível implantarem-se serviços, orientarem-se dissertações de titulação acadêmica e, até mesmo, iniciarem-se grupos de estudo e pesquisa, que ativamente produzem informações sobre realidades regionais, as quais, de outra forma, continuariam desconhecidas.

Observamos, no entanto, que para o sucesso de tais ações torna-se indispensável a adoção de alguns pressupostos básicos. Destaca-se, nesse sentido, que a iniciativa precisa ser objeto de vigorosa decisão política em favor do novo, do contrário o constrangimento pode ser multi-lateral. Mais que isso: a posição mencionada acima se materializa no sentido de gerar condições para absorção acadêmica do pessoal jovem qualificado pelo processo havido.

1. A ORIGEM

Tendo desenvolvido a disciplina Rítmica Aplicada à Educação Física, no curso de graduação desta área, de 1985 a 1989, um grande interesse em aprofundar o conhecimento sobre o ritmo suscitou a criação de um grupo de estudo. Este, tem como objetivo buscar um aperfeiçoamento nesta questão, além de paralelamente, desenvolver uma prática aplicada de seus fundamentos. Surge, então, o projeto de extensão à comunidade "Brincando com o Ritmo" para crianças de ambos os sexos, dos 6 aos 10 anos de idade.

Esta atividade, além de possibilitar aos alunos da graduação de Educação Física um Laboratório de aplicação, também tem como meta auxiliar o desenvolvimento da criança através de propostas rítmicas variadas. Neste trabalho o que se visa é atender as necessidades básicas da criança em todos os domínios do comportamento (cognitivo, afetivo-social e motor), respeitando sempre suas expectativas e os seus interesses, assim como suas possibilidades e limitações.

Após um levantamento bibliográfico, a nível Nacional, sobre o ritmo, observou-se que Maria Rodrigues e Érica Sauer deram grande contribuição a este assunto, mas mesmo assim é possível concluir que há uma carência de material teórico consistente na área. O que se encontra, na sua maioria, são obras que não exploram "um receituário" de propostas de atividades rítmicas, onde Gandara, Consuelo Carvalho e outros, vêm confirmar este dado. Este motivo tornou-se significativo para o desenvolvimento de uma pesquisa, pois os dados encontrados não satisfazem os questionamentos surgidos com este estudo. Somando grande interesse que se tem pela expressão do movimento corporal à busca incessante de se encontrar novos processos de ensino-aprendizagem, estes elementos se transformaram em fundamentos de uma pesquisa qualitativa, onde o que se quer observar é a importância que tem o ritmo na "expressão", como um elemento que traz uma "constante renovação do semelhante" no movimento. A idéia é situá-lo como fenômeno e buscar a sua essência para poder compreendê-lo.

2. A QUESTÃO DO RITMO

Os profissionais de Educação Física, na maioria das vezes preocupam-se com o movimento como um Produto Acabado, ou seja aplicam estratégias "inadequadas" visando eficiência nos resultados.

No trabalho com crianças isto é altamente destrutivo, pois além de tratar o corpo apenas em seu aspecto motor, esquecendo que o ser humano é uno e indivisível, também impede que a criança se desenvolva rumo ao máximo de suas próprias possibilidades.

Contextualizando a Educação Física como um processo educacional que visa o desenvolvimento integral do aluno levando em conta as necessidades, limitações, potencialidades, expectativas, interesses e características das respectivas faixas etárias, não se pode deixar de lado o aspecto rítmico do movimento corporal, o ritmo do movimento, com variações de forma, espaço, dinâmica e tempo. A ginástica ritmada pode contribuir para a educação do ritmo corporal de seu executante e aprimoramento dos seus movimentos naturais. A utilização da música ou percussão, em trabalhos dessa natureza, serve como estímulo ao praticante possibilitando uma participação mais alegre, prazerosa e intensa.

O corpo é expressão de movimento, de espaço e de tempo, e isto é ritmo. Numerosas e complexas combinações de movimento originam infinitas variações rítmicas.

Se o ritmo estrutura o movimento, determina seu estilo e lhe dá uma "unidade indivisível", deve ser o responsável pela "expressão" do movimento.

Todo e qualquer movimento humano é rítmico e este movimento rítmico é natural e inerente ao ser vivo.

O ritmo, cujo meio de ação é o movimento com todas as suas variações, auxilia na educação do indivíduo. No aspecto afetivo, o ritmo contribui com o desenvolvimento da sensibilidade permitindo uma expressão de sentimentos.

Analisando o movimento humano, da ação ao repouso, tem-se uma unidade de ritmo com nuances pró-

prias, determinadas pela dinâmica desse movimento. Cada movimento tem o seu ritmo, sendo que uma série de movimentos é uma soma de unidades rítmicas.

Ao ver uma criança correndo, saltando, andando, girando, arremessando etc., pode-se observar que seus movimentos são seqüenciados, onde se evidencia um ritmo próprio, traduzido em forte e fraco, em alto e baixo, em lento e rápido.

Le Bouich sugere no estudo da educação psicomotora que a criança tenha um trabalho de motricidade global com ajustamento temporal. Os movimentos da criança devem se ajustar ao tempo e ao espaço exteriores sem perder a naturalidade e a harmonia.

O ritmo auxilia e pede a repetição de movimentos facilitando com isso, o domínio corporal na aquisição de novas formas de movimento.

Segundo Otto Hanebuth, com uma aprendizagem motora global baseada em variações rítmicas "a criança obterá rapidamente boa capacidade de movimento para execução de exercícios dinâmicos"...

O ritmo aparece espontaneamente nos deslocamentos da criança, revelando seu ritmo natural e levando-a à educação do movimento, pois a ritmicidade é uma qualidade essencial do movimento.

Com estas propostas de atividades busca-se encontrar a harmonia, o equilíbrio e a expressão corporal espontânea entre o ritmo do movimento e o ritmo musical.

3. A PROPOSTA

Considerando que à Universidade compete construir e divulgar o saber das diferentes áreas do conhecimento humano, através de uma constante interação com a comunidade, este projeto tem por objetivo a integração do ensino com a pesquisa e a extensão.

A Faculdade de Educação Física da Unicamp vem sofrendo, desde sua criação transformações constantes em busca de uma melhoria na qualidade de ensino da formação profissional. Cada vez mais o corpo docente e discente desta Faculdade percebe a necessidade de uma integração teórico-prática concreta a nível dos conteúdos desenvolvidos nas disciplinas. A implementação de um grupo de aplicação prática sob a supervisão da docente responsável pela disciplina e a assistência monitora, vinculado aos estudos teóricos de sala de aula não deixa de ser um avanço significativo para a concretização desta necessidade.

O Projeto de Extensão "Brincando com o Ritmo" desenvolve um trabalho com atividades rítmicas visando aprimorar a expressão do movimento da criança através de brincadeiras que contemplem o ritmo.

A preocupação com as atividades corporais das crianças de 1ª fase do 1º grau fez com que se trabalhasse neste projeto de extensão com a faixa etária correspondente. Por outro lado, há a intenção de se apresentar um retorno aos profissionais responsáveis por esta área de atuação através de publicações, cursos de extensão e produção de vídeos com propostas de atividades.

O conteúdo das aulas baseia-se em trabalhos que partem do movimento natural ao movimento construído, do simples ao complexo. As estratégias utilizadas são sempre diversificadas com materiais variados: (bola, arco, corda, bastões maças, jornal, bexiga, latas, pedaços de madeira, etc.), acompanhados de música e/ou percussão.

As aulas têm a duração de uma hora, em duas vezes na semana, com turmas mistas de, no máximo, 15 crianças.

A programação é semestral, com cursos de 10 horas nos períodos de férias.

As propostas de atividades rítmicas desenvolvidas são muitas vezes apresentadas pelas próprias crianças e outras vezes sugeridas pela professora. Qualquer que seja o conteúdo e a estratégia utilizadas há sempre um respeito ao tempo de exploração de movimentos livres que a criança necessita para estimular sua criatividade. A começar pelo próprio nome, "Brincando com o Ritmo", pretendemos enfatizar a importância da "Brincadeira" na vida do ser humano, especialmente, na vida da criança. É através da vivência do lúdico que a criança se expressa como ser no mundo; neste sentido o educador precisa desenvolver um processo de ensino - aprendizagem que a considere como um ser que existe aqui e agora, com anseios e necessidades próprios, e não como um ser do futuro, como um adulto em potencial, que deve ser moldado desde já para as amarras do racionalismo, da seriedade e da produtividade.

Como nos lembra Nelson Carvalho Marcellino, "a criança que não brinca é o adulto que não participa". Neste sentido o mesmo autor adverte que "o professor precisaria entender o ensino como brinquedo: brincar com suas idéias e convidar outras para a brincadeira; o pensar, antes de mais nada, como brincar com as idéias", colaborando, assim, para a recuperação do lúdico pela escola, o que significa, "contribuir para a detonação de um processo irreversível de questionamento criativo de jogo da realidade, fundamental para o processo educativo da escola e fora dela, na sociedade como um todo".

Neste espaço de atividade, objetivamos um encontro onde a criança tenha a oportunidade de viver o lúdico, experienciando fluir a sua criatividade.

4. A EXPERIÊNCIA

Desenvolver esse projeto significou, para nós, uma rica experiência no trabalho com o ritmo. Em cada atividade a criança demonstrava seu prazer na prática e sua alegria em participar. Era evidente sua satisfação.

Ao observarmos seu ritmo expresso nos seus movimentos eram visíveis as diferenças individuais, no que concerne à fluência, dos mesmos movimentos. Muitas vezes deparávamos com uma participação mais intensa de uma criança tímida, propondo ritmos diferentes. Outras vezes o auxílio ao colega durante a execução é que sobressaía.

O número de tentativas, nunca pré-determinado, diferenciava-se de um para outro, mas dificilmente encontrávamos uma criança refugando uma brincadeira ou por medo do insucesso ou por se considerar incapaz. Era como se cada atividade representasse um desafio.

Ficou muito claro também que, independente da complexidade do movimento, o ritmo facilitava a aprendizagem, ou seja, acompanhar um ritmo proposto era o processo que as crianças usavam para executar o movimento.

No transcorrer das aulas, observou-se que algumas crianças conseguiam realizar movimentos corporais no ritmo da música com muita facilidade; outras, apresentavam dificuldade neste processo - perceber o ritmo musical e traduzi-lo corporalmente.

Por mais simples que fosse a atividade havia uma "alegria" traduzida pela música, mas nem sempre esse era o meio de se trabalhar o ritmo pois, formas variadas de percussão foram muito utilizadas.

Um aspecto muito interessante foi notar o crescente desenvolvimento das crianças nas descobertas de

"sons". Combinavam "som" e "movimento" com muita facilidade e desinibição. Brincadeiras, onde o "ouvir atentamente um som" tinha grande significado para se atingir o objetivo, eram facilmente aceitas.

De todas as experiências somadas a mais rica mesmo foi detectar o quanto podemos aprimorar o ritmo da criança. Na verdade, acredito que nós desconhecemos a enorme capacidade que ela tem de criar "sons" e "movimentos", a gama de expressões que ela traduz quando estimulada. Não é preciso ser "expert" no assunto para dar oportunidade a um "aluno" de vivenciar essas riquezas que a motricidade nos concede.

Este trabalho com as crianças suscitou questionamentos como: quais são as noções básicas necessárias para que se compreenda o fenômeno rítmico? Quais os fatores que influenciam o processo de perceber um ritmo externo e traduzi-lo corporalmente?

São questões bastante amplas que exigem um estudo aprofundado sobre o ritmo e sua aplicação na ciência da Motricidade Humana.

5. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- FRAISSE, Paul. *Psicologia Del Ritmo*. Ediciones Morata, S.A., 1976.
- LABAN, Rudolf Von. *Danza Educativa Moderna*. São Paulo : Summus Editorial, 1971.
- HENEUBUTH, Otto. *El Ritmo en la Education Phisique*. Ed. Lopes, B.A., 1968.
- LE BOULCH, Jean. *A Educação pelo Movimento*. Porto Alegre : Artes Médicas, 1983.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Pedagogia da Animação*. São Paulo, Campinas : Papyrus, 1990.
- _____. "A Sala de Aula como Espaço para o Jogo do Saber". In: MORAES, Regis de (org.). *Sala de aula: que espaço é esse?* São Paulo, Campinas : Papyrus, 1988.

RESUMO: O presente trabalho é um relato de experiência com crianças portadoras da Síndrome de Down em uma escola especial. Em um estudo realizado com esta população pudemos observar dificuldades de organização para o uso do tempo livre. A partir de então foi elaborada uma programação sistematizada para estimular e orientar a participação destas crianças em atividades de jogos e passeios. No decorrer das observações, notamos que tais situações beneficiavam o desenvolvimento geral da criança, atendendo aos seus interesses físicos, práticos, artísticos, intelectuais, sociais e turísticos. Sugerimos que outras pesquisas explorem os temas deficiência e lazer, uma vez que consideramos que o mesmo contribui significativamente no processo de desenvolvimento do indivíduo por seu caráter de educação permanente.

1. INTRODUÇÃO

O interesse pelo lazer para crianças portadoras de deficiência mental surgiu gradativamente em decorrência de um trabalho que vinha sendo realizado no Centro de Desenvolvimento Integral - CDI - com crianças portadoras da Síndrome de Down. O CDI, que é um órgão de caráter privado e sem fins lucrativos, é mantido pela Fundação Síndrome de Down, que tem como objetivos principais promover o desenvolvimento global de crianças com esta síndrome e apoiar pesquisas relacionadas a este tema nas diversas áreas do desenvolvimento. Este trabalho vem sendo divulgado em encontros científicos e nos meios educacionais, uma vez que é caracterizado por seu caráter abrangente e interdisciplinar.

2. A CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN

Nós, no CDI, vemos a criança com Síndrome de Down como uma pessoa que tem as mesmas necessidades básicas de qualquer outra, acrescidas daquelas que são decorrentes de seu atraso inicial de desenvolvimento. Por isso, ela precisa de carinho, afeto, correção e valorização, podendo vir a ser um indivíduo competente em seu meio sócio-cultural, desde que seja estimulada de forma adequada.

Estes indivíduos costumavam e ainda costumam ser classificados como deficientes mentais profundos e com capacidade bastante limitada (PICQ & VAYER, 1985), gerando com isto preconceitos de pais, de profes-

sionais e da sociedade em geral. Isto tem levado à elaboração de programas onde todo o esforço se concentra nas necessidades decorrentes do atraso inicial do desenvolvimento, sendo poucas vezes lembradas as necessidades básicas semelhantes às crianças comuns.

Uma vez feito o diagnóstico da deficiência (no caso da Síndrome de Down este pode ser feito bem cedo, logo após o nascimento, pelas características fenotípicas facilmente distinguíveis e pela rápida confirmação com o cariótipo), a criança é logo encaminhada às diversas terapias que cuidam de seu desenvolvimento nas áreas motora, de linguagem e psicológica. A partir de então, ela passa a ter uma série de obrigações precoces, que causam impacto na medida em que ocupam seu tempo livre.

Este impacto, que vem atingindo cada vez mais a criança comum no início do processo de escolarização (MARCELLINO, 1990), atinge mais cedo e em maiores proporções a criança portadora de deficiência, uma vez que ela tem seu tempo tomado pelos diferentes serviços especializados (e necessários) das clínicas.

Em geral, a família recebe orientações do terapeuta no sentido de dar continuidade ao tratamento em casa, e para isso reserva diariamente algum tempo para realizar as atividades orientadas, que nem sempre podem ser feitas dentro de sua rotina.

A proposta filosófica do CDI baseia-se em oferecer atendimento e orientação à família preservando a naturalidade no relacionamento mãe/criança ou família/criança, e em realizar atividades em grupo para a criança, enfatizando a contextualização da mesma e a vivência do lúdico no dia-a-dia, fugindo assim aos mode-

los tradicionais. Para isto, em situações fundamentalmente pedagógicas, as necessidades motoras, psicológicas e de linguagem devem ser trabalhadas, cabendo ao profissional responsável conquistar seus objetivos em situações de interesse para a criança.

3. UM ESTUDO ENVOLVENDO O TEMPO LIVRE

A partir de um estudo realizado especificamente na situação de atividade física, onde as habilidades psicomotoras eram trabalhadas em situações de jogos e brincadeiras, pudemos observar a evolução do desempenho psicomotor e social das crianças em três situações distintas: a) atividade dirigida; b) atividade programada e não dirigida e c) atividade livre. A partir deste estudo, pudemos verificar que as crianças encontraram dificuldades maiores a nível de organização de movimento e de brincadeiras no momento da atividade livre, onde ocorriam interações ocasionais em duplas isoladas. Poucas brincadeiras eram realizadas, e quando ocorria esta tentativa a criança demonstrava dificuldades de expressão, sendo pouco entendida pelo colega e compreendendo-o também pouco (BLASCOVI-ASSIS & MONTEIRO, 1989).

Estas observações vieram reforçar o nosso interesse pelo modo de ocupação do tempo livre destas crianças. Considerando que na própria escola é oferecido a elas um tempo livre, achamos relevante estudar como o profissional responsável por este momento poderia intervir no sentido de orientar a utilização deste tempo, de maneira que este se tornasse mais prazeroso e proveitoso à criança.

Para MARCELLINO (1987), a melhor maneira de educar para o lazer é através da participação em diferentes atividades, uma vez que o indivíduo só se torna capaz de realizar a livre escolha a partir do conhecimento das opções, da estimulação e da orientação que lhe é dada para que possa identificar a atividade adequada aos seus interesses.

Nosso trabalho dirigido à educação para o lazer aconteceu desde então em dois momentos: 1) através dos jogos, que proporcionam a vivência do lúdico, e que nem sempre são valorizados na escola; e 2) através de situações de passeios quinzenais em grupo.

4. O JOGO

O jogo realizado em grupo proporciona situações que envolvem a cooperação, a organização de regras, a socialização e outras vivências. Também substitui muito bem algumas atividades que não são dotadas de sentido algum para a criança, as quais para ALVES (1986), contribuem para empurrar o sujeito aos limites da insani-dade.

A formação dos profissionais que atuam com esta população e com a educação em geral, não dá destaque e valor ao jogo, fazendo com que estes profissionais conduzam de outra forma a educação infantil. LEIF & BRUNELLE (1978) salientam que para jogar com as crianças, privilegiando a vivência do lúdico, o professor precisa aprender a observá-las no decorrer de seus jogos para conhecê-las melhor, estabelecendo assim uma relação espontânea com os alunos e assumindo a posição de membro do grupo.

Em nossa experiência com crianças deficientes mentais, pudemos constatar que os jogos realizados durante o período de atividades físicas contribuíram para o seu desenvolvimento global, uma vez que através da vivência do lúdico puderam ser trabalhados aspectos motores, sociais e cognitivos. Observamos também que a realização freqüente de jogos (neste caso, diariamente), favoreceu a criação de um repertório de atividades, fazendo com que tivesse início um processo mais democrático de escolha das atividades a serem realizadas pelo grupo, aumentando consideravelmente a participação das crianças e proporcionando condições para que as mesmas iniciassem a organização de atividades independente da participação do adulto. Consideramos dentro de nossa proposta que "permitir brincar às crianças é uma tarefa essencial do educador".¹

5. OS PASSEIOS

Em nossa programação, os passeios aconteceram quinzenalmente, sempre em grupo e com supervisão do adulto. O objetivo desta atividade era a construção de um repertório de passeios, para que a livre escolha pudesse acontecer também nesta situação.

Inicialmente os locais eram programados pelo professor, e à medida em que o repertório foi sendo aumentado, houve participação mais efetiva do grupo na escolha dos locais.

¹ Jean LE BOULCH. *O Desenvolvimento Psico-Motor*, p.139.

Aspectos motores e sociais puderam ser trabalhados em visitas à casa dos colegas ou professores, como a socialização do brinquedo e o respeito à casa do outro; na utilização coletiva de quadras esportivas e parques públicos; em passeios em lagoas, bosques, museus, zoológicos, floriculturas; na programação de festas comemorativas como carnaval, aniversários, Natal, festa junina; em caminhadas; em lanchonetes ou locais próprios para pique-niques. Ou ainda no cinema, teatro, piscina ou jogos inter-escolares promovidos por outras instituições. Durante todas estas situações procuramos estimular e orientar a participação de cada criança dentro da atividade, além de observar o desempenho das mesmas e suas interações sociais.

6. CONCLUSÕES

Tanto as situações de jogos como os passeios caracterizam o lazer em seus interesses físicos, práticos, artísticos, intelectuais, sociais e de turismo (DUMAZEDIER (apud MARCELLINO, 1983); CAMARGO, 1986), e como tal beneficiaram a educação e o desenvolvimento geral destas crianças. Pudemos durante as situações programadas observar interações sociais positivas e conquistas importantes a nível de independência motora, que muito contribuem para aumentar a auto-estima e a auto-confiança do indivíduo. Sem dúvida, concordamos com MARCELLINO (1990) quanto às oportunidades de educação permanente que o lazer proporciona.

É uma tarefa difícil, contudo, falar em incentivo ao lazer aos indivíduos portadores de deficiência enquanto o país passa por um período crítico que envolve a subsistência de sua população. Para algumas pessoas este não seria um momento propício para dirigir esforços ao direito ao lazer, pois seria prioridade a atenção à alimentação, saúde, saneamento básico e educação.

Mas para nós, a pedagogia tradicional peca no sentido de que nem sempre vê o lúdico como espaço cultural e educativo, não valorizando o jogo e o lazer. Esta concepção de educação afeta o processo de escolarização para a criança que não apresenta problemas especiais e mais ainda para aquelas que necessitam de uma educação especial. Esta última não vem merecendo no atual momento sócio-econômico do país a atenção necessária.

A sociedade de hoje contempla toda a trajetória educativa como preparação para a vida produtiva, vendo a criança como um adulto em potencial (MARCELLINO, 1986; 1990). As chances para os indivíduos portadores de deficiência são desiguais desde a infância até a vida adulta, quando ocorre a disputa pelo mercado de

trabalho. Na competição, o desemprego golpeia sempre em primeiro lugar os que são menos qualificados e que possuem menores chances de se adaptar a novas situações (FRIEDMANN, 1972). Além disso, carregam consigo o "estigma" da deficiência. O próprio termo - estigma - atribui, segundo CARMO (1988), uma referência depreciativa do indivíduo. Para GOFFMAN (1982) o estigma traz, historicamente, a conotação de marca que determina a discriminação social.

Uma vez que na sociedade capitalista não há preocupação em oferecer trabalho aos indivíduos tidos como menos capacitados, ela também é pequena ou inexistente em relação às oportunidades para o lazer.

Cabe portanto, a todos aqueles que estão envolvidos na formação e capacitação de pessoal qualificado, investir nos futuros profissionais para que uma nova mentalidade seja formada e para que possam ser beneficiadas com isto todas as crianças, sejam elas portadoras ou não de qualquer tipo de deficiência.

Sugerimos ainda que novos estudos sejam realizados unindo os temas LAZER X DEFICIÊNCIA, uma vez que esta área vem sendo pouco explorada em nosso meio científico e carece de maior atenção.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Rubem. *A gestação do Futuro*. Campinas : Papirus, 1986.
- BLASCOVI-ASSIS, S.M., MONTEIRO, M.I.B. Atividade Física para crianças com Síndrome de Down. *Ciência Hoje*, 10(56):10-11, 1989.
- CAMARGO, L.O.L. *O que é Lazer*. São Paulo : Editora Brasiliense, 1986.
- CARMO, A.A. Estigma, Corpo e Deficiência. *Revista Bras. de Ciências do Esporte* 9(3):5-8, 1988.
- FRIEDMANN, G. *O Trabalho em Migalhas*. São Paulo : Editora Perspectiva, 1972.
- GOFFMAN, E. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro : Zahar, 1975.
- LE BOULCH, Jean. *O Desenvolvimento Psico-Motor do Nascimento aos 6 anos*. Porto Alegre : Ed. Artes Médicas, 1982.
- LEIF, J., BRUNELLE, L. *O Jogo pelo Jogo*. Rio de Janeiro : Zahar, 1978.

MARCELLINO, N.C. *Lazer e Humanização*. Campinas : Papyrus, 1983.

_____. O Lazer e o uso do Tempo na Infância. *Comunicarte*, PUCCAMP, 8:61-68, 2º sem. 1986, Campinas.

_____. *Lazer e Educação*. Campinas : Papyrus, 1987.

_____. *Pedagogia da Animação*. Campinas : Papyrus, 1990.

PICQ, L., VAYER, P. *Educação Psicomotora e Retardo Mental*. São Paulo : Ed. Manole, 1985.

ABSTRACT: This study is a related experience with Down's Syndrome Children at a special school. In a study realized with this population we could observe some difficulties in free time organization. Then, we elaborate a systematical program to stimulate and orientate the children's participation at games and rides. During observations, we noted that this situations could beneficiate the general development of the children, attending its physicals, practics, artistic, intellectuals, socials and turistics interests. We suggest that other researshes can study the themes deficiency and leasure, once that leasure can gives a great contribution at the individual development because it has a permanent educational carater.

O LAZER, SUA ESPECIFICIDADE E SEU CARÁTER INTERDISCIPLINAR*

Nelson Carvalho Marcellino
FEF-UNICAMP

Este trabalho busca sistematizar algumas formulações, já por mim efetuadas em outros escritos, em torno da temática sugerida pelos organizadores deste Encontro.

Conforme já tive ocasião de analisar, em *Lazer e educação*, no campo da produção teórica sobre o lazer podem ser observadas duas posturas: uma caracterizada pela abordagem indireta da questão, e outra pela direta.

A abordagem indireta do lazer verifica-se, pelo menos, em duas situações: a primeira, quando o foco principal de análise é um dos seus conteúdos culturais - ou seja, ao analisarem as atividades artísticas ou as práticas físico-esportivas, por exemplo, os autores freqüentemente abordam conteúdos ou situações de lazer; a segunda, quando o foco principal de análise é marcadamente caracterizado por componentes de obrigação, como por exemplo as relações familiares, o trabalho escolar e, sobretudo o trabalho profissional¹.

A abordagem direta do lazer verifica-se quando ele é enfocado a partir da sua especificidade.

Por outro lado, deve-se observar que a incorporação do termo "lazer" ao vocabulário comum é relativamente recente e marcada por diferenças acentuadas quanto ao seu significado. O que se verifica, com maior freqüência é a simples associação com experiências individuais vivenciadas que, muitas vezes, implica na redução do conceito a visões parciais, restritas aos conteúdos de determinadas atividades².

Esse caráter parcial e limitado que se observa quanto ao conteúdo, dificulta a formulação de ações específicas, ou mesmo a realização de pesquisas, e é verificado também quando se procura detectar os valores

associados ao lazer. Ao nível do senso comum, os mais comumente relacionados são o divertimento e o descanso, deixando de lado a questão do desenvolvimento pessoal e social que podem ser propiciados pelo lazer³.

A visão parcial e limitada do lazer quanto aos seus conteúdos e valores que se verifica no senso comum, aliada à grande quantidade de abordagens indiretas no plano teórico que, freqüentemente sem conceituar o lazer, emitem juízos de valor nesse campo, e à pouca produção específica, que na maioria das vezes não se reporta aos enfoques indiretos, contribui para que se estabeleçam mal-entendidos nas discussões e nas ações que o tomam isoladamente⁴.

Um primeiro aspecto a destacar, portanto, é exatamente a abrangência da questão do lazer e seu entendimento parcial e limitado, que pode ser constatado na ação dos órgãos públicos, na pesquisa, na legislação, etc.

Nos enfoques indiretos, cabe especial atenção aos valores expressos com relação ao lazer por oposição aos do trabalho. O que ocorre nesses casos, com maior freqüência, é a mitificação do trabalho, gerando, quase sempre, uma atitude de desconhecimento de outras dimensões do humano, sobretudo as possibilitadas pela vivência do "tempo livre"⁵.

Creio que considerar apenas uma esfera da atividade humana, seja ela o trabalho ou o lazer, é entender o homem de maneira parcial. E muitos autores, fascinados pelas possibilidades abertas pelo progresso tecnológico, liberando tempo das obrigações profissionais, passaram, numa atitude radicalmente oposta à "mitificação" do trabalho, a propor o elogio do lazer, como finalidade da existência e ideal de felicidade⁶.

* Síntese da palestra proferida na abertura do III Encontro Nacional de Recreação e Lazer, realizado em Brasília-DF, em 30.10.1991.

¹ MARCELLINO, N. C. *Lazer e educação*. 2.ed., p. 19-20.

² *Ibid.*, p. 21.

³ *Idem.*

⁴ *Ibid.*, p. 22.

⁵ *Idem.*

⁶ *Ibid.*, p. 25.

Contesto essa parcialidade na consideração da atividade humana, admitindo, como Ecléa Bosi, que "se no trabalho e no lazer corre o mesmo sangue social é de esperar que a alienação de um gere a evasão e processos compensatórios em outro"⁷.

Entender o lazer, em sua especificidade, em estreita relação com as demais áreas de atuação do homem, não significa deixar de considerar os processos de alienação que ocorrem em quaisquer dessas áreas. Ao meu ver, esse entendimento parece ser uma postura que contribui para abrir possibilidades de alteração do quadro atual da vida social, tendo em vista a realização humana, a partir de mudanças no plano cultural⁸.

Um segundo aspecto a destacar, portanto, é a necessidade de "procurar o entendimento da totalidade das relações sociais, nas quais o trabalho ocupa posição fundamental, mas sem excluir uma compreensão articulada com as dimensões de não trabalho"⁹, e diria, de forma mais ampla, com as dimensões da não obrigação.

Embora reconhecendo a especificidade do lazer, tenho optado em meus estudos e na minha atuação, por seu entendimento não "em si mesmo", ou de forma isolada, nessa ou naquela atividade (o que chamaria de "especificidade abstrata"), mas como um componente da cultura historicamente situada (o que considero "especificidade concreta").

O conceito mais aceito e trabalhado no Brasil para dar conta da especificidade do lazer é o do sociólogo francês Joffre DUMAZEDIER, que o caracteriza como "... um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais"¹⁰.

Esse conceito é criticado por alguns autores, entre eles FALEIROS, para quem, para a compreensão do lazer, a abordagem proposta por Dumazedier é insatisfatória: "Seu conceito se identifica com um invólucro vazio para ser preenchido com as atividades que são desenvolvidas em função de determinadas necessidades, desde

que realizadas distintamente de certas obrigações institucionalizadas. Esse conceito de lazer, desprovido de caráter histórico, parece buscar o seu conteúdo organizando o mundo da aparência"¹¹.

O entendimento do lazer apenas em sua "especificidade abstrata" está ligado às concepções "funcionalistas", em suas várias nuances¹², contribuindo para reforçar, ainda mais, uma ação que colabora para a manutenção do "status quo", uma vez que, entre outros aspectos, não leva em conta o contexto mais amplo e, assim, deixa de considerar o que caracterizo como o "todo inibidor" para a sua prática - o conjunto de variáveis que, tendo como pano de fundo a questão econômica, provoca as desigualdades quantitativas e qualitativas na apropriação do "tempo livre"¹³.

A ação fundamentada neste entendimento ("especificidade abstrata") é geradora de incompetência, estimuladora da não-participação e inibidora do exercício da cidadania. É a ação do especialista "tradicional".

O lazer é por mim entendido "como a cultura - compreendida no seu sentido mais amplo - vivenciada (praticada ou fruída) no 'tempo disponível'. É fundamental, como traço definidor, o caráter 'desinteressado' dessa vivência. Não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A disponibilidade de tempo significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa"¹⁴. Essa cultura vivenciada no "tempo disponível" não é considerada em contraposição, mas em estreita ligação com o trabalho e as demais esferas da vida social, combinando os aspectos tempo e atitude¹⁵.

A "especificidade concreta" do lazer, considerado em sua manifestação na sociedade atual, é colocada como reivindicação social. Portanto, seu significado é bastante diferente do entendimento da Antiguidade clássica. É uma questão de cidadania, de participação cultural. Entendo por verdadeira participação cultural a atividade não conformista, mas crítica e criativa de sujeitos historicamente situados. Entendo, ainda, a participação cultural como uma das bases para a renovação democrática e humanista da cultura e da sociedade, tendo em vista, não só a instauração de uma nova ordem

⁷ BOSI, E. *Cultura de massa e cultura popular: Leituras de operárias*. p. 76.

⁸ MARCELLINO. op. cit., p. 28.

⁹ OLIVEIRA, Paulo de Salles. *Tempo livre, trabalho e lutas sociais. Reflexão*. 35, p. 7.

¹⁰ DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. p. 34.

¹¹ FALEIROS, M. I. L. *Repensando o lazer. Perspectivas*. 3, p. 61.

¹² Análise o assunto em *Lazer e humanização e Lazer e educação*.

¹³ Conforme enfocado em *Lazer e humanização*.

¹⁴ MARCELLINO. *Lazer e educação*. p. 31.

¹⁵ *Ibid.*, p. 16.

social, mas de uma nova cultura. Isso não significa o isolamento do plano cultural do social, mas tão somente, que não cabe justificar o imobilismo pela existência de uma ordem social adversa. O lazer é visto como fruto da sociedade urbano-industrial e, dialeticamente, incide sobre ela, como gerador de novos valores que a contestam¹⁶.

Isso não significa que o lúdico e o prazer não possam se manifestar em outros "tempos". Muito pelo contrário. O lazer é entendido enquanto "especificidade concreta", e na sua especificidade, com possibilidades de gerar valores que ampliem o universo da manifestação do brincar, do jogo, da festa, da re-criação, para além do próprio lazer¹⁷.

Em síntese, a consideração da "especificidade concreta" do lazer deverá levar em conta: o seu entendimento amplo em termos de conteúdo, as atitudes que envolve, os valores que propicia, a consideração dos seus aspectos educativos, as suas possibilidades enquanto instrumento de mobilização e participação cultural, e as barreiras sócio-culturais verificadas para seu efetivo exercício, tanto intra-classes como inter-classes sociais.

A ação fundamentada nesse entendimento é geradora de novas competências, estimuladora da participação e do exercício da cidadania. Exige a atuação de um novo especialista, engajado em equipes pluri e multidisciplinares, buscando um trabalho interdisciplinar.

Não sou, dessa forma, adepto da formação de especialistas em lazer, numa concepção tradicional, uma vez que essa formação incluiria os mesmos riscos que os de outras áreas de atuação, com agravantes derivados da própria natureza das atividades de lazer, podendo mesmo descaracterizá-las por completo.

Uma das características da vida na sociedade moderna é a especialização. Em todas as áreas somos levados a conviver, cada vez mais, com especialistas. E o campo específico das atividades de lazer não constitui exceção.

Analisando, de maneira geral, e não especificamente quanto ao lazer, a formação dos especialistas, Marilena Chauí, entendo-os como "necessários" ao sistema, uma vez que, seu discurso competente teria o poder de gerar o sentimento de incompetência tanto individual

quanto coletivo, "arma poderosa de dominação". Situa a atuação do especialista, ou melhor, o resultado de sua atuação, como uma das maneiras "mais sutis e perigosas" de instrumentalização da cultura, entendida como fator de compensação de sua "improdutividade" social. Dessa forma, procura-se "...convencer cada indivíduo de que estará fadado à exclusão social, se cada uma de suas experiências não for precedida de informações e fins". Ocorre, assim, a transformação da cultura "...em guia prático para viver corretamente (orientando a alimentação, a sexualidade, o trabalho, o gosto, o lazer) e, conseqüentemente, em poderoso elemento de intimidação social"¹⁸.

Entre os problemas mais sérios na atuação de "especialistas" no lazer está a possibilidade de direcionamento de programações, os chamados "pacotes" de lazer, sua ação como censor, a tendência à valorização de suas preferências, etc.¹⁹.

A colocação, aqui efetuada, de alguns riscos que envolvem a atuação dos profissionais na área do lazer, não significa um desestímulo à sua formação e especialização. Pelo contrário, creio que demonstram a necessidade de um repensar constante da atuação desses profissionais, buscando redimensionamentos. Demonstram, ainda, a necessidade do engajamento dos profissionais em grupos, procurando o intercâmbio de experiências, e em movimentos mais amplos, que tenham por objetivo não simplesmente o puro consumo de atividades alienantes para preencher o vazio do "tempo livre", mas a efetiva participação cultural.

A unidade do mundo social, com o entrelaçamento de aspectos econômicos, políticos, culturais, etc., pode ser constatada pela simples observação do cotidiano, sem haver necessidade de se recorrer à ciência. Basta que se lance mão de algum tema para que se conclua que uma única questão social comporta análises de vários ângulos, mas que qualquer um deles, isoladamente, não dá conta da sua totalidade. Mas, o aprofundamento do conhecimento exige a especialização e, portanto, a delimitação e autonomia de cada ciência, o que não implica na impossibilidade da colaboração entre as várias disciplinas.

É sobretudo no campo da ação que vêm se caracterizando algumas propostas alternativas às visões monodisciplinares dos especialistas, viabilizadas pela realização de trabalhos em equipes multi, pluri ou inter-

¹⁶ MARCELLINO, N. C. *Pedagogia da animação*. p. 44-45.

¹⁷ *Ibid.* p. 35.

¹⁸ CHAUI, M. de S. O que é ser educador hoje? Da arte à ciência: a morte do educador. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). *O educador: vida e morte*. p. 58 e 60.

¹⁹ Análise o assunto em "Especialistas e Riscos". *Correio Popular*, Suplemento Lazer e Turismo. 05.02.88, p. 2.

disciplinares²⁰. Não raro, os termos são confundidos, aplicando-se incorretamente a denominação interdisciplinar ao mero agrupamento de especialistas em torno de uma questão. A diferença entre as três propostas situa-se na "intensidade de trocas entre os especialistas" e no "grau de integração real das disciplinas"²¹. O interdisciplinar exige muito mais do que a soma de conhecimentos; o que se busca é superar os limites de cada disciplina, e ele "pode ser caracterizado como o nível em que a colaboração entre as diversas disciplinas ou entre setores heterogêneos de uma mesma ciência conduz a interações propriamente ditas, isto é, a uma certa reciprocidade nos intercâmbios, de tal forma que, no final do processo interativo, cada disciplina saia enriquecida"²². Há incorporação de resultados, empréstimo de métodos e técnicas e de esquemas conceituais, na procura da ultrapassagem das fronteiras entre as diversas ciências²³.

Enfatizando, como venho fazendo, a necessidade da busca da unidade do conhecimento sobre a realidade social, posso dar a impressão de estar negando a validade da especialização. Em absoluto, não é essa a posição que defendo. Quero ressaltar é que a especialização não deve se fechar aos outros domínios do conhecimento.

Obedecendo a uma característica que se observa também em outras esferas do conhecimento, o estudo do lazer vem se especializando, quer em termos de faixas etárias, ou de conteúdos de atividades. Atualmente, já podemos contar com um bom número de títulos que analisam o lazer infantil, ou o da terceira idade, bem como bibliografias específicas sobre atividades físico-esportivas, artísticas, turísticas, etc.²⁴.

A compreensão mais ampla das questões relativas ao lazer e seu significado para o homem contemporâneo, pelas suas próprias características abrangentes, não pode ficar na dependência exclusiva de uma disciplina, exigindo a contribuição de várias Ciências Humanas, da Filosofia, e de profissionais ligados direta, ou indiretamente, caso de arquitetos, professores de educação física, terapeutas ocupacionais, trabalhadores sociais, arte-educadores, etc.

A "especificidade concreta" do lazer exige um novo especialista, não o "especialista tradicional" - superficial e unidimensional, mas o que domine a sua es-

pecialidade dentro de uma visão de totalidade. E para contemplar a visão de totalidade são exigidos, pelo menos, dois requisitos: uma sólida cultura geral, que permita perceber os pontos de interseção da problemática do lazer com as demais dimensões da ação humana, e com a contribuição de outras áreas de ação/investigação; e o exercício constante da reflexão.

É necessário, tendo em vista o atual estágio dos estudos e a urgência do encaminhamento de propostas de ação, o desenvolvimento e sistematização de experiências interdisciplinares no campo do lazer. O que temos hoje são iniciativas pluri e multidisciplinares, numa tentativa de busca do interdisciplinar. Estamos no início de um longo caminho a ser percorrido e que abre perspectivas, não só para o entendimento do lazer, mas também para um melhor embasamento da ação cultural nessa área específica.

BIBLIOGRAFIA

- BOSI, E. *Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias*. Petrópolis : Vozes, 1978.
- CHAUÍ, Marilena de S. O que é ser educador hoje? Da arte à ciência: a morte do educador. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). *O educador: vida e morte*. Rio de Janeiro : Graal, 1982.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo : Perspectiva, 1973.
- FALEIROS, M. I. L. Repensando o lazer. *Perspectivas*. São Paulo, 3, p. 61.
- JANTSCH, Erich. Towards interdisciplinarity and transdisciplinarity in education and innovation. In: CERI-Centre for Educational Research and Innovation, *Interdisciplinarity: problems of teaching and research in Universities*. Organisation for economic co-generation and development, Paris, 1972.
- JAPIASSU, Hilton. *Imerdisciplinaridade e Patologia do Saber*. Rio de Janeiro : Imago, 1976.

²⁰ Para uma análise detalhada de cada um desses termos, incluindo a cross e a transdisciplinaridade. Ver JANTSCH, Erich. Towards interdisciplinarity and transdisciplinarity in education and innovation. In: CERI-Centre for Educational Research and Innovation, *Interdisciplinarity: Problems of teaching and research in Universities*, p. 106 e 107.

²¹ JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e Patologia do Saber*. p. 74.

²² *Ibid.*, p. 75.

²³ Abordo a questão em "Departamentalização e Unidade das Ciências Sociais". In: *Introdução às Ciências Sociais*.

²⁴ MARCELLINO, N. C. Algumas considerações sobre a polêmica questão do lazer. *Reflexão*, 43, p. 45-52.

MARCELLINO, N. C. *Pedagogia da Animação*. Campinas : Papyrus, 1991.

_____. (Org.). *Introdução às Ciências Sociais*. 4.ed., Campinas : Papyrus, 1991.

_____. *Lazer e Educação*. 2.ed. Campinas : Papyrus, 1990.

_____. Algumas considerações sobre a polêmica questão do lazer. *Reflexão*. Campinas : PUCCAMP, 43.

_____. Especialistas e Riscos. *Correio Popular*. Suplemento Lazer e Turismo, 05.02.88, p. 2.

_____. *Lazer e Humanização*. Campinas : Papyrus, 1987.

OLIVEIRA, P. S. Tempo livre, trabalho e lutas sociais. *Reflexão*. Campinas : PUCCAMP, 35.

O IMAGINÁRIO CRIATIVO EM JOGO

Gisele Maria Schwartz

Departamento de Educação Física - I. B. - UNESP

- CÂMPUS DE RIO CLARO

Jogar não é uma atitude tão passiva quanto parece, é sim, uma expressão elaborada do desejo de fazer suas próprias descobertas em seu próprio tempo e espaço. É como se fosse uma pesquisa para um cientista adulto, onde deve-se seguir a curiosidade científica de tal modo que esta garanta completo prazer, agrado, dedicação, deixando entrar em jogo todas as formas de expressão, além da perspicácia, a inquietação e o desejo, que são inerentes ao medo do desconhecido.

No entanto, a civilização moderna, a alta tecnologia, a forma imatura dos adultos encararem a maturidade infantil, interferem sensivelmente, desde muito cedo, na expressão da espontaneidade, a qual vem se limitando cada vez mais a espaços e tempos pré-estabelecidos.

Pode-se perceber nitidamente que o desrespeito à individualidade torna-se patente a cada dia, através das construções de casas cada vez menores, de espaços cada vez mais restritos e mecanizados, de tempo de lazer cada vez mais controlado, fazendo com que se embute, cada vez de forma mais acentuada, o individual, no sentido do ser próprio, acentuando o problema das injustiças e desigualdades.

Quando se nasce, já há diferenças marcantes entre nós, no sentido da originalidade, mas, aos poucos, com a socialização e a escolarização, acentuam-se mais e mais as diferenças, agora, no sentido da desigualdade em todos os níveis (de sucesso, de oportunidades, etc.), como relata DINELLO (1984), e em desajuste constante com as perspectivas originais que cada um possui. Muitas vezes, o homem tem que renunciar ao próprio desejo em prol do que se impõe exteriormente como viver a realidade, deixando o imaginário criativo do jogo relegado a um plano secundário nesta estruturação.

Os modelos estéticos e funcionais do que se convencionou chamar "a organização adulta", acabam conduzindo o brincar para uma finalidade específica. A título de exemplo, pode-se citar a função terapêutica, descaracterizando-o justamente de seu elemento essencial que é a magia da imaginação criadora.

Como HUIZINGA (1982), entendemos o jogo consistindo de atividades livres, independentes das obri-

gações, uma ficção real, na qual se processa a ponte entre o imaginário simbólico e a realidade e cuja característica primordial é a liberdade criativa.

Mas, como conservar estas características dentro da perspectiva social em que nos encontramos?

Conforme explicita ILLICH (1973), a sociedade atual organiza-se de forma heteronômica, onde se delega a outros todos os aspectos da construção da vida diária e, até mesmo, a criatividade que deveria ser própria, o que difere das características da sociedade autônoma (pré-industrial), onde os indivíduos tentavam a satisfação de seus valores de forma altamente pessoal e criativa.

Uma prova disto é que as crianças, hoje em dia, raramente constroem seus próprios brinquedos, havendo uma perda substancial, uma desvalorização do espaço criativo, por se privilegiar o produto e a minimização do tempo e do espaço de ação.

Tomando este rumo de raciocínio somos incitados a arguir: onde ficam, então, o prazer e a fruição natural da vida?

Parece que as possibilidades de um "fazer de conta de verdade", de deixar a imaginação correr solta, de tirar as amarras da criatividade, de oportunizar, não de forma paternalista, espaço e tempo interiores, próprios das pessoas que brincam, são alguns aspectos prementes da vida, dentro e fora das instituições, que precisam ser re-dimensionados e valorizados.

Esta intenção lúdica que tem seu próprio valor, que não produz nada que não seja o prazer de brincar "a sério", precisa ser dinamizada e resgatada, especialmente no âmbito da educação, para que esta possa tomar-se um elemento facilitador das expressões, tanto culturais como individuais.

Através das oportunidades de expressão da imaginação criadora no jogo e no brinquedo, a criança pode começar a explorar o seu potencial de invenção e de descoberta, colocando-se a toda prova, em busca das possibilidades de aventura e de confrontação consigo própria, sendo ela mesma, ora companheira, ora adversária, desenvolvendo a cognição pela exploração e pelo prazer da

auto-superação, enquanto que, com imposições externas, o aspecto cognitivo desenvolve-se pelo dever, inculcando-se-lhe valores de reconhecimento, de rendimento, de sucesso e insucesso.

Tanto a criança quanto o adulto necessitam experimentar ser sujeitos dos próprios projetos lúdicos, aprendendo sem receio do julgamento de valores pré-fixados, desenvolvendo a liberdade criativa, gerenciando o intercâmbio simbólico-cultural.

As chances de uma renovação cultural que favoreça a intenção lúdica da imaginação criadora, talvez se processe como na concepção de criar efetivada por RÉGIS DE MORAIS (1982), para o qual "criar é deixar que o novo se componha, não como se ele fosse externo ao homem, mas que ele se componha dentro de todo homem e com a sua permissão, pois, na interação entre consciência e cultura, deixar nascer o novo é nascer junto com ele" (p.75).

A busca incessante de válvulas de escape, tanto por parte de crianças como de adultos, para este dínamo embotado em que estão a expressão lúdica, a imaginação e a criatividade, parece ser elemento suficientemente convincente da necessidade de uma revolução cultural que se processe já e internamente, ampliando-se as possibilidades da intenção lúdica contida no brincar e no jogar "a sério", não com gravidade ou sisudez, compartilhando do pensamento de MARCELLINO (In MORAIS, 1988), dando-se oportunidade para que se

aprenda a elaborar os próprios ritmos de vivência, a ocupar os espaços internos, a conhecer e externar a afetividade e, através da fantasia, criar todas as espécies de "mundos", como deseja também TOURTET (s.d.), o que daria subsídio e preparação, não só durante o processo de escolarização, mas, para toda a vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DINELLO, R. A. *A expressão lúdica na educação da infância*. Santa Cruz do Sul, RS : Gráfica Universitária da APESC, Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul, 1984.
- HUIZINGA, J. *Homo Ludens*. São Paulo : Perspectiva, 1982.
- ILLICH, I. *Sociedade sem escola*. Petrópolis : Vozes, 1973.
- MARCELLINO, N. C. A. Sala de Aula como espaço para o "jogo do saber". In: MORAIS, R. *Sala de Aula, que espaço é este?* Campinas : Papirus, 1982.
- MORAIS, R. *Entre a educação e a barbárie*. Campinas : Papirus, 1982.
- TOURTET, L. *Jouer-rêver-crêeer*. Paris : Ed. A. Colin, s.d.

UMA CONVERSA COM LENEA GAELZER*

Marcia Chaves Valente¹
Edison Francisco Valente²

Neste trabalho que ora apresentamos - "UMA CONVERSA COM LENEA GAELZER" - trata-se de uma entrevista realizada, em Maceió, dez dias antes do falecimento da Prof^a Dra. Lenea Gaelzer, em 1987, quando, gentilmente e de forma espontânea, segundo suas próprias peculiaridades, trocou idéias com a Professora Marcia Chaves Valente a respeito de problemas nos desenvolvimentos das disciplinas Recreação I, II e III, das Universidades do Rio Grande do Sul e Federal de Alagoas.

Ao ser indagada sobre o como desenvolver um trabalho sistemático e específico nessas disciplinas em cursos de graduação, a Doutora Lenea Gaelzer respondeu:

"Creio que seria uma coisa muito importante começar com a Recreação I refletindo sobre a evolução social da recreação na sociedade - agrícola e tecnológica - dentro de uma perspectiva de mudança social.

Afirmo isto porque, em 1850, uma pesquisa demonstrou que o homem trabalhava 70.6 horas por semana, nos países desenvolvidos. Em 1950, ou seja, 100 anos depois, a mesma pesquisa foi repetida e foi constatado que o homem passou a trabalhar 40.8 horas por semana - isso em 1950, 37 anos atrás. Quer dizer que o homem está conseguindo, cada vez mais, conquistar o direito de não trabalhar. Por quê? Ora, com a entrada de todo um progresso tecnológico, a máquina veio suprir todo aquele esforço físico despendido pelo homem em seu trabalho diário, ou seja, houve, praticamente, a substituição do homem pela máquina.

Para mim, o primeiro grande esforço de reflexão a esse respeito está no: "por que o homem inventou a máquina?"

Sabemos que ele começou inventando o arado, o catavento. Esses são os primórdios da criação do homem que eclodiu dentro da tecnologia. Isso veio trazer uma preocupação do homem em economizar esforço físico, em benefício do próprio homem, trazendo, assim, uma série de conveniências facilitadoras de sua qualidade de vida.

Parece que se justifica a existência do Lazer e da Recreação sob este aspecto e, mais ainda, vai se justificar no momento e que sabemos que a máquina, a tecnologia trouxeram-nos, também, muitos problemas.

Ao mesmo tempo em que ela criou novas alternativas de empregos, favoreceu, em muito, para que houvesse o desemprego. O maior índice de desemprego provocado foram nas sociedades economicamente menos aquinhoadas. No entanto, o emprego que ela criou, exige, forçosamente, uma sofisticação dentro da formação, da habilidade, do treinamento e da educação do indivíduo. Por exemplo: não é qualquer um que pode ser um técnico em computação. Para tal, necessita-se de uma formação específica técnica e, até mesmo, superior.

Pergunta-se: isso está dentro da realidade nacional? Como queremos lazer e recreação de um povo onde 70% da população ganha salário mínimo?

Creio que seja por aí que tenhamos que começar a refletir a problemática social, os aspectos político e ideológico de toda a educação do tempo livre, de toda a

* "A técnica e Educadora Lenea Gaelzer (...) de espírito afável, sereno e afirmativo, com permanente perseverança; inabalável segurança, contagiante entusiasmo e invulgar receptividade para o novo, dedicou-se ao estudo do lazer e da recreação com a seriedade de propósitos que lhe é peculiar. As idéias de seu extremado pai juntou às suas idéias e experiências, reformulando o ontem à imagem de seu tempo. Desse modo firmou posição no sentido de liberar de sua antiga conotação com o vazio de uma vida, para dar-lhe aceção diferente, qual seja a de participação endereçada a outros interesses, meios e propósitos a fim de que a conjugação de tempo de trabalho - tempo de lazer pudesse levar o homem a ascender à sua plenitude. Lenea teve inspiração bastante para, dentro de sua efetiva e afetiva emoção por seu trabalho, realizar-se por meio do que sempre acreditou ser possível: a estabilidade emocional do homem pela recreação e pelo lazer neste mundo conturbado em que vivemos". (Vide orelha do livro LAZER: BÊNÇÃO OU MALDIÇÃO? - de GAELZER (1979) - onde a Dra. Yesis Ilicia y Arnoedo Passarinho, então Membro do Conselho Federal de Educação, analisa o perfil de Lenea Gaelzer).

¹ Mestranda da FEF/UNICAMP e Professora da Universidade Federal de Alagoas.

² Mestrando da FEF/UNICAMP e Professor da Escola Técnica Federal de Alagoas.

preocupação social e do relacionamento trabalho-lazer. Porque quem fala em recreação e lazer, não significa dizer que esteja contra o trabalho, mas a favor do homem.

Acontece que o homem, dentro de suas condições normais, nunca vai deixar de trabalhar. Então, porque nós estamos falando de Recreação e Lazer? Parece-me ser esse o porquê de muitas pessoas não nos entenderem. A nossa falha começa a partir da justificativa dos nossos próprios objetivos, os quais são de maiores alcances do que o da própria Educação Física.

Não canso em afirmar que a Educação Física veio favorecer a um tipo de sociedade competitiva, alienante, consumista, onde estimula a produção. O ganhar mais, o trabalhar mais, o comer mais, o gastar mais, entre outros, foram basicamente os propósitos da Educação Física. Por esse motivo foi que ela cresceu muito nos países desenvolvidos, em que o consumismo e a produção são as coisas mais importantes.

Assim sendo, se ficarmos só nos brinquedos cantados e nas dancinhas, nós estaremos seguindo, com algumas exceções, aquelas orientações destinadas à Educação Física.

Por outro lado, em muitas escolas, inclusive na minha, a Educação Física tem sobrevivido pela técnica que, para mim, é um meio e não um fim. Mas, no entanto, para muitas pessoas, a técnica torna-se um fim em si mesma, esquecendo-se que existem alunos, pessoas, homens que irão usar a técnica para outros fins. Por exemplo: para a autopromoção, a autoavaliação do seu rendimento para verificar até quando poderá crescer, aprender, render mais e, até mesmo se reciclar.

É por esse motivo que um debate, em aula, sobre a problemática da sociedade atual seja de absoluta importância. Agora, depois de tudo isso que foi afirmado e ao trabalharmos numa sociedade pobre, será que teremos que falar no tempo livre?

Bom, que nós temos tempo livre, isso não podemos duvidar. Também não podemos negar que o tempo livre tem sido a causa de grande delinquência nas grandes cidades, a qual está regulada pela qualidade de lazer que essas cidades proporcionam à sua juventude.

A razão disso, é que essa problemática passa por dentro de toda uma necessidade social e parece até, um certo deboche falar em recreação/lazer num país como o nosso, que necessita preparar as pessoas no sentido de que, estas, possuam condições de garantia de melhores condições de vida (direito à moradia, alimentação, trabalho, saúde, comunicação, livre expressão, educação, lazer, conhecimento, etc.). Enquanto essas necessidades não forem supridas, não podemos nos inspirar em alguma coisa melhor e, enquanto isso se processa - é apenas uma questão de tempo - temos que ir pensando em todo um desenvolvimento do futuro.

Baseando-se nisso, é que considero o nosso trabalho na Recreação/Lazer caracterizando-se como uma atividade que se projeta, dentro da Educação Física, para o futuro. É um trabalho que não está simplesmente voltado para a criança, mas para todos os indivíduos. Trata-se de um trabalho eminentemente social, centrado na organização das pessoas dentro das comunidades.

Jamais deveremos esquecer que dentro dessas comunidades existem muita pobreza, muito atraso e, por falta de uma melhor educação é que não desenvolvemos, ainda, uma consciência social. Porém, não podemos esquecer, também, da existência de comunidades maravilhosas, pobres economicamente, mas não pobres moralmente, nem, muito menos, em afetividade. São essas comunidades que conseguem, muitas vezes reagir à invasão cultural.

É esse um dos motivos por que eu defendo a idéia de que a função da Universidade é abrir as portas para a comunidade em prol de um trabalho de ação comunitária. Vejo, também, neste contexto, a recreação, através do profissional da Educação Física, possuindo um papel preponderante e interdisciplinar, assim como médicos, psicólogos, sociólogos, enfim, todos os profissionais possíveis e imagináveis, realizando um trabalho de conjunto, uma vez que, hoje, não se admite mais um trabalho isolado.

O Recreador é aquele que repensa a história junto das pessoas e, na comunidade, ele vai decidir com as pessoas.

Uma das coisas importantes que sentimos em nossa escola, na URGS, é de que os nossos ensinamentos, dentro da escola, estão completamente alheios à realidade comunitária, digamos por exemplo, da vida popular. Isto eu não descobri sozinha, mas foram os próprios alunos através de pesquisas, ao término dos trabalhos de recreação, que começaram a denunciar essas ocorrências.

Nós na Recreação estamos tentando preparar o aluno para trabalhar na comunidade, tendo como referencial os estudos de Dumazedier sobre o lazer. Adotamos tal posição, pelo fato de que os estudos desse pesquisador possuem um enfoque sociológico, mas dentro da psicologia social. Através dele é que encontramos respostas para a Recreação, uma vez que o nosso trabalho é com o homem, com os indivíduos.

Sinto, também, que é nessa perspectiva que deveremos trabalhar a Recreação neste País. Por exemplo: o que representam culturalmente o voleibol, o basquete, enfim, outros esportes ou outros tipos de atividades que a Educação Física propõe para uma comunidade popular? (não falamos do futebol, que essa não precisa nem ensinar). O que representa uma dança sofisticada dentro de uma vila popular? Por que não ouvir a população e

verificar o que ela sabe e o que quer? Trata-se de um processo de troca, e o mais importante não é aquilo que estamos aprendendo lá ou o que as pessoas estão aprendendo conosco, mas os valores que estão interagindo entre si - de convivência, de solidariedade, de camaradagem, de respeito, entre outros - isto é uma espécie de "água fria na violência", onde o lúdico é sua arma principal.

Em termos de Universidade, o meu trabalho é reduzido ao que se refere aos programas das disciplinas Recreação I e II. Eu, simplesmente, apresento as unidades para os alunos, informando que nesta unidade poderemos desenvolver isto e isto. Em seguida, procuro saber o que eles acham mais importante discutir, após ter demonstrado que a Universidade exige que eu apresente um programa e digo-lhes: 'aqui tem um. Agora, gostaria de discutir com vocês uma proposta mais importante, porque essa que eu apresentei não é a melhor nem a mais importante, mesmo porque, são vocês que vão descobri-la'. Assim dessa forma, começamos a discutir o programa e, com base no nível alcançado pelos alunos, eu procurarei desenvolver minhas atividades com mais ou menos intensidade. Tudo irá depender, também, dos antecedentes, da cabeça que os alunos possuem, bem como do que cada grupo irá precisar.

Com base nessa estratégia, temos para cada grupo que cursa a Recreação I e II, programas diferentes. Tudo ficará na dependência de requisitos de outros conhecimentos, o que é muito relativo. O mais importante é ficar bastante claro que a função da Universidade e do professor é o de 'ensinar a aprender' e mais nada. Pois, nós não ensinamos coisa alguma. Nós, apenas, mostramos que existe uma disciplina que se preocupa com de-

terminados problemas, no caso os voltados para a recreação/lazer e o seu relacionamento com o homem na sociedade. Agora, nada disso terá sentido para aqueles indivíduos que não alcançarem o significado desse conhecimento.

O programa é, também, muito relativo. Creio, sinceramente, que o programa para a Universidade deveria ser um pouco mais condensado, quase que uma ementa.

Um certo é que, de um modo geral, nós, professores de escolas de Educação Física, ainda não estamos bem certos sobre o tipo de profissionais que pretendemos preparar. A partir do momento em que estivermos com competência para tomarmos essa decisão, nós vamos modificar tudo isso que aí está, em prol de um ensino para a competência.

Portanto, trata-se de um processo de estímulos constantes, cuja prática não existe nos livros. Por um acaso, se encontrarmos essa prática em algum livro ela não é a nossa, mas, sim de outra pessoa. Por exemplo: se nós formos escrever também a nossa prática, ela vai ser a minha. Em resumo, tudo isso que acabamos de falar são coisas extremamente pessoais, levando-se em conta de que cada um de nós flutua em densidades diferentes. Nós vamos procurar transmitir os valores sociais que temos como filosofia de vida, enquanto que os alunos procurarão incorporar os conhecimentos transmitidos, também, com base em seus valores adquiridos e que adotam como filosofia de vida.

É um processo de interação de valores, em que o professor não será quem vai dizer aquilo que simplesmente sabe, mas será quem deverá professar para que os alunos pensem e busquem suas possíveis soluções".

DE GRAZIA, Sebastian. *Of time, work and leisure* New York: The Twentieth Century Fund, Inc. 1962 (548p.).

Antonio Carlos Bramante

Este clássico, que trata das questões ligadas ao tempo, trabalho e lazer é, provavelmente, a obra de maior impacto, no mundo acadêmico, no que se refere a essas áreas de estudos. Convidado pela Twentieth Century Fund, para realizar um estudo de como o povo americano utilizava o seu tempo livre no início da década de 60, De Grazia produziu um denso texto, refletindo novos pensamentos sobre a natureza do lazer dentro da sociedade industrial. Em mais de 500 páginas, o autor faz uma análise aprofundada sobre os caminhos de uma sociedade que super valoriza o trabalho e as questões ligadas à "troca" que se processa entre o tempo conquistado e o tempo que se perde com o advento da revolução industrial, tendo o lazer como pano de fundo.

A utilização do tempo livre e as variáveis que determinam esse uso são igualmente abordadas pelo autor que descreve, com muita propriedade, o destino do ideal do lazer, a necessidade de se considerar o tempo liberado pelas máquinas, a transformação do tempo livre, dedicando, ao final, um capítulo ao futuro do lazer.

De Grazia destaca que a paz e a prosperidade são perigosas, se uma nação não sabe o que fazer com o lazer, enfatizando que, hoje em dia, a maioria das sociedades civilizadas utilizam-se do modelo linear de produção, crescimento, manufatura e transformação. Esse modelo apresenta sérias dificuldades para se ajustar ao conceito de lazer sugerido por De Grazia, cujo princípio está fundamentado na liberdade da necessidade de estar ocupado, onde, mais do que uma idéia, o lazer transforma-se em um ideal de vida.

A visão clássico-aristotélica de conceber o lazer começa a perder terreno na era romana, onde prevalece a idéia utilitarista de que, para se atingir um fim principal - "negotium" - haveria de existir o "otium" como meio. Dentro dessa análise histórica do lazer, De Grazia destaca o tempo medieval, onde imperou a transformação da natureza, vindo, em seguida, a Renascença onde a "vita contemplativa" cede lugar à "vita activa". Durante o período da reforma, sobressaem os valores ligados ao trabalho, voltando, com a revolução industrial e, mais tarde, com o processo de automação, o novo ideal de

"lazer", considerado como um meio para se atingir um fim exterior a ele. As linhas de montagem, pela sincronização e rigidez, representam claramente como o lazer é visto na época mais recente.

A concepção de que mais lazer foi conseguido com a maior quantidade de tempo livre é tratada pelo autor como falsa e ilusória, dando, como exemplo, a crescente demanda de tempo gasto em deslocamentos, nas atividades denominadas "Faça você mesmo", nas horas-extras que se acumulam, entre outros. Como bem diz o autor, a questão do aumento do lazer "é mais ficção do que fato".

De Grazia encontrou, em seus estudos, um certo declínio na fé religiosa, na participação política e uma sociedade pluralista - elementos que, ao seu ver, dificultam vivenciar a visão idealista do lazer. A maioria dos Americanos (público alvo, objeto de análise) gastam seu tempo sentados, acompanhados e dentro de casa. O movimento dos sindicatos pela diminuição da carga semanal de trabalho, segundo o autor, tem por objetivo muito mais distribuir os empregos existentes no mercado, com vistas a evitar o desemprego, do que aumentar qualitativamente o tempo livre.

As ideologias que permeiam a maioria das sociedades modernas, baseadas na inovação - progresso - ciência - democracia, recebem a análise do autor, onde ele mostra que o impacto da propaganda que, inicialmente, teria por objetivo informar e economizar tempo, na verdade tem o poder de criar novas necessidades.

O ciclo "consumo - dinheiro - mais trabalho - mais consumo..." também é criticado pelo autor, por reduzir as possibilidades de tempo livre. De Grazia dedica grande atenção ao papel da educação na ruptura desses valores vigentes, ao questionar seu teor pragmático e funcional. Para ele a Universidade deveria ser, em última instância, o espaço vital para se cultivar o verdadeiro significado das humanidades.

Apesar de polêmico no seu todo, provavelmente a assertiva formulada de maior impacto está na análise que faz, concluindo que democracia e a "espécie lazer" não se combinam, já que a busca da equidade e trabalho,

em uma sociedade que supervaloriza a conquista material, consegue, quando muito, elevar o medíocre para o grau de razoável.

Um ponto de destaque no trabalho de De Grazia é a libertação dos ditames do relógio, enfatizando que, para transformar tempo livre em lazer, é necessário ficar livre dos ditames do horário.

Recreação é claramente identificada pelo autor como atividades que têm o papel de preenchimento do tempo livre. A recreação é dominada pelo trabalho, buscando melhorar tanto as habilidades como o "status" ligados ao mesmo. "Qualquer espaço de tempo mais curto que a própria vida não pode constituir-se em lazer", prego o autor.

Nesse contexto, De Grazia não poupa críticas à institucionalização do lazer - seja público ou privado - já que as instituições exercem grande poder sobre a capacidade expressiva do lazer ("o lazer não pode ser coletivo ou organizado...").

Ao analisar o que denomina "homo Americanensis", com seu instinto voltado para o trabalho, De Grazia propõe algumas medidas operacionais que chocam com a realidade: (1) eliminar a propaganda, (2) livrar-se do trabalho e da máquina, (3) viver sem excessos de comodidades e (4) não se preocupar com a luta pelo "status". ("A pessoa no lazer não sente o desejo pelo materialismo").

Para o autor o mundo é constituído por dois segmentos populacionais: uma minoria, por ele denominada "espécie lazer" e uma vasta maioria, consumidora da in-

dústria cultural, afirmando que, se não podemos ser filósofos ficamos aborrecidos com o lazer. Para ele os benefícios advindos do lazer resumidos em três conceitos: criatividade, verdade e liberdade.

Ao concluir, De Grazia propõe algumas sugestões para se viver no lazer:

1. Na verdade, a grande maioria das pessoas não quer lazer, mas sim facilidades e abundâncias (no nosso vernáculo bem representada pela máxima "sombra e água fresca"!).

2. O atual nível de materialismo e consumismo exacerbado determina o comportamento das pessoas: o ideal de lazer é indiferente à propaganda.

3. O lazer pode até trazer benefícios para a sociedade mas se estes são conscientes e sistematicamente buscados, o conceito ideal de lazer é destruído (meio para um fim).

4. O tempo livre não está aumentando como tanto se preconiza, o lazer, menos ainda.

5. Possíveis papéis do poder público nessa área: (a) preservar espaços, (b) mais e melhor educação.

6. Lazer é incompatível com o trabalho e com as idéias igualitárias.

7. Para se ter o lazer: (a) fuja das máquinas, iniciando-se pelo relógio, (b) abandone o trabalho, (c) não se preocupe em avançar socialmente e alcançar "status" e (d) não ligue para propagandas.

Enfim, o autor propõe que as pessoas vivam intensamente a riqueza interna que cada um possui.

Este livro do sociólogo Nelson Carvalho Marcellino é a sua tese de doutorado, com pequenas modificações, defendida em dezembro de 1988, na Faculdade de Educação da Unicamp, área da Filosofia da Educação, cujo título é "Lazer e Escola - fundamentos filosóficos para uma pedagogia da animação".

Muito longe de ser um manual de atividades recreativas, trata-se de uma obra de cunho filosófico que pretende contribuir com a discussão sobre o *lúdico na escola*, tendo como enfoque central *a criança no início do processo de escolarização*, sem perder de vista o caráter mais abrangente do assunto e suas relações com o contexto social mais amplo. Neste sentido, o autor ressalta a necessidade de uma nova pedagogia como alternativa educacional, à qual denominou "pedagogia da animação", que, considerando a relação de interdependência entre o *lazer, a escola e o processo educativo*, possa somar esforços para a construção coletiva de uma nova escola, ligada à construção de uma nova sociedade. São buscados neste estudo, novos elementos, em termos de conteúdo e forma (produto e processo), que possam servir de fundamento filosófico desta nova pedagogia, no início do processo de escolarização.

O termo "pedagogia da animação" não é um termo novo, mas consiste numa *nova* proposta pedagógica que acredita na possibilidade de uma nova prática educativa, embasada no reconhecimento do lazer como canal viável de atuação no plano cultural, de modo integrado com a escola, colaborando para a elevação do senso comum, tendo em vista a transformação da realidade social, sempre em inter-relação com outras esferas de atuação política.

As palavras centrais deste livro são *lúdico, criança, lazer e escola* e suas relações são aprofundadas focalizando principalmente, como já foi mencionado, a criança no início do processo de escolarização - período marcado pelo início da "obrigação" do trabalho escolar,

analisando a importância deste impacto na vida da criança em termos de significado social, dentro da nossa realidade educacional.

O componente lúdico da cultura, como um dos elementos da "pedagogia da animação" é o que está sendo basicamente focado neste estudo, especialmente, o *componente lúdico da cultura infantil*.

Objetivando propor "um novo jogo" na escola, o autor inicia o primeiro capítulo do livro, refletindo sobre algumas questões referentes ao lazer, como espaço privilegiado, na nossa sociedade, para a manifestação do componente lúdico da cultura, e suas implicações para o processo educativo, passando, em seguida, no segundo capítulo, para uma análise dessas implicações, especificamente, com relação ao "furto" desse componente lúdico da cultura da criança, ou à sua transformação em mercadoria. No terceiro e último capítulo, com base nas discussões anteriores, o autor procura apresentar os fundamentos filosóficos de uma alternativa educacional, a "pedagogia da animação", que leve em conta a cultura da criança, sobretudo no início do processo de escolarização, considerando o *educando*, o *educador*, o *conteúdo* e a *forma*. Na conclusão do livro, expressa sua intenção de que o livro seja visto como *apontamentos*, justificando-a pelos "...desapontamentos com a educação, como aluno e como educador, que apontam a necessidade da busca de alternativas, de novos caminhos." (p.140).

A "pedagogia da animação", desenvolvida dentro do que o autor considera uma "concepção dialética da educação", deve, segundo ele, ser incorporada uma *dimensão utópica* (a seu ver, já presente numa concepção de educação, verdadeiramente dialética) que confere à educação o papel de colocar-se a serviço da formação de uma nova realidade social. A dimensão utópica da "pedagogia da animação" está fundada no lúdico, enquanto o elemento de resistência aos valores da utilidade e da produtividade, valores, estes, tão equivocadamente hiper-

* Mestranda em Educação Física - FEF - UNICAMP

trofiados pela nossa sociedade. Conforme afirma Marcellino,

"recuperar o lúdico na perspectiva que proponho, significa, entre outros procedimentos, uma prática pedagógica que relacione a necessidade de trabalhar para a mudança do futuro, através da ação no presente, e a necessidade de vivenciar todo o processo de mudança, sem abrir mão do prazer. É o saber com sabor. Leva em conta que o melhor espaço e o melhor tempo é o aqui e o agora, e que o prazer não deve ser adiado para um espaço

a perder de vista, mas a sua própria vivência constitui um dos componentes do processo de mudança. E de modo específico, com relação ao início do processo de escolarização, isso significa respeito ao conteúdo e à forma da cultura da criança." (p. 108).

Não tenho dúvidas de que estamos diante de um estudo, destinado a *educadores*, de uma maneira geral, de indiscutível relevância e pertinência, e que se caracteriza como um instigante *desafio* para se repensar os próprios fundamentos da educação.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Pedagogia da Animação. Campinas : Papyrus, 1990.

*Sonia Regina Pequeno**

Avançando em sua reflexão iniciada com "Lazer e Humanização", o Prof. Nelson se debruça agora no todo maior e mais complexo a que chamamos processo educativo, incitando o leitor a perceber o quanto o lazer deveria estar presente numa prática educativa que estivesse comprometida com a transformação da realidade presente.

Aqueles que se angustiam com a perpetuação de uma prática educativa acomodada e sisuda, recebem com alegria o novo livro do Prof. Nelson Marcellino, que não só denuncia o caráter limitativo dessa pedagogia, mas caminha, além, propondo que a educação seja experienciada como um grande prazer, um jogo, sério por que não! mas que seja também criativo e transformador. Uma proposta que contempla a vida enquanto constante movimento.

Nos primeiros capítulos, o autor coloca a re-assunção do lúdico no processo de aprendizagem como vital, pois esta é uma área onde o poder criativo e transformador do prazer se torna cada vez mais premente, na busca da transformação da "lógica do absurdo" que conforma as crianças aos padrões únicos da ordem produtiva, negando-lhes o direito de vivenciar suas expressões lúdicas, sufocando-lhes, assim, a esperança de um futuro novo, criado por elas. E denuncia o autor que até mesmo a natural capacidade de resistência da criança vem sendo sistematicamente minada, pela imposição massiva de produtos que não abrem espaço para a fruição e re-criação. Um jogo pré-definido pela sociedade de consumo, feito para uma interminável repetição. Não seria esta, pergunta o autor, uma maneira eficiente de se subjugar o futuro adulto?

Sem se prender à ilusão de uma análise que contemple o mundo da criança como lindo e mágico, o trabalho do Prof. Nelson ressalta a especificidade da vida infantil que precisa ser valorizada e preservada pela edu-

cação não apenas como produto mas, principalmente como processo de aprendizagem, de amplo impacto social e abrangência humana.

Denuncia o adestramento do lúdico na sua constante instrumentalização pelas escolas, cuja filosofia tem sido a de preparar a criança, dentro dos critérios da produtividade social - aceleração do presente, em nome de um futuro desde hoje dado. E que boa perspectiva há de haver em um futuro já delineado sem qualquer apreço pela cultura da criança de hoje? Escolas para quem o presente só existe enquanto produção para o futuro, onde a tônica é sempre trabalho e obrigação.

Optando por uma abordagem do lúdico não como uma atividade restrita a uma manifestação específica, como tem sido encarado, mas antes como uma expressão básica da cultura, o autor enfatiza a vivência do lúdico como manifestação prenhe de novas alternativas.

Nesse sentido, no III capítulo, o autor nos brinda com a proposta de um novo jogo, que seja jogado agora a partir de quem gosta de fazê-lo, ou seja, a criança. Uma proposta que anima já pelo próprio nome "Pedagogia da Animação", onde o que conta é o universo criativo da cultura da criança, onde a tarefa educativa se desenvolve a partir da riqueza peculiar da criança, da qual o lúdico é parte vital.

Proposta que se coloca como ruptura, que se manifesta como esperança de transformação dos valores. O saber vivido como um jogo, praticado com características lúdicas, se transformando em instrumento de denúncia e de mudança; a escola, como pólo de resistência, mas resistência feita a partir da alegria e da esperança.

A recuperação do lúdico não deve ser confundida, entretanto, como uma sugestão de inclusão de algo a mais no currículo escolar. Longe disso, o que se coloca é que o prazer esteja presente em cada momento e espaço onde o conhecimento e a aprendizagem estiverem acontecendo. Prazer que se manifesta através do respeito ao conteúdo e forma do universo infantil.

* Mestranda em Filosofia Social - PUCAMP

Uma proposta abrangente que desafia toda a comunidade envolvida, pois que desmobilizar velhas estruturas em busca do mais criativo não é tarefa das mais simples numa sociedade como a nossa. E nesse aspecto soa muito sério o alerta contra a perspectiva utilitarista e moralizante da estrutura burguesa, calcada numa disciplina rígida e amedrontadora.

Portanto, na visão do autor, o resgate do lúdico é uma proposta política, vivida como uma aventura que

anima a caminhada daqueles que não aceitam a domesticação e que acreditam na capacidade humana da re-criação através dos sonhos, pois diz ele, "se há algo a ser ajustado é a realidade ao sonho e não o contrário".

Denúncia e esperança permeiam o trabalho inteiro. Esperança de quem acredita numa escola vivendo a educação como uma experiência em que a descoberta seja uma grande brincadeira, a fim de começarmos a superar a dicotomia trabalho/lazer.

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES

1 - A Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE), órgão de divulgação do CBCE, de publicação quadrimestral, tem por finalidade publicar textos encaminhados ou solicitados, em suas diversas seções quais sejam:

Cartas do Leitor

- comentários dos leitores sobre o que foi publicado nas diferentes seções da Revista;
- cartas encaminhadas por outras instituições ou membros do CBCE contendo informações ou assuntos de interesse da comunidade.

Pontos de Vista

- pontos de vista emitidos de forma crítica e que digam respeito a temas ou problemas relevantes enfrentados na Educação Física na atualidade.

Resenhas

- resenhas críticas de livros, artigos, teses e dissertações.

Entrevistas e Debates

- entrevistas sobre temáticas relacionadas com a área, envolvendo especialistas no assunto tratado;
- transcrição de debates ocorridos em Mesas-Redondas, Fóruns de Debates, Palestras ou similares, por ocasião de Eventos Científicos, devidamente autorizados pelos participantes.

Relatos de Experiência

- publicações de experiências profissionais, desenvolvidas ou em andamento, que por suas propostas apontem perspectivas críticas na área.

Artigos

- relacionados à temática central da Revista, solicitados pelo Conselho Editorial;
- relacionados às temáticas da área e apresentados em forma de ensaios ou relatos de pesquisa, encaminhados pelos autores ao Conselho Editorial.

Resumos de Dissertações e Teses

- resumos de Dissertações e Teses que versem sobre Educação Física/Espportes e que tenham sido defendidos em Cursos de Mestrado ou Doutorado realizados no Brasil ou no exterior.

2 - Os textos encaminhados ao Conselho Editorial devem ser redigidos em português, não devendo ser apresentados simultaneamente a outro periódico.

3 - Os textos devem ser encaminhados para publicação em três (3) vias, datilografados em espaço duplo, no máximo em doze (12) laudas, e deverão conter:

- uma página de rosto onde conste: a) o título do trabalho em português e inglês; b) a seção a que se destina; c) nome do(s) autor(es); d) indicação em nota de rodapé da entidade científica ou instituição à qual os autores estão vinculados, seus endereços, bem como notificação, caso o trabalho tenha sido apresentado em reunião científica; indicar ainda o patrocinador e o número do processo, caso o trabalho tenha sido subvencionado;

- resumo em português acompanhado dos unitermos;

- resumo em inglês acompanhado dos unitermos em inglês;

- referências bibliográficas, numeradas consecutivamente e ordenadas alfabeticamente pelo(s) sobrenome(s) do(s) autor(es), obedecendo às normas da ABNT-NB-66. Solicita-se que o total de referências bibliográficas não ultrapasse a vinte (20);

Obs.: Comunicações pessoais e trabalhos em andamento não devem ser incluídos na lista de referências bibliográficas, mas citados em notas de rodapé.

4 - Os originais deverão ser endereçados à secretaria do CBCE. Recomenda-se que o autor retenha uma cópia.

5 - Os trabalhos serão submetidos à apreciação do Conselho Editorial e, quando forem necessárias, alterações substanciais, os originais serão reencaminhados aos autores. As "leituras de provas" far-se-ão na própria Redação.

6 - As tabelas deverão obedecer às "normas de apresentação tabular", resolução nº 886, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Estatísticas, devendo ser datilografadas separadamente do texto.

7 - As referências às ilustrações deverão ser feitas em números arábicos e enumeradas em ordem de apresentação. Solicita-se que as ilustrações sejam em menor número possível. Para as ilustrações a traço, exigir-se-á de cada uma (sem legenda) uma fotocópia (não fotostática) de boa qualidade de duas vezes o tamanho original. Todos os pontos gráficos, linhas etc. deverão ser o mais simples possível e suficientemente fortes para reter clareza na redução. Um esquema horizontal ou quadrado é preferível ao vertical, pois um desenho vertical desperdiça mais espaço. Não devem ser usados os mesmos símbolos em duas curvas onde os pontos possam ser confundidos. Os símbolos x ou + devem ser evitados. Para diagramas dispersos, são preferidos símbolos inseridos. Uma lista de legendas para as ilustrações deverá ser apresentada em folha separada e ser passível de interpretação, sem referência ao texto.